

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LUIZA MARIA ASTOLFI BARBOSA DE FREITAS

**As Relações Internacionais, a Crise do COI
e a Agenda 20+20**

São Paulo

2020

LUIZA MARIA ASTOLFI BARBOSA DE FREITAS

**As Relações Internacionais, a Crise do COI
e a Agenda 20+20**

Versão final da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientadora: Profa. Dra.
Daniela Carla Decaro Schettini

Versão corrigida

A versão original se encontra disponível na Biblioteca do Instituto de Relações Internacionais

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Seção Técnica de Biblioteca
Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo

Freitas, Luíza Maria Astolfi Barbosa de

As relações internacionais, a crise do COI e a Agenda 20+20 / Luíza Maria Astolfi Barbosa de Freitas ; orientadora: Daniela Carla Decaro Schettini. — São Paulo, 2020.

120 p.

Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

1. Relações internacionais 2. Olimpíadas 3. Esporte 4. Politização do esporte 5. Comitê Olímpico Internacional I. Schettini, Daniela Carla Decaro, orient. II. Título.

CDD – 327.1

Dedico esse trabalho a todos os membros da minha família
que sempre me apoiaram incondicionalmente, e à minha
orientadora, sem a qual eu não teria feito metade do que fiz.

RESUMO

A presente pesquisa discute o papel das relações internacionais no esporte, particularmente nos Jogos Olímpicos de Verão. Estuda-se a conexão das relações internacionais na crise de credibilidade que se desenvolveu na organização das Olimpíadas e, conseqüentemente, no Comitê Olímpico Internacional. Ao debater as diversas origens dessa crise generalizada, pretende-se identificar se a histórica politização do esporte é um dos motivos para a ocorrência desta. Nesse contexto, analisa-se também a Agenda 20+20, posteriormente publicada justamente para mitigar o efeito desta crise de raízes econômicas, geopolíticas e sociais. A pergunta de pesquisa é se a Agenda 20+20, a resposta à crise dos Jogos e do Comitê Olímpico Internacional, possui quaisquer medidas que tenham como objetivo diminuir o impacto das relações internacionais, mais especificamente, da política internacional nos Jogos, se é que esse impacto foi identificado como um dos propulsores da crise. Permeando a dissertação estarão os conceitos de Relações Internacionais para que o caráter internacional dos Jogos seja acrescido ao debate. Por último, serão identificadas as iniciativas tomadas pelo Comitê Olímpico Internacional em resposta à Agenda 20+20, para que seja conferido se a Agenda tem sido implementada com sucesso, e o que se pode esperar desses novos Jogos Olímpicos no quesito de politização. A pesquisa utiliza do método qualitativo e chega à conclusão de que a politização é uma motivação indireta para a crise, mas que a reforma proposta pela Agenda 20+20 afetará diretamente as relações internacionais nos Jogos Olímpicos.

Palavras-chave: Relações Internacionais, Olimpíadas, esporte, politização do esporte, Comitê Olímpico Internacional.

ABSTRACT

This research discusses the role of international relations in sport, particularly in the Summer Olympic Games. The connection of international relations in the credibility crisis that developed in the organization of the Olympics and, consequently, in the International Olympic Committee, is being studied. In debating the various origins of this generalized crisis, it is intended to identify whether the historical politicization of sport is one of the reasons for the occurrence of this. In this context, the Agenda 20+20, which was later published precisely to mitigate the effect of this crisis with economic, geopolitical and social roots, is also analyzed. The research question is whether Agenda 20+20, the response to the Games and International Olympic Committee crisis, has any measures that aim to lessen the impact of international relations, more specifically, of international politics at the Games, if this impact is identified as one of the crisis' propellers. Permeating the dissertation will be the concepts of International Relations so that the international character of the Games is added to the debate. Finally, the initiatives taken by the International Olympic Committee in response to Agenda 20+20 will be identified, so that it can be checked whether the Agenda has been successfully implemented, and what can be expected from these new Olympic Games in terms of politicization. The research uses the qualitative method and comes to the conclusion that politicization is an indirect motivation for the crisis, but that the reform proposed by Agenda 20+20 will directly affect international relations at the Olympic Games.

Key-words: International Relations, Olympics, sport, sport politicization, International Olympic Committee.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Objetivos da Carta Olímpica (1908)	26
Quadro 2: Agenda Olímpica 20+20 (2014).....	46
Quadro 3: As recomendações da Agenda 20+20 divididas por tema	48

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

CNO, Comitê Nacional Olímpico

COB, Comitê Olímpico Brasileiro

COI, Comitê Olímpico Internacional

COJO, Comitê de Organização dos Jogos Olímpicos

DNT, Doença Não Transmissível

DFSU, *Doping Free Sports Unit* ou Unidade de Esporte Livre de Dopagem

FI, Federação Esportiva Internacional

FIFA, *Fédération Internationale de Football Association*

GAISF, *Global Association of International Sports Federations* ou Associação Global de Federações Esportivas Internacionais

JO, Jogos Olímpicos

OEA, Organização dos Estados Americanos

OMS, Organização Mundial da Saúde

ONU, Organização das Nações Unidas

RI, Relações Internacionais

TOP, *The Olympic Partners* ou os Parceiros Olímpicos

UEFA, *Union of European Football Associations* ou União de Associações Europeias de Futebol

UNFCCC, *United Nations Framework Convention on Climate Change* ou Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

WADA, *World Anti-Doping Agency* ou Agência Mundial de Anti-Doping

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1 – Os Jogos Olímpicos e a Política Internacional	6
1.1 A Busca das Ciências Humanas no Entendimento do Esporte	6
1.2 A Geopolítica das Olimpíadas	13
1.3 Politização de Esportes	16
1.4 A Política por trás das Olimpíadas	19
Capítulo 2 - Crise dos Jogos Olímpicos	25
2.1. Organização Interna do COI	25
2.2. Origens da Crise	30
2.3. O lado econômico da crise: consequências para as cidades sede	35
2.4. Impactos nas Relações Internacionais	41
Capítulo 3 - A Agenda 20+20	46
3.1. Resposta a uma Crise	46
3.2. Iniciativas Consequentes	52
3.2.1. Transparência	53
3.2.2. Equilíbrio de Contas	54
3.2.3. Cooperação Externa	57
3.2.4. Questões Estruturais	62
3.2.5. Proteção e Honra ao Atleta	63
3.2.6. Politização	65
3.2.7. Impacto nos Jogos Futuros	67

CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
-----------------------------	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73
-----------------------------------	----

APÊNDICE - Exemplos de instrumentalização dos Jogos	84
--	----

As Olimpíadas de 1936 – Berlim, Alemanha

As Olimpíadas de 1956 – Melbourne, Austrália

As Olimpíadas de 1968 – Cidade do México, México

As Olimpíadas de 1972 – Munique, Alemanha

As Olimpíadas de 1976 – Montreal, Canadá

As Olimpíadas de 1980 – Moscou, União Soviética

As Olimpíadas de 1984 – Los Angeles, Estados Unidos

As Olimpíadas de 2008 – Pequim, China

As Olimpíadas de Inverno de 2014 – Sochi, Rússia

As Olimpíadas de 2016 – Rio de Janeiro, Brasil

As Olimpíadas de Inverno de 2018 – Pyeongchang, Coreia do Sul

Outros Exemplos Notáveis

ANEXOS	104
---------------	-----

INTRODUÇÃO

O esporte tem influência sobre os mais variados comportamentos, desde conflitos por conta de equipes até aproximação de países afastados. Faz parte da cultura humana há milênios, e é inseparável da prática social. De acordo com Bedeck (1984, p.1), “o esporte competitivo é, por sua própria natureza, universal”. O autor até mesmo defende que o esporte “vem progressivamente substituindo a religião no seu poder de excitar a paixão”.

Presente desde a Antiguidade, competições esportivas provocam sentimentos em quem assiste. Os eventos esportivos internacionais têm a sua audiência, e consequentemente sua relevância, amplificada. E por envolver tantos espectadores, estão inevitavelmente sujeitos a serem instrumentalizados, como qualquer evento dessa escala. Muitos são os exemplos de politização do movimento. O movimento esportivo internacional pode ser instrumentalizado por competidores – indivíduos com causas próprias –, por movimentos sociais que buscam respaldo internacional, ou por Estados que arquitetam essas ações como parte de uma estratégia de política externa¹. A dissertação parte, portanto, do pressuposto teórico de que o esporte internacional é politizado. A celebração dos povos em contexto esportivo amigável é tão rara quanto estimada. No entanto, há um *gap* na produção acadêmica:

Entre o esporte e as Relações Internacionais, havia o que Taylor (1986) chama de ‘negligência mútua’, já que ambos consideravam que operavam em domínios separados. Isso lhe parecia surpreendente dado o papel que o esporte tinha adquirido como elemento significativo nos assuntos internacionais e pelo fato de que os próprios governos consideravam o esporte importante demais para ser ignorado. Apesar do esporte não estar no centro das relações intergovernamentais, nem ter importância essencial nas questões de segurança e econômicas, o mesmo deveria ter sido mais estudado pelos especialistas nas relações internacionais. (SUPPO, 2012)

O esporte internacional é inevitavelmente um canal de comunicação não-verbal entre Estados. “Como uma linguagem universal, o esporte pode transmitir, de pessoa para pessoa, por meio da mídia para o público em geral, um interesse compartilhado

¹ O próprio Brasil já visitou países com problemas e marcou partidas de futebol, notoriamente levando a seleção para visitar o Haiti para um amistoso antes das tropas brasileiras chegarem para as operações de *peacekeeping* da ONU.

com outras pessoas além das fronteiras políticas. Esses aspectos importantes costumam estar ausentes em muitas formas de comunicação internacional” (BEDECKI, 1984, p.2).

O “mito da autonomia”, que sugeria que o esporte deveria ter e teria pouco efeito sobre outras atividades humanas, foi amplamente enfraquecido (...). O esporte moderno é cada vez mais (e talvez essencialmente) internacional, e teve uma dimensão internacional praticamente desde seu início. Desenvolveu organizações internacionais altamente autônomas, principalmente o Comitê Olímpico Internacional e a FIFA, a federação internacional de futebol. (ALLISON; MONNINGTON, 2002)

Apesar dos traços culturais, específicos de nações, o esporte é universal. Por isso, competições esportivas internacionais importam. O esporte consegue dialogar pacificamente, quando em seu estado mais puro, com muitas nações. Se politizado, pode ser utilizado como sanção política ou manifestação de opinião.

Todavia, há correntes que defendem o ideal do esporte ser um evento apolítico e puramente em função da competição saudável. Com o passar dos séculos e a aproximação de um mundo globalizado, entretanto, o esporte passou a ter sua própria influência nas tendências internacionais, possuir seu valor econômico, e conseqüentemente, se tornou alvo de cobiça.

As Olimpíadas Modernas são consideradas, nesse trabalho, as representantes do movimento esportivo internacional. Os Jogos Olímpicos são considerados por diversos autores como um palco de exposição para as interações e relações internacionais há décadas.

O esporte desempenha um papel significativo nas relações internacionais. O esporte moderno, que antes se limitava ao nível local, regional ou nacional, passou a se espalhar para o nível internacional e tem acesso à área social e política. Considerando que o Comitê Olímpico Internacional (COI) tem 202 Estados membros, ainda mais do que o número de Estados membros da ONU, que totaliza 192², é óbvio que o esporte internacional é agora uma arena da política e da diplomacia internacional. (UK ESSAYS, 2018)

Os Jogos Olímpicos Modernos de Verão têm acontecido há 124 anos, com raras interrupções. Algumas edições foram canceladas por conta de eventos internacionais fora do controle dos Comitês Nacionais Olímpicos (CNOs) e do Comitê Olímpico

² Atualmente, o número de Estados-membros da Organização das Nações Unidas é de 193, e do Comitê Olímpico Internacional, de 206.

Internacional (COI), como ocorreu nos anos de 1916 (Primeira Guerra Mundial), 1940 e 1944 (Segunda Guerra); mais recentemente, houve o primeiro adiamento da história olímpica, com a Edição de Tóquio de 2020, transferida para 2021, por conta da pandemia do COVID-19.

Na Copa do Mundo da FIFA (*Fédération Internationale de Football Association*), outra competição esportiva de caráter internacional, a atual participação é de 32 seleções; nos Jogos Olímpicos é possível notar milhares de atletas, de centenas de delegações diferentes. Não importa o tamanho do Estado, nem sua qualidade no esporte; a multiplicidade de modalidades garante maior representatividade e, conseqüentemente, maior engajamento público e audiência nos Jogos Olímpicos do que na Copa do Mundo. Por isso, o objeto desta pesquisa será apenas as Olimpíadas de Verão³.

Recentemente, o movimento esportivo internacional, em especial os Jogos Olímpicos, têm sentido certa resistência do público; os escândalos de corrupção e casos de doping, a retirada de cidades candidatas, a queda na audiência e a solvência econômica foram fatores que contribuíram para que houvesse uma crise em um dos eventos internacionais mais importantes do mundo: as Olimpíadas. As raízes dessa crise não são provenientes somente do campo dos Esportes, e sim uma conseqüência de acontecimentos em diversas áreas da esfera internacional.

A crise olímpica será explorada nesta dissertação, desde suas origens até as propostas elaboradas para combatê-la, um projeto de reforma do COI chamado Agenda 20+20 ou Nova Norma. A partir do que foi publicado, serão examinadas as iniciativas que efetivamente foram colocadas em prática para solucionar a crise. O objetivo é entender o papel do componente político na realização e manutenção dos Jogos.

A pesquisa se dedica a analisar se a politização dos Jogos pode ter contribuído para a crise dos mesmos; e se sim, se existem medidas diretas da Agenda 20+20 que mitiguem seus efeitos. E, por fim, essas iniciativas da Nova Norma, primeira e única reforma do COI – organização secular que funcionou da mesma maneira desde sua

³ Os números estimados para a mais recente edição olímpica (2016), no Rio de Janeiro, giravam em torno de cinco bilhões de espectadores no mundo todo, com 200 países transmitindo os jogos (SETTIMI, 2016). Só no Brasil, 63,4 milhões de pessoas acompanharam a edição de 2016 das Olimpíadas, número correspondente a 98,3% dos domicílios averiguados pela pesquisa Kantar IBOPE Media (2016).

criação em 1894 – poderiam, como consequência, impactar a geopolítica das Olimpíadas?

Todos os questionamentos supramencionados derivam de uma grande pergunta de pesquisa, que é se a Agenda 20+20 pode – ou se dá indícios de – ter repercussões na instrumentalização dos Jogos Olímpicos. A Agenda pode ser capaz de diminuir a politização, se este for um dos objetivos estipulados e se o documento for colocado em prática pela instituição (o Comitê Olímpico Internacional)?

A hipótese trabalhada é de que se as medidas propostas na reforma, que preveem um barateamento de custos ao sediar, gerarem uma ampla diversificação geográfica de sedes, o resultado será uma perda parcial da eficácia da politização.

A dissertação se organiza da seguinte forma. No primeiro capítulo, será abordada a sociologia e a geopolítica do esporte. Tratando dessas correntes, é possível identificar primeiramente os ideais puros e não adulterados nas origens das Olimpíadas e, posteriormente, como esses ideais vêm se entrelaçando com a geopolítica mundial e consequentemente sendo parte da equação em relações internacionais. Será também evidenciada a história e a política por trás das Olimpíadas Modernas, com o intuito de mostrar exemplos de instrumentalização dos Jogos através dos anos. A discussão da literatura nesse primeiro capítulo é essencial para a contextualização de ambos os campos – o esporte internacional e as Relações Internacionais.

No segundo capítulo, a organização interna do Comitê Olímpico Internacional será exposta para se compreender como a recente crise afetou a organização. Serão discutidas também as origens da crise do COI – traçando uma linha do tempo que contribui para o entendimento da ordem do acontecido – e quais as consequências da mesma. Serão também examinadas as onerosas consequências econômicas de sediar os jogos nos moldes atuais – não só para a organização, mas para todos os Estados-sede. Expondo as origens dessa crise e, com base no que foi discutido no primeiro capítulo, será possível responder à primeira pergunta desta dissertação; se a politização internacional dos Jogos Olímpicos pode ser apontada como uma das causas da crise e, consequentemente, da elaboração da Agenda 20+20.

O terceiro e último capítulo trata da Agenda 20+20, tema que permeia toda a dissertação. Serão mostradas todas as propostas e a que representam e as consequentes

iniciativas que o COI tomou após a aprovação da Agenda. Esta análise responderá a segunda pergunta da pesquisa; se existem medidas diretas ou indiretas da Agenda para reduzir a politização. Para além das medidas propostas, é imprescindível investigar o nível de implementação destes objetivos da organização, já que as ações do Comitê Olímpico Internacional afetam diretamente como os Jogos Olímpicos são realizados e, conseqüentemente, o palco das relações internacionais. Assim, o estudo das ações do COI, a partir das medidas da Agenda, tratará de responder a terceira pergunta desta dissertação; se há indícios de que a Agenda teria condições de impactar a geopolítica dos Estados nos Jogos Olímpicos.

Atravessando toda a argumentação estará o embasamento teórico das Relações Internacionais, fazendo com que o texto dialogue com essa área que parece negligenciar o estudo do esporte internacional. Conforme Boyacioglu e Oguz (2016), “durante a criação do poder político, o esporte é utilizado como meio natural devido à sua aceitabilidade e ao seu efeito em massa.” Visto a importância das Olimpíadas para o estudo das relações internacionais, uma mudança real como a Agenda 20+20 merece uma análise completa, e é assim que essa dissertação pretende contribuir para o debate do esporte e das relações internacionais.

CAPÍTULO UM: Os Jogos Olímpicos e a Política Internacional

1.1 A Busca das Ciências Humanas no Entendimento do Esporte

Os Jogos Olímpicos da Antiguidade eram realizados em Olímpia, uma das cidades mais importantes do Peloponeso, na Grécia Antiga. A cidade era considerada santa por abrigar os templos dos deuses Zeus e Hera. “Os Jogos Olímpicos antigos eram festivais sagrados, nos quais os atletas competiam para servir aos deuses” (HELAL, 1990, p. 35). O enlace do esporte com a cultura (e, conseqüentemente, com a religião) pode ser estudado por diversas subáreas das Ciências Humanas, como a sociologia, a filosofia, a antropologia, a psicologia e a história.

A história do esporte é uma história relativamente autônoma que, mesmo estando articulada com os grandes acontecimentos da história econômica e política, tem seu próprio tempo, suas próprias leis de evolução, suas próprias crises, em suma, sua cronologia específica. (BOURDIEU, 1983, p. 5)

A importância da cultura para a sociedade grega, berço dos Jogos Olímpicos, é objeto de estudo há séculos. “A Cidade Antiga” (1864), do historiador francês Fustel de Coulanges, examina o fogo sagrado ou a religião doméstica. Na Grécia pré-mitológica, a lareira de cada casa era acendida pela primeira vez com o calor originário dos raios solares. A chama resultante era o deus daquela família. Não se deve deixar de notar como o ritual da Chama Olímpica remete a esse costume.

Era a crença na época de que o fogo que se extinguísse esgotaria também as bênçãos àquele lar, por se tratar de uma divindade (a chama) que deveria ser constantemente alimentada para sobreviver. Com a lareira extinta, a família também seria. A Chama Olímpica tampouco pode se apagar em seu trajeto quadrienal, quase que representando uma entidade divina olímpica. Esse deus universal com origem nos Jogos Olímpicos da Antiguidade foi por muitas vezes desrespeitado com articulações políticas posteriormente.

A formação do homem grego culturalmente dependia da prática social esportiva. A ideia do vigor físico era essencial para formar guerreiros, jovens que iniciavam esportes ainda crianças para na idade adulta tornarem-se soldados. Esse aspecto cultural

imitava o herói, se tornando fácil relacionar a figura do herói com os primeiros atletas. São arquétipos⁴ muito similares no imaginário esportivo. Os Jogos Olímpicos seriam, portanto, um evento que além de global, permite a formação constante de heróis.

Katia Rubio, por anos psicóloga de equipes esportivas, trata desse conceito em sua obra “O Atleta e o Mito do Herói” (2001). O antropólogo Joseph Campbell, autor do livro “O Herói de Mil Faces” (1949), é o primeiro a identificar um padrão de narrativa em mitos – chamado de Jornada do Herói ou Mito do Herói. A ideia da obra de Rubio é justamente correlacionar esses dois conceitos psicológicos, o do herói com o do atleta. Entender que um remete ao outro é essencial para compreender a importância da perpetuação dos Jogos Olímpicos na era moderna.

Em uma perspectiva mais histórica, é importante entender a distância temporal entre o evento clássico olímpico e os atuais Jogos. No ano de 776 a.C. houve o primeiro evento propriamente olímpico, por conta de sua frequência quadrienal, tendo importância religiosa por serem cultos à fertilidade (GIORDANI, 2001, p. 259). O festival foi contabilizado até 1169 anos depois, em 393 d.C., tendo no total 293 edições (DURÁNTEZ, 1976). A ideia do torneio foi resgatada apenas séculos depois, pelo Barão de Coubertin.

A ideia da restauração dos Jogos Olímpicos (...) pode ser atribuída prioritariamente ao interesse do francês Pierre de Coubertin pelas teorias do pedagogo inglês Thomas Arnold, que confiava ser possível evitar o envolvimento dos jovens com reformas sociais através da prática intensa de exercícios físicos. Para Pierre de Fredi, Barão de Coubertin, manifestações olímpicas internacionais consolidariam a harmonia e evitariam a guerra na Europa, previsível no fim do século XIX. (VASCONCELLOS, 2008, p. 56)

Coubertin era um visionário esportivo e um estrategista político; obteve êxito em reinstalar a competição esportiva quadrienal no ano de 1896. Para ele e muitos pensadores até hoje, o esporte é mais do que apenas uma modalidade ou uma atividade física que possa ser realizada em equipes, duplas ou solo. Afinal, “o esporte compõe um fato social, econômico e político, que busca e dá sentido ao desenvolvimento do ser humano” (MARTINS, 2016, p. 3).

⁴ Conceção de Carl Jung, os “arquétipos” são ideais comuns ao inconsciente humano.

O esporte na Grécia antiga, conforme mencionado anteriormente, fazia parte da educação básica dos cidadãos; assim como hoje em dia a educação física é “componente curricular obrigatório da educação básica” apesar de sua “prática [ser] facultativa ao aluno” (Portal MEC, 2018, p. 1). Até o final do século XIX, quando o COI foi criado, a prática esportiva visava a saúde popular e a manutenção do controle sobre os jovens de classe média, pelo menos em teoria.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, entretanto, os esportes “assumiram um significado social e um valor simbólico bem forte” (MURAD, 2009 apud MARTINS, 2016, p. 7). Pierre Bourdieu, sociólogo francês, concordava com Pierre de Coubertin sobre o importante papel do esporte entre os jovens – desde a classe dominante até os dominados – e sua relação com a política.

Sem dúvida não poderíamos esquecer que a definição moderna do esporte, frequentemente associada ao nome de Coubertin, é parte integrante de uma "ideia moral", isto é, de um *ethos* das frações dominantes da classe dominante realizado através das grandes instituições de ensino privado, destinadas prioritariamente aos filhos dos dirigentes da indústria privada. (BOURDIEU, 1983, p. 9)

De acordo com o sociólogo, a prática do esporte era tanto eficaz quanto barata em termos de controle da juventude, com figuras de autoridade vendo “nos esportes um meio de ocupar a menor custo os adolescentes que estavam sob sua responsabilidade em tempo integral; como aponta um historiador, quando os alunos estão no campo de esportes, é fácil vigiá-los, dedicam-se a uma atividade ‘sadia’ e direcionam sua violência contra os colegas ao invés de direcioná-la contra as próprias instalações ou de atormentar seus professores” (BOURDIEU, 1983, p. 13).

Bourdieu construiu um modelo de análise do mundo social. Entre os conceitos deste sociólogo destacaram-se os conceitos de “habitus”, “campo”, “capital” e “violência simbólica”. (...) O conceito de campo é definido como um espaço estruturado de dominação e práticas específicas de um espaço social. A estrutura do campo é como um constante jogo, no qual, cientes das regras estabelecidas, os agentes sociais participam, disputando posições e lucros específicos. (BOURDIEU, 2004 apud SOUZA; MARCHI, 2017, p. 20)

Não apenas no esporte esses conceitos podem ser aplicados. Bourdieu também exemplifica esses “campos” nas áreas da política, da moda, das artes, da religião e da literatura. A sociedade, para Bourdieu, é o campo social. O “habitus”, exemplificado adiante, “pode ser entendido como uma identidade cultural que permite os indivíduos

agirem dentro de uma sociedade” (BOURDIEU, 1983, apud SOUZA; MARCHI, 2017, p. 22).

No campo do esporte existem modalidades esportivas que ocupam maior prestígio dentre as demais, pois possuem maior capital simbólico acumulado. Há uma diferenciação nas práticas esportivas valorizadas por cada classe social. Isso se dá também pelas desigualdades no acesso às estruturas e preços dos equipamentos esportivos. (SOUZA; MARCHI, 2017, p. 25)

Um exemplo de modalidade que possui maior prestígio social é, na sociedade brasileira, o futebol. A prática esportiva não é considerada responsável por mitigar os efeitos da desigualdade social, do sexismo ou de outras injustiças da sociedade; como refletor da mesma, os problemas são apenas reproduzidos no escopo esportivo, e não solucionados pelo mesmo.

O esporte tem sua evolução, valores e conquistas atrelados à sociedade em que se insere, ou seja, é uma prática que deve ser contextualizada no tempo e no espaço da sua socialização. É um fenômeno sociocultural (...); seus problemas são os mesmos imbuídos da própria sociabilidade. Cada vez mais o esporte se torna parte do nosso mundo social (MARQUES, et al., 2009 apud MARTINS, 2016).

Uma característica da sociedade que se nota claramente reproduzida no esporte é o sexismo. A presença masculina em esportes de alto rendimento é predominante. No futebol, por exemplo, as mulheres são historicamente discriminadas por incorporarem o “habitus” dessa modalidade que nasceu e se popularizou masculina, ao ponto de as atletas serem questionadas tanto sobre sua sexualidade (como se isso afetasse o desempenho de alguma forma) quanto sobre seu talento em um esporte associado há décadas à ideia de virilidade (SALVINI; SOUZA; MACHI JUNIOR, 2012):

Um dos motivos [dessa violência simbólica] é justamente porque este esporte não reforça as características corporais femininas. Mulheres que praticam o esporte ficam com os corpos masculinizados e sofrem preconceito por não se enquadrarem no estereótipo corporal feminino preconizado pela sociedade. Os meios de comunicação contribuem para propagação desta violência. (*Ibidem*)

Bourdieu expande esse conceito de dominância sobre o gênero feminino e correlaciona com as relações sociais de dominantes e dominados (de classe) no esporte. A oposição entre essas facções da sociedade e o seu consequente estudo enriquecem o debate do esporte sendo analisado através da ótica da Sociologia:

Basta ter em mente que as frações da classe dominante tendem sempre a pensar sua oposição às frações dominadas - "intelectuais", "artistas", "senhores professores" - através da oposição entre masculino e feminino, o viril e o afeminado, que assume conteúdos diferentes segundo as épocas (por exemplo, atualmente cabelos curtos/cabelos longos, cultura científica ou "econômico-política"/cultura artístico literária, etc.), para compreender uma das implicações mais importantes da exaltação do esporte e em particular dos esportes "viris", como o rugby, e para ver que o esporte, como toda prática, é um objeto de lutas entre frações da classe dominante e também entre as classes sociais. O campo das práticas esportivas é o lugar de lutas que, entre outras coisas, disputam o monopólio de imposição da definição legítima da prática esportiva e da função legítima da atividade esportiva, amadorismo contra profissionalismo, esporte-prática contra esporte-espetáculo, esporte distintivo - de elite - e esporte popular - de massa - etc. (BOURDIEU, 1983, p. 16)

Voltando para as origens da própria Sociologia como ciência, percebe-se que até mesmo Émile Durkheim elaborou conceitos que são aplicáveis no campo do esporte, como consciência coletiva – o “conjunto de crenças e sentimentos comuns dos membros de uma sociedade, embora possa haver entre os membros de uma sociedade indivíduos que possuam consciência individual” – e a representação coletiva (MURAD, 2009 apud MARTINS, 2016, p. 15). O esporte também pode ser considerado um fato social, renomado conceito criado pelo sociólogo.

Katia Rubio se refere aos ex-atletas como “pós-atletas”, por acreditar que a mentalidade de um atleta se perpetua mesmo que o indivíduo já tenha encerrado sua carreira de competições. O pós-atleta também é alguém “a quem as instituições promotoras de esporte e a sociedade como um todo devem apoio e acompanhamento na construção de um novo projeto de vida” (RUBIO, 2015, p. 12).

Com ela concorda o atual presidente do COI, também “pós-atleta”, Thomas Bach, ao se questionar como preparar jovens para a vida após o esporte: “A suposição de que o esporte é uma distração da educação está errada. A atividade física apoia muito a educação. Ensina valores, habilidades sociais, a respeitar regras e a trabalhar em equipe. Você aprende fazendo e, às vezes, aprende sem saber... O esporte serve e apoia a educação.” (IMD, 2020, p. 1)

A sociologia esportiva pode ser um prisma através do qual se analisa o esporte como fenômeno, e suas consequências para as relações internacionais. Outras ciências, se aplicadas ao mesmo evento, podem trazer importantes contribuições para um estudo

como esse, que leva em consideração as ações humanas por trás da agenda do Comitê Olímpico Internacional.

A Psicologia do Esporte vem se somar à Antropologia, Filosofia e Sociologia do esporte compondo as chamadas Ciências do Esporte. (...) Implicada em seus primórdios com aspectos mais biológicos, hoje, a Psicologia do Esporte vem estudando e atuando em situações que envolvem motivação, personalidade, agressão e violência, liderança, dinâmica de grupo, bem-estar de atletas caracterizando-se como um espaço onde o enfoque social, educacional e clínico se complementam. (RUBIO, 1999, p. 8)

Por conta de ciências sociais do esporte, pode-se entender os atletas como mais do que simples ferramentas de seus Estados; são indivíduos que são educados conforme uma mentalidade na qual ganham “capital simbólico” ao se tornarem competidores por seu país; “aquilo que chamamos de prestígio ou honra (...) consiste nas diferenças de poder existentes na sociedade, que favorecem algumas pessoas ou instituições a persuadir entre os demais suas ideias, tornando seus discursos mais eficazes e convincentes” (BOURDIEU, 2003 apud SOUZA; MARCHI, 2017, p. 252). O psicólogo holandês Johan Huizinga, autor da obra “Homo Ludens: O Jogo como Elemento da Cultura” em 1938, analisou o jogo esportivo não só como um fenômeno da cultura humana, mas historicamente inerente a sociedades até mesmo do reino animal.

Cientistas do esporte, evitando a concepção clássica da educação física, começaram a discutir uma nova concepção sobre o esporte, a fim de estudar os movimentos esportivos sob diversos ramos científicos como fisiologia do exercício, biomecânica, sociologia, filosofia, psicologia, pedagogia e bioquímica. As “Ciências do Esporte” surgiram como resultado de quase 20 anos de tal evolução. No entendimento atual, o esporte se tornou um importante instrumento de mídia de massa. É também uma nova ciência que determina a natureza do comportamento humano e da estrutura mental por meio de atividades, jogos, competições e também fisicamente do corpo humano. (FISEK, 1998 apud BOYACIOGLU; OGUZ, 2016, p. 98).

As Olimpíadas foram criadas com o propósito de união, pacificidade e saudável competição. Por isso os Jogos Olímpicos da Antiguidade exigiam trégua para acontecer. Esses ideais foram perdidos com o passar dos séculos. A instrumentalização do esporte demonstra como a pureza da prática esportiva foi gradativamente explorada e articulada para que atores internacionais pudessem entregar mensagens através de um palco de proporções globais.

Se as Olimpíadas não mais representam um símbolo de trégua entre os povos, e sim uma ferramenta de provocação, inicia-se uma crise de identidade com a própria agenda interna dessa organização. Os valores puros do esporte não sendo mais respeitados pelos participantes da competição podem transformar o evento em um conflito:

‘Sempre me surpreendo quando ouço as pessoas dizerem que o esporte cria boa vontade entre as nações e que, se apenas os povos comuns do mundo pudessem se encontrar no futebol ou no críquete, não teriam nenhuma inclinação para se encontrar no campo de batalha’, George Orwell escreveu em *The Sporting Spirit*, o ensaio de 1945 talvez mais conhecido por descrever os esportes como ‘guerra menos o tiroteio’. Ele acrescentou: ‘No nível internacional, o esporte é francamente uma imitação de guerra. Mas o importante não é o comportamento dos jogadores, e sim a atitude dos espectadores, das nações que se enfurecem nessas disputas absurdas, e acreditam seriamente - pelo menos por períodos curtos - que correr, saltar e chutar uma bola são testes de virtude nacional’ (CALAMUR, 2018, p. 98).

O COI, em sua norma original – que pode ser considerada a Carta Olímpica, em integralidade no capítulo dois – prevê pureza total dos Jogos Olímpicos, no sentido de impermeabilidade a movimentos sociais e políticos. As constantes quebras dessa premissa ao longo dos anos causaram um movimento de politização quase inerente aos Jogos. Estando em conflito com os valores iniciais da competição ao politizar ou até mesmo monetizar o movimento, fica claro que os Jogos são instrumentalizados e que isso é um catalisador de todo tipo de mudanças no movimento esportivo internacional através dos anos, conforme será examinado nas próximas seções.

Observa-se que o esporte se torna cada vez mais eficiente na política internacional. Nos casos em que os primeiros instrumentos diplomáticos não dão resultados, o esporte pode ser usado como uma segunda ferramenta diplomática por todos os países e grupos que se sentem impotentes (DOGU, 2010 apud BOYACIOGLU; OGUZ, 2016, p. 65)

As leis esportivas internacionais não são só respeitadas, como também aplicadas em um âmbito mundial. Seria muita ingenuidade presumir que os Jogos Olímpicos, com toda sua história, importância e recente declínio por conta de uma crise no Comitê Olímpico Internacional, em nada influenciam nas relações entre Estados e, portanto, é imprescindível debater o impacto do esporte nas relações internacionais.

1.2. Geopolítica das Olimpíadas

O termo Geopolítica existe desde o início do século XX, cunhado pelo cientista político Rudolf Kjellén, com base na famosa obra de Ratzel, “Geografia Política”⁵. O campo de estudo trata os Estados como organismos geográficos, e o modo como se relacionam – seja ele amigável ou tensionado – compõe o estudo geopolítico.

“Geopolítica pode ser definida como o conjunto de ações e práticas realizadas no âmbito do poder, geralmente envolvendo os Estados Nacionais no sentido de promover o gerenciamento e o controle de seus territórios”, de acordo com Pena (2020). É o exercício do poder sob determinado território, correlacionando a influência com a localidade.

“Megaeventos esportivos internacionais”, de acordo com Koorep (2016, p. 10), “são fenômenos culturais, econômicos e políticos”. São eventos que reforçam o sentimento nacionalista muitas vezes, apesar de líderes de organizações esportivas apontarem para a natureza unificadora do esporte. É difícil imaginar uma situação onde o esporte está completamente separado do conceito de nação; tanto que é quase impossível notar alguma bandeira da União Europeia, por exemplo, em multidões de espectadores europeus – as representações de torcida são sempre nacionais.

Assim, o esporte pode ser considerado um importante fator nas sociedades modernas, onde as ideias e identidades nacionalistas são tanto cultivadas quanto incentivadas. Porquanto, a natureza competitiva de megaeventos esportivos internacionais é ideal para “articulações de nação” (*Ibidem*).

A Geopolítica sempre esteve ligada ao estudo das guerras, no sentido de disputa e conflito por territórios e recursos. E, por vezes, o futebol [esporte] entra como mais um componente de geopolítica e mesmo das guerras, na qual se materializa de forma institucionalizada e “regrada” as disputas entre clubes, jogadores, federações e países. (CANETTIERI, 2010, p. 74)

A geopolítica por trás das competições esportivas internacionais se faz presente desde o início das Olimpíadas Modernas e em todos os seus níveis, desde a escolha da sede até os acontecimentos durante a própria competição. Percebe-se, ao analisar as

⁵ O geógrafo Friedrich Ratzel era da Alemanha, e publicou seu mais famoso livro em 1897, pouco antes da virada do século; é considerado o pai da geopolítica, apesar de não ser o responsável por cunhar o termo tão conhecido hoje em dia.

cidades que sediaram (Anexo 1), que os Jogos Olímpicos de Verão possuem uma preferência por países desenvolvidos. Anteriormente aos Jogos de Pequim em 2008, todas as Olimpíadas (com a exceção dos Jogos na Cidade do México, em 1968) foram sediadas por países ricos e, em sua grande maioria, ocidentais.

Os Jogos de Inverno⁶, entretanto, tendem a acontecer em países menos esperados, talvez por não fazerem parte do circuito composto por Estados Unidos e Europa Ocidental – sedes já incluíram Áustria, Bósnia e Herzegovina, Rússia, Suíça, Canadá, entre outros. Líderes de cidades em países ricos que são regionalmente conhecidas, mas geograficamente isoladas – como Nagano, no Japão – também se candidatam para “aparecer no mapa”.

De acordo com Koorep (2016), os megaeventos esportivos se tornaram reféns das aspirações políticas, escondendo objetivos geopolíticos da nação anfitriã dos Jogos, particularmente durante o meio do século XX, no decorrer da Guerra Fria (exemplos disponíveis no Apêndice). Supostamente, tais objetivos de prevalecer sobre o Ocidente ou não perder para o avanço comunista terminaram nos anos 1980. Mas, se por um lado Holger Preuss (2015, p. 651) afirma que “desde então, os Jogos Olímpicos dificilmente foram utilizados como um instrumento político”, Immanuel Wallerstein (2009, p. 1) defende que “a geopolítica nunca esteve ausente dos Jogos”.

Os megaeventos esportivos podem ser vistos como um meio para o Hegemon fortalecer sua posição, mas também como uma chance para as potências emergentes mostrarem suas habilidades e ultrapassarem os governantes em seu próprio jogo. Por exemplo, os Jogos Olímpicos de Pequim 2008 poderiam então ser interpretados como um “choque atlético de civilizações⁷” entre a superpotência mundial [Estados Unidos] e a nação que parece pronta a desafiar a hegemonia americana [China]. (KOOREP, 2016, p. 234)

Sediar pode ser importante para países emergentes que buscam influência mundial, já que de acordo com a literatura sobre o assunto, os objetivos desses países podem ser desde uma liderança regional mais evidente até provar a sua modernidade para estabelecer uma reputação internacional. Sediar uma Olimpíada pode ser uma importante prova de que um país em desenvolvimento se encontra em um estágio já avançado na transição para país desenvolvido. (GRIX, 2013; MALFAS et. al, 2004)

⁶ Os Jogos de Inverno aconteciam em conjunto com os Jogos de Verão, em uma única edição Olímpica, até o ano de 1920. A partir de 1924, até a Edição de 1992, os Jogos de Verão eram seguidos pelos de Inverno no mesmo ano. Em 1994 passaram a ser intercalados por um intervalo de dois anos. (Anexo 1)

⁷ Mark Dyreson cunhou o termo do “choque de civilizações atléticas”.

Apesar da inicial falta de reconhecimento da área de relações internacionais como um todo sobre o potencial do esporte, alguns teóricos têm escrito a respeito dessa conexão entre os campos. A geopolítica, por exemplo, não deixa nunca de ser um fator para análise dos eventos esportivos mundiais, já que Koorep (2016) conclui que países com objetivos geopolíticos mais claros dedicam mais ao processo de licitação, consequentemente vencendo com maior frequência.

O estudo do esporte não consegue penetrar no círculo *mainstream* das ciências políticas apesar da enorme proliferação de revistas científicas especializadas no estudo sociológico do esporte (*Sport in Society*, *Sociology of Sport Journal*, *International Journal for the Sociology of Sport*, *Soccer and Society*, *International Journal of Sport Policy* etc.). As causas de tal "negligência" na área acadêmica de Relações Internacionais se encontram, essencialmente, no domínio da abordagem realista, preocupada apenas em questões ligadas ao poder econômico, militar e político. Pascal Boniface, diretor do Institut de Relations Internationales et Stratégiques (IRIS), lembra a resistência de seus colegas quando ele organizou, em 1998, um colóquio sobre a "Geopolítica do Futebol". Segundo ele, o tema, que já tinha sido bastante estudado pelos sociólogos, economistas e cientistas políticos, era considerado pouco sério pela academia na área das Relações Internacionais. (BONIFACE, 2010 apud SUPPO 2012, p. 9)

Também não se pode ignorar a geopolítica interna de um país; o autor demonstra que todas as cidades que entram na competição para sediar acabam gozando de benefícios de imagem, e não só a cidade vencedora. Isso gera uma mentalidade de *free rider*, onde os concorrentes podem não querer realmente ganhar a licitação, já que as cidades ganham o desejado apoio de seus governos federais e maior atenção nacional e internacional para sua imagem apenas ao participar da licitação.

Isso tudo gera repercussões não só na geopolítica internacional, mas dentro das fronteiras de um mesmo país também. O esporte pode tocar as esferas mais distantes uma da outra ao mesmo tempo. Em resumo, tanto a geopolítica como a sociologia dos esportes deve ser levada em consideração quando se analisa o esporte internacional e a Nova Norma do COI, pois os motivos que levaram à publicação desta podem ser rastreados até esses grandes campos de atuação; o esporte como deveria ser, com seus valores olímpicos e importância inerente ao ser humano e a sociedade, e o esporte como arma geopolítica, uma distorção de sua origem.

1.3. Politização de Esportes

Discute-se na literatura que o esporte internacional é instrumentalizado, ainda que alguns autores tratem os exemplos históricos⁸ como eventos de recorrência improvável. Muitos autores já exploraram temas similares em suas publicações; Phillip D'Agati (2013) chega a denominar os Jogos de 1984 (sediados em Los Angeles, Estados Unidos) como uma “*surrogate war*”, ou em tradução livre, “guerra substituta”. O conceito é de que as tensões entre essas potências eram aliviadas através de meios alternativos, já que uma guerra nuclear entre EUA e URSS, em teoria, traria danos irreparáveis ao mundo.

Toby Rider (2016) analisa como o governo americano utilizou as Olimpíadas para promover seus ideais democráticos, estudando a tensa fase do começo da Guerra Fria. Ele explica como o governo (apesar da proibição de interferência nos Jogos) atuou em conjunto com o setor privado, e utilizou o evento internacional para melhorar a situação político-econômica do país enquanto, nos bastidores, tentava manipular o Comitê Olímpico Internacional.

Zhyrun (2018) escreve que manter os esportes fora da política seria uma ótima ideia em teoria; porém, o autor defende que isso foi simplesmente impossível durante a Copa do Mundo da FIFA, por exemplo. Escrevendo sobre a mais recente edição – a Copa de 2018, com sede na Rússia – Zhuryyn afirma que “provou-se mais uma vez que as competições esportivas são inseparáveis do *nation branding*⁹, da identidade nacional e da política mundial”.

Por outro lado, o artigo de Almeida (et. al, 2014) argumenta que o *soft power*¹⁰ também é historicamente construído, dependente da percepção de políticas e ações de outros, e, portanto, é raro que uma ação individual – no caso, sediar um megaevento esportivo – seja capaz de promover mudanças consideráveis. Manzenreiter (2010)

⁸ Os casos mais famosos politizados se encontram em descrição extensiva no Apêndice.

⁹ De acordo com Szondi (2008), *nation branding* é uma atividade “planejada, holística e coerente”. Consiste em aplicar “técnicas de *branding* e comunicação de marketing para promover a imagem de uma nação” (FAN, 2006 apud SZONDI, 2008).

¹⁰ Cunhada por Joseph Nye no fim dos anos 1980, o termo corresponde à habilidade de um país de persuadir outros a seguir sua agenda sem qualquer forma de coerção. O conceito contrário, *hard power*, significa o uso da força para impor seus interesses (NYE, 2004).

concorda, argumentando que existe uma noção superestimada do poder dos megaeventos esportivos para melhorar a imagem de um país.

Para entender melhor a relação entre a política externa e o esporte internacional em geral, Vasconcellos (2008) analisou como o esporte pode ser utilizado tanto interna quanto externamente, e em frentes financeiras e culturais, falando também sobre a propaganda estatal que é passada através de eventos.

Millington e Darnell (2014) se debruçaram sobre o caso brasileiro para examinar a tendência de sedes olímpicas sendo concedidas a países que pertencem ao “sul global” – Estados ainda em desenvolvimento que poderiam se beneficiar do megaevento esportivo como parte de uma estratégia de melhora nacional a longo prazo. John Nauright (2004) argumenta que há um paradoxo entre os países em desenvolvimento que sediam mega eventos esportivos; apesar do investimento e da vontade de serem bem-sucedidos, muitos desses Estados acabaram com problemas de infraestrutura e dívidas exorbitantes. A inabilidade de obter êxito reforça estereótipos atribuídos aos países em desenvolvimento.

Assim, tendo os Jogos Olímpicos se transformado em um evento de grau de espetáculo internacional, os países em desenvolvimento têm espaço para sediar ou não? É um questionamento que muito se entrelaça com uma das perguntas de pesquisa, que levanta o debate do futuro da politização com a diversificação das sedes que se tem observado. A questão será respondida no último capítulo da dissertação.

De acordo com John Nauright (2004, p. 1331), “os Jogos Olímpicos Modernos sempre foram muito mais do que competições atléticas. Como resultado, muitas vezes parece que as Olimpíadas foram frequentemente politizadas e sujeitas a excessos comerciais”. O mesmo ocorre com outras competições internacionais, como os Jogos de Inverno, a Copa do Mundo, finais como o Superbowl americano ou o episódio da liga de rugby¹¹ em 1976, que acabou tendo repercussões nos Jogos Olímpicos daquele ano.

¹¹ Vinte e dois países africanos boicotaram as Olimpíadas de Montreal em 1976 porque a Nova Zelândia havia competido com a África do Sul no *rugby*, mesmo o país estando expressamente proibido de engajar em qualquer competição esportiva internacional por conta de seu regime de *apartheid*. (VASCONCELLOS, 2008)

Murray e Pigman (2013), entretanto, analisaram a relação entre o esporte internacional e a diplomacia, alegando que ela tem sido “relativamente não-teorizada”, e que o movimento é uma ferramenta diplomática. Eles defendem que por milênios essa associação entre esporte e política existiu, exemplificando como as próprias Olimpíadas Antigas começaram como um evento religioso helenístico, e foram abolidas por um Imperador romano cristão por se tratar de um ritual pagão (LIMA et. al, 2009). Ou seja, desde o início as decisões de realizar ou não os Jogos foram pautadas em movimentos políticos e sociais, e não somente esportivos.

Jonathan Grix (2013, p. 2) trata do “uso das Olimpíadas por Estados para mostrar a nação anfitriã e os ‘legados’ esperados que surgem delas”. Esses dois fatos estão correlacionados para o autor; os “legados” são geralmente apresentados como a principal justificativa para a licitação e a sede das Olimpíadas.

Para Malfas, Houlihan e Theodoraki (2004), o que interessa é o tamanho do impacto no país-sede, seja ele cultural, econômico ou político. Reconhecem que, enquanto a chance de crescimento econômico ou outras vantagens são o claro objetivo e o motivo pelo qual competem para sediar os Jogos Olímpicos, os legados que ficam são dificilmente quantificáveis, complexos e até mesmo inclinados a uma interpretação política.

A obra de Helen Lenskyj (2000) apresenta uma análise crítica das propostas e preparações olímpicas do ponto de vista dos maiores afetados negativamente pelas consequências econômicas, políticas e ambientais de sediar uma Olimpíada. O centro do argumento é a corrupção presente nas organizações olímpicas, que apenas começaram a ser investigadas no fim do século passado – marcando o início de uma visão negativa sobre o evento mundial. Essa visão é importante porque a Agenda 20+20, documento publicado pelo COI em 2014, menciona propostas de transparência que só existiram em resposta aos escândalos de corrupção do Comitê Olímpico Internacional.

A crise que o Comitê Olímpico Internacional enfrenta – cujas raízes serão estudadas no Capítulo 2 – tem grandes chances de ser resolvida caso a Agenda 20+20 seja seguida à risca. Consequentemente, um novo formato de organização de Olimpíadas surgirá, impactando o curso das relações internacionais, ou restaurando sua influência anterior (examinando os exemplos no Apêndice, pode-se notar que os Jogos com relevância internacional ocorreram com maior frequência durante a Guerra Fria).

O mundo politicamente bipolar foi considerado como um mundo baseado na competição entre dois campos que estabeleceram a cultura, arte, esportes, literatura, tecnologia, militar e política. De fato, o esporte daquele período desempenhou um papel significativo na prova de força e competição entre os dois polos em um ambiente sem guerra, pois as competições atléticas significam a guerra cujo resultado não é a morte. Os efeitos econômicos da globalização também se manifestam na indústria do esporte. (BOYACIOGLU; OGUZ, 2016)

O impacto tradicional dos Jogos Olímpicos dependia de um país arcando com todos os gastos, demonstrando um poder estatal sem depender de patrocínios. A partir do momento que as Olimpíadas abriram o caminho para investimentos privados, a repercussão do *nation branding* e do *soft power*, apesar de ainda presente, se tornou menor, pois o evento não mais girava em torno exclusivamente do Estado e suas pretensões de imagem externa.

Conclui-se que utilizar política durante competições esportivas não é uma exceção, e sim a regra, apesar dos ideais Olímpicos originalmente declararem uma separação necessária entre o esporte e a política. E mesmo com a maioria dos exemplos se encontrando durante e por conta da Guerra Fria, exemplos icônicos como Berlim 1936, Pequim 2008 e Rio 2016 provam a constância do esporte instrumentalizado.

1.4. A política por trás das Olimpíadas

As Olimpíadas são um evento esportivo mundial bastante politizado. Não porque a política seja inerente às práticas olímpicas, mas sim porque, contrariando os princípios desportivos ou não, são nações competindo umas contra as outras – e não apenas indivíduos.

Os esportes geram conflitos que podem se tornar a guerra mais tarde. Frequentemente, iniciam ou agravam um conflito político nas relações internacionais. Uma vez que um atleta ou uma equipe representa sua nação, o ódio pela contraparte pode se tornar uma antipatia da nação. (UK ESSAYS, 2018, p. 2)

Essas nações, portanto, não conseguem ignorar o potencial que as Olimpíadas têm: um possível palco para política externa dos países, além de ser um lugar de

cooperação e espírito esportivo. Em algumas edições prevaleceu o uso político; em outras, o espírito de coletividade.

A história moderna dos esportes está inextricavelmente ligada ao orgulho nacional, ao prestígio internacional e à política mundial. De muitas maneiras, o esporte criou efeitos colaterais que vão além dos resultados esportivos. Em primeiro lugar, desempenhou um papel importante na construção da nação e como referência da identidade nacional. Em segundo lugar, serviu como um veículo por meio do qual nações e pessoas afirmam sua independência política e expressam uma identidade distinta. Terceiro, ele atua como um condutor de poder. (CHA, 2016, p. 85)

Esses temas são citados em diversos trabalhos e pesquisas que tenham o esporte internacional como tema. Por ora, é necessário esclarecer que o boicote, por exemplo, é considerado pela maioria dos autores como uma forma muito pública e eficaz de protesto, instrumentalizando muitas vezes os atletas que poderiam concordar ou não com essa “sanção”.

De acordo com Suppo (2012), “a não participação nos megaeventos esportivos é, para qualquer Estado, um considerável prejuízo, e isso denota, em grande medida, o enorme poder que concentram as organizações não governamentais que gerenciam o esporte”. Para o autor, o que mais surpreende é o fato de que não foram regimes autoritários os estreates dessa medida, e sim os Estados democráticos. Entretanto, é fácil discordar dessa surpresa se levar em conta que um país antidemocrático simplesmente declararia guerra, sem antes esgotar esse canal alternativo.

É uma forma segura de expressar descontentamento com outro país e suas políticas, porque é uma questão periférica ao sistema político internacional. Para mostrar descontentamento ou levantar objeções sobre uma questão política, o uso do esporte é uma forma de expressão circunscrita. O meio mais comum de expressar descontentamento por meio de eventos esportivos é boicotar o esporte. É considerada uma alternativa estratégica e de baixo custo a qualquer outra ação política que os Estados possam realizar. Possivelmente dá grande influência ou empurra outros estados sem usar o senso tradicional de poder estatal. (UK ESSAYS, 2018, p. 8)

Como as Olimpíadas são competições esportivas muito assistidas e comentadas, podem ser palco para disputas políticas. Os Jogos do Rio, em 2016, tiveram cerca de 5 dos 7,2 bilhões de pessoas no mundo conectadas com alguma parte da competição, que tradicionalmente dura em torno de duas semanas. Nos dias de hoje, com a mídia

fragmentada e eventos ao vivo cada vez menos convidativos, essa influência não deve ser ignorada.

Ilustrativa e sintomática foi pesquisa realizada na França que apontou os fatos mais relevantes para a opinião pública naquele ano [1964]: 5% opinavam que era a Guerra do Vietnã, 11% o Concílio Vaticano II, 17% a viagem do general Charles de Gaulle à América do Sul e 20% votaram nos Jogos Olímpicos de Tóquio [de 1964]! (...) Estava provado: inexistia instrumento para vender produtos, serviços e imagens comparável em vitalidade e visibilidade a uma realização esportiva de escala mundial. (VASCONCELLOS, 2008, p. 119)

Não só na audiência as competições internacionais têm números impressionantes; também houve aumento na quantidade de delegações olímpicas com o passar dos anos. Nos primeiros Jogos Modernos (1896), em Atenas, apenas quatorze Estados enviaram delegações de acordo com o COI. Na última Edição, Rio 2016, o número de países participantes era de 206¹². Isso demonstra o crescimento e evolução das Olimpíadas, em pouco mais de um século de existência, para um evento em escala global. Para comparação, em 1960, na 15ª edição (a edição de Olimpíadas de Verão mediana das trinta que já ocorreram), 83 países participaram (COI, 2017).

As Olimpíadas envolvem, portanto, diversos Estados e indivíduos, e possuem enormes proporções até em países que não participam das competições. Ao atingir um grande número de pessoas, as nações não ignoraram o potencial que os Jogos Olímpicos oferecem, pois os Estados, ou grupos organizados, podem usar essa influência para expor suas culturas ou agendas. Nessa perspectiva, o esporte pode ser pensado até mesmo como um ramo da política exterior.

Entendendo que o evento dos Jogos Olímpicos é um produto internacional, reconhecido e transmitido globalmente, cheio de significados positivos simbólicos aparentemente de ‘senso comum’ que atraem os consumidores de massa, sua ‘instrumentalidade política’ para a política externa torna-se evidente (Cornelissen, 2009, p. 133). Sediando ou pretendendo sediar, os Estados visam estabelecer e disseminar um perfil para investidores, turistas e outras nações, a fim de marcar sua distinção na arena global (ALMEIDA et. al, 2014).

Justamente por deter a atenção mundial, a partir do momento que algum Comitê Olímpico Nacional boicota o evento (seja pela motivação política, social ou diplomática) a presença ou a ausência de um Estado no esporte é utilizada como forma de expressar seu descontentamento com o país-sede ou com outro Estado participante.

¹² Dado retirado diretamente do sítio do COI, do número de comitês olímpicos nacionais.

Essa tendência já foi muito utilizada na história esportiva internacional. Em 2014, por exemplo, o político britânico Andy Burnham sugeriu à FIFA que “repensasse” a Rússia como sede da Copa de 2018. A constatação foi resultado da necessidade que Burnham viu de a União Europeia sancionar a Rússia pela anexação da Crimeia, crendo que as punições econômicas não fossem suficientes (MASON, 2014). A FIFA, no entanto, comunicou que, historicamente, boicotes ou isolamentos “não são a forma mais eficaz de resolver problemas” e que a Copa poderia ser “uma força para o bem”¹³ (The Moscow Times, 2014).

O “Olimpismo” (movimento olímpico) é defendido com veemência por indivíduos apaixonados por sua pureza. A competição desportiva internacional não deveria, na opinião destes, ser associada a motivos políticos sob nenhuma circunstância, nem mesmo a de conflitos de larga escala como as Grandes Guerras – conforme já visto no capítulo um, no item de Ciências do Esporte. O embasamento para tal defesa vem da noção histórica de trégua durante os Jogos Olímpicos da Antiguidade.

Independentemente da corrente defendida, Jogos Olímpicos Modernos têm público, e o que se enxerga é muitas vezes a consequência direta de sediar uma competição, se ausentar dela, ou, o mais desejado, vencê-la:

No jogo desportivo – ou cultural, ou político – vale a vitória e vale a repercussão da vitória, que revela superioridade e resulta em prestígio e em reconhecimento públicos. A vitória na competição traduz a prevalência de valores sociológicos e culturais. A supremacia forjada na conquista vale para mensurar atributos de ideias, pessoas, grupos e nações concorrentes, em várias instâncias e cenários, como um palanque eleitoral, uma tribuna política, uma assembleia parlamentar ou um campo de jogo. (VASCONCELLOS, 2008, p. 32-33)

As vitórias no campo esportivo propriamente dito são muitas vezes secundárias no jogo político que o esporte beneficia. A famosa diplomacia do pingue-pongue¹⁴ teve “resultados tendenciosamente favoráveis aos estrangeiros visitantes, servindo de distensão e preparo de clima para aproximações ampliadas em setores menos lúdicos,

¹³Alguns países, como a Islândia, também utilizaram a Copa para anunciar boicote diplomático à Rússia por conta do controverso episódio do envenenamento do ex-espionista russo. Essa ação não proibia os atletas islandeses de atender à competição, mas quaisquer autoridades do governo da Islândia estavam ausentes no evento.

¹⁴Técnica utilizada pela China para se aproximar primeiro culturalmente, através do esporte, e depois comercialmente, dos Estados Unidos. Consistiu em convidar o time americano para competir na China, e o time visitante ganhava com suspeitosa facilidade (VASCONCELLOS, 2008, p. 101).

como o político e o comercial” (VASCONCELLOS, 2008, p. 101).

Entretanto, não são todos que acreditam no potencial do esporte como política externa por si só. Chas Freeman, diplomata veterano, declarou posteriormente que “para a maioria das pessoas no Departamento de Estado, a diplomacia de pingue-pongue era uma evidência pequena, porém interessante do lado chinês em buscar um relacionamento com os Estados Unidos. Na verdade, foi o ponto culminante de um pouco de diplomacia, conhecida e planejada pelo Departamento” (CALAMUR, 2018).

Em fatos mais concretos, o Japão, próxima sede olímpica, apareceu no encerramento da edição Rio 2016 em preparação para usar sua melhor ferramenta: o *soft power*, como indicado pela aparição do personagem Mario. Naquele dia, as ações da Nintendo, empresa dona do famoso personagem de *videogame*, tiveram um aumento de 3,5% em Tóquio (MULLEN, 2016). São as repercussões da aplicação inteligente de uma estratégia para o esporte internacional.

Para alguns países, o esporte constitui atualmente um elemento do chamado *soft power*. O Brasil, por exemplo, segundo Nye possui dois elementos essenciais de *soft power* no plano internacional - "a cultura popular do carnaval e do futebol" (NYE, 2012, p. 224) -, e a China teria aumentado o seu com a organização das Olimpíadas de 2008 (NYE, 2012 apud SUPPO, 2012, p. 10)

São muitos os casos em que o esporte foi instrumentalizado visando a propaganda gratuita, um chamariz para um movimento social, ou atividades lucrativas. Podem ser citados casos emblemáticos como o atentado terrorista na Edição de 1972, em Munique, ou os boicotes consecutivos dos Jogos de 1976 (Montreal), 1980 (Moscou) e 1984 (Los Angeles).

No Apêndice constam casos de politização das Olimpíadas Modernas desde sua inauguração em 1896, começando com o primeiro evento claramente instrumentalizado, os Jogos de Berlim de 1936, sediados pelo então governo alemão nazista de Adolf Hitler. Mesmo com evidências múltiplas, a área de Relações Internacionais não estuda o assunto o suficiente:

As obras clássicas da disciplina Relações Internacionais praticamente ignoram a questão do esporte. A maioria dos trabalhos sobre as relações entre o esporte e as relações internacionais foi produzida por estudiosos do esporte ou por historiadores das relações internacionais, geralmente sem uma proposta teórica explícita, com primazia das

abordagens descritivas e empíricas e com propostas normativas. Apenas recentemente essa "negligência" dos especialistas de Relações Internacionais pelo esporte, mesmo entre aqueles autores que consideravam relevantes os fatores culturais nas suas análises, começou a ter fim. (SUPPO, 2012, p. 12)

Todo tipo de aproveitamento do palco global que as Olimpíadas de Verão oferecem foi mencionado no apêndice ao fim da dissertação; passando pelos anos da Guerra Fria até edições mais modernas, como nos anos 2010, com casos como o brasileiro. Esse suplemento textual também descreve casos onde o esporte internacional foi instrumentalizado por nações, movimentos ou indivíduos, não se restringindo somente aos Jogos Olímpicos de Verão.

Exemplos da Copa do Mundo da FIFA, das Olimpíadas de Inverno, do futebol brasileiro e até mesmo de competições de *rugby* foram incluídos para que a instrumentalização do esporte seja compreendida como um fenômeno tanto nacional quanto internacional, e de repercussões notáveis. A intenção do Apêndice é contextualizar historicamente esse movimento de politização das Olimpíadas de Verão, com exemplos diversos demonstrando que o esporte como um todo é também instrumentalizado.

Ao compreender o histórico fornecido por esses exemplos, é possível entender que os Jogos Olímpicos nunca foram completamente livres da influência de uma sociedade democrática; estes atores, sejam eles atletas ou seleções inteiras, frequentemente representam um movimento da sociedade civil, como o caso do protesto racial ocorrido nas Olimpíadas de 1968 e o boicote dos países africanos aos Jogos de 1976. Em conflitos internacionais, países proibiam seus atletas de participarem em edições como as de 1980 e 1984 por conta de um contexto de conflito internacional mais importante para eles do que a vontade dos atletas (a Guerra Fria).

Os diversos exemplos presentes no apêndice contribuem para compreender esse *background* por trás da crise do Comitê Olímpico Internacional. Todavia, para além disso, conforme será visto adiante, outros motivos também contribuíram para essa crise interna e externa da organização – em especial, razões financeiras, audiência, e problemas de moralidade perante ao público.

CAPÍTULO DOIS: Crise dos Jogos Olímpicos

2.1. Organização Interna do COI

Para entender se a organização está seguindo todas as recomendações e propósitos impostos por ela mesma, atendendo todos os requisitos para cumprir a Nova Norma (nome alternativo para a Agenda 20+20), primeiramente é necessário compreender a estrutura interna do Comitê Olímpico Internacional. Afinal, quaisquer mudanças significativas na estrutura ou no processo decisório após a publicação da Agenda podem ser tratadas como mecanismos que assegurem o cumprimento da mesma.

O Comitê Olímpico Internacional (COI) é uma organização internacional independente, sem fins lucrativos, comprometida em construir um mundo melhor através do esporte. Criada em 23 de junho de 1894, pouco menos de dois anos antes dos primeiros Jogos Olímpicos da era moderna, em abril de 1896, o COI é a autoridade suprema do Movimento Olímpico (COI, 2020a).

O COI é o líder do Movimento Olímpico, que visa integrar cultura e educação ao esporte, combinando na filosofia de vida do olimpismo as qualidades do corpo, vontade e mente em equilíbrio e plenitude. O movimento olimpista procura criar um modo de vida “baseado na alegria do esforço, no valor educacional do bom exemplo, na responsabilidade social e no respeito pelos princípios éticos fundamentais universais”. (*Ibidem*)

A atuação do COI garante a colaboração entre todas as instituições olímpicas; são elas, os Comitês Nacionais Olímpicos (CNOs), as Federações Esportivas Internacionais (FIs), Comitês de Organização dos Jogos Olímpicos (COJOs), os Parceiros Olímpicos (TOPs, da sigla em inglês *The Olympic Partners*), os parceiros de transmissão e até mesmo algumas agências da própria ONU (Organização das Nações Unidas). O objetivo principal do COI é difundir valores olímpicos e garantir o acontecimento regular dos Jogos Olímpicos de Verão, de Inverno e da Juventude.

O Comitê Olímpico Internacional tem seu financiamento totalmente privado e, desde os primeiros Jogos Olímpicos modernos de Atenas em 1896, conta com contribuições de parceiros comerciais para organizar os Jogos e apoiar o Movimento Olímpico. O COI redistribui 90% de sua receita, o que significa que todos os dias o equivalente a

mais de US\$ 3,4 milhões é distribuído para apoiar atletas e organizações esportivas em todos os níveis do mundo. (COI, 2020a)

O fator mais significativo para o crescimento do movimento olímpico no mundo (e pelo sustento do COI) é o direito de transmissão e cobertura ao vivo, que é vendido para várias mídias internacionalmente. Quando as Olimpíadas foram televisionadas e, posteriormente, transmitidas ao vivo em plataformas online, se tornaram cada vez mais acessíveis e populares.

O Comitê Olímpico Internacional é regido por um documento muito similar à carta constitutiva da Organização das Nações Unidas, no sentido de formalizar as intenções e motivos para criação de uma instituição de alcance internacional. O registro é chamado de Carta Olímpica, que dita até mesmo como as previamente mencionadas organizações olímpicas se relacionam entre si.

A Carta Olímpica é a codificação dos princípios fundamentais do Olimpismo e as regras e estatutos adotados pelo Comitê Olímpico Internacional. A Carta governa a organização, as ações e o funcionamento do Movimento Olímpico e estabelece as condições para a celebração dos Jogos Olímpicos. (...) A Carta foi publicada pela primeira vez em 1908. (COI, 2020b)

Algumas das regras foram elaboradas pelo próprio Barão de Coubertin, idealizador dos Jogos Olímpicos Modernos, em 1898. Conforme descrito no Quadro 1, o Comitê tem 17 tópicos que enfatizam qual deve ser sua atuação; esses objetivos originais guiaram as ações do Comitê desde sua fundação.

Quadro 1: Objetivos da Carta Olímpica (1908)¹⁵

Carta Olímpica (1908)	
#1	Encorajar e apoiar a promoção da ética no esporte, bem como a educação dos jovens por meio do esporte, e dedicar seus esforços para garantir que, no esporte, o espírito de <i>fair play</i> prevaleça e a violência seja proibida
#2	Incentivar e apoiar a organização, desenvolvimento e coordenação de esportes e competições esportivas
#3	Assegurar a celebração regular dos Jogos Olímpicos

¹⁵ Tradução Própria.

Carta Olímpica (1908)

- #4** Cooperar com as organizações e autoridades públicas ou privadas competentes no esforço de colocar o esporte a serviço da humanidade e, por meio dele, promover a paz
- #5** Tomar medidas para fortalecer a unidade do Movimento Olímpico, proteger sua independência, manter e promover sua neutralidade política e preservar a autonomia do esporte
- #6** Agir contra qualquer forma de discriminação que afete o Movimento Olímpico
- #7** Incentivar e apoiar representantes eleitos de atletas dentro do Movimento Olímpico, com a Comissão de Atletas do COI atuando como seu representante supremo em todos os Jogos Olímpicos e assuntos relacionados
- #8** Encorajar e apoiar a promoção das mulheres no esporte em todos os níveis e em todas as estruturas, com vistas à implementação do princípio da igualdade entre homens e mulheres
- #9** Proteger atletas limpos e a integridade do esporte, liderando a luta contra o *doping* e agindo contra todas as formas de manipulação de competições e corrupção relacionada
- #10** Incentivar e apoiar medidas relacionadas aos cuidados médicos e à saúde dos atletas
- #11** Opor-se a qualquer abuso político ou comercial de esportes e atletas
- #12** Encorajar e apoiar os esforços de organizações esportivas e autoridades públicas para proporcionar o futuro social e profissional dos atletas
- #13** Encorajar e apoiar o desenvolvimento do esporte para todos
- #14** Encorajar e apoiar uma preocupação responsável por questões ambientais, promover o desenvolvimento sustentável no esporte e exigir que os Jogos Olímpicos sejam realizados de acordo
- #15** Promover um legado positivo dos Jogos Olímpicos para as cidades e países anfitriões
- #16** Encorajar e apoiar iniciativas que misturam esporte com cultura e educação
- #17** Incentivar e apoiar as atividades da Academia Olímpica Internacional (IOA) e outras instituições que se dedicam à educação olímpica

Fonte: COI, 2020.

Com o que foi previamente discutido e demonstrado no Apêndice, nota-se que os objetivos #5 e #11 pouco corresponderam à realidade, pois há vários exemplos que provam que esses objetivos não foram conferidos na história do esporte internacional; assim é possível argumentar que, desde a origem da Carta Olímpica, há mais de 110 anos, o COI não conseguiu ser bem-sucedido nesse objetivo.

Outros objetivos podem ser apontados como em descompasso com o cenário real; o #1 e #9, onde a ética nem sempre prevaleceu (por conta da pouca transparência e dos escândalos de corrupção e de *doping*), e o #12 (“Encorajar e apoiar os esforços de organizações esportivas e autoridades públicas para proporcionar o futuro social e profissional dos atletas”), sendo que durante a maior parte do século XX foi negado o profissionalismo do atleta que competia nas Olimpíadas.

A Carta Olímpica é clara: ‘os Jogos Olímpicos são competições entre atletas em provas individuais ou por equipe, e não entre países.’ Todavia, o esporte muitas vezes parece um pretexto. Durante os Jogos, as competições tornaram-se uma oportunidade para as nações mostrarem sua superioridade, seu poder, sua grandeza. A ex-URSS, a China, os Estados Unidos... algumas nações não hesitaram em promover um amplo *doping* para fazer seus atletas brilharem. (KESSOUS, 2016, p. 72)

O amadorismo foi motivo de grande discussão durante décadas; “Nada de profissionalismo, os Jogos Olímpicos deviam necessariamente permanecer amadores. A regra sagrada havia sido criada pelo próprio Pierre de Coubertin. O dinheiro não podia manchar o ideal olímpico a serviço do esporte” (KESSOUS, 2016, p. 98).

É claro que essa premissa não era completamente respeitada por todos os comitês olímpicos; de fato, quando o profissionalismo foi permitido em atletas olímpicos nos anos 1980, alguns países – como a União Soviética – abertamente protestaram. Os países soviéticos e muitos outros financiavam atletas “estatizados”; estes não eram profissionais porque não competiam como tais, mas eram apoiados por seus governos para continuarem seus treinos e permanecerem “amadores”, competindo apenas nas Olimpíadas.

Falava-se de ‘amadorismo marrom’ – pagava-se extraoficialmente um atleta oficialmente amador – porque alguns países recompensavam seus campeões, e todo mundo esperava desempenhos cada vez mais excepcionais da parte de atletas que não tinham mais nada de amadores em sua prática esportiva. (KESSOUS, 2016, p. 99)

Essa prática foi eliminada ao legalizar o profissionalismo dos atletas, e consequentemente contribuiu para um maior interesse da população em acompanhar esportistas que eram já conhecidos por jogarem em suas respectivas modalidades fora das Olimpíadas, que só ocorriam quadrienalmente.

Em relação às influências econômicas para os Jogos Olímpicos, há um importante papel da transmissão olímpica e os interesses da indústria da mídia, visto que o Comitê Olímpico Internacional “gera a maior parte de sua receita com a venda de direitos de transmissão, cuja maior parte advém da venda de direitos de TV norte-americanos” (KOOREP, 2016, p. 10).

Embora os governos contribuam financeiramente para seus cofres, [o COI] continua sendo uma organização privada cuja contabilidade permanece fora do registro público e cujos membros são nomeados em vez de eleitos democraticamente. Em 2008, o *think tank* britânico One World Trust classificou o COI como o menos transparente de 30 organizações internacionais, incluindo OTAN e Goldman Sachs. Os chefes do COI também estabelecem os padrões para quem faz o quê nas Olimpíadas. Se você observar os anos 80, os direitos de TV foram leiloados pelo apresentador local, que manteve 90% da receita. Agora, 68% das receitas de patrocínios e TV são mantidas pelo COI. (SCHNITZER; HAIZINGER, 2019, p. 85).

O COI, por arrecadar e manejar seu orçamento por própria conta, desenvolveu uma independência invejável do Sistema Internacional. De acordo com Suppo (2012, p. 4), todas as “ONGs do esporte têm uma autonomia enorme”, algo que permite que tanto o Comitê Olímpico Internacional quanto a FIFA, por exemplo, tenham tranquilidade ao exigir mudanças das sedes (como foi o caso com a África do Sul em 2010¹⁶).

A Carta Olímpica instaurou um autêntico sistema de direito internacional paralelo ao direito internacional público. Durante o entreguerras, conscientes da importância do esporte nas questões sanitárias, educativas e geopolíticas, alguns Estados tentaram, sem sucesso, colocar o COI sob jurisdição da Liga das Nações. Entretanto, a *lex olimpica* estabelece, após a revisão de 1990, que as relações entre o COI (associação de direito internacional com personalidade jurídica) e o Estado ou a cidade organizadora dos jogos não são

¹⁶“As ONGs do esporte conseguem impor suas vontades aos governos. Segundo Rick Mkhondo, diretor de Comunicações do Comitê Organizador da África do Sul durante a Copa do Mundo de 2010, a FIFA obrigou o governo sul-africano a assinar dezessete acordos, posteriormente consolidados na chamada ‘Lei de Medidas Especiais de 2006 para a Copa do Mundo FIFA de 2010’. A FIFA, ademais de se reservar todos os direitos de mídia e marketing, teria mesmo chegado a proibir o uso do termo ‘República da África do Sul (RSA) 2010’ e ‘África do Sul 2010’”. (SUPPO, 2012)

regidas pelo "direito internacional dos contratos", mas sim pelo direito privado suíço (LATTY, 2009 apud SUPPO 2012, p. 13)

Estudando um pouco da organização interna do COI, compreendem-se os ideais puros que norteiam o Comitê. Contrapondo isso aos fatos que ocorreram, é possível examinar as origens de uma crise que provocou a publicação da Agenda 20+20, que por sua vez pretende resgatar os Jogos Olímpicos antes que estes se eliminem da convivência internacional por conta dos problemas relatados a seguir.

2.2. Origens da Crise

Com a nova era do *streaming*, vários programas grandiosos que dependem de audiência ao vivo têm perdido pontos significativos; de acordo com Berr (2018), correspondente da Forbes, alguns exemplos são premiações como os Oscars e os Grammys, mas também eventos esportivos como o Super Bowl americano e a World Series.

De acordo com a Sports Media Watch, as Olimpíadas de Inverno de 2018 tiveram uma queda de 6% na audiência se comparada à edição de 2014, a média mais baixa desde a edição de Inverno de Turin, em 2006. Em comparação com edições prévias dos Jogos Olímpicos, tem havido uma queda na audiência. Porém, mesmo assim, esse evento esportivo continua sendo um chamariz impressionante de audiência nos dias de hoje, onde o ambiente midiático é cada vez mais fraturado (BERR, 2018).

Essas manifestações sinalizam para uma crise que se originou a partir do momento em que o esporte internacional se tornou tanto instrumentalizado quanto pouco lucrativo, sendo foco de discordâncias entre nações.

As propostas de reformas compiladas na Agenda 20+20 foram lançadas em 2014 tendo em vista a perda de credibilidade da organização em si e a insustentabilidade econômica das últimas Edições dos Jogos Olímpicos. De acordo com o atual presidente da organização, Thomas Bach, os Jogos enfrentavam um problema de confiabilidade por conta das dificuldades na governança e na luta contra o *doping*. Com várias questões a serem enfrentadas, o lema para a Agenda foi “Mudar ou ser mudado”.

Essa ambiciosa agenda de reformas foi lançada com três tópicos principais: credibilidade, sustentabilidade e juventude. Por que a Agenda 2020 foi anunciada tão rapidamente e por que essas três áreas foram escolhidas para liderar as reformas? “Porque você podia ver a onda chegando”, disse Bach. “Ficou claro que tivemos um desafio em relação à organização dos Jogos, com custo, com legado e sustentabilidade. Para vários países que sediam os Jogos, tornou-se apenas uma questão de prestígio, que não era mais apropriada à época.” (IMD, 2020, Tradução Própria)

Um dos principais pontos de origem da crise institucional do Comitê Olímpico Internacional é a corrupção. A falta de transparência e o subsequente surgimento de escândalos fizeram com que muitos *stakeholders*¹⁷ perdessem interesse na competição esportiva internacional, muitas vezes até mesmo financeiramente. (ZIRIN, 2020)

Um dos mais recentes episódios ocorreu quando o empresário japonês Haruyuki Takahasi admitiu presentear membros do COI para que a licitação de Tóquio para 2020 (agora prevista para 2021) recebesse mais votos. Ele, por sua vez, recebeu fundos “significativos” do Comitê de Licitação de Tóquio para se envolver na corrupta prática (INGLE, 2020b).

Schnitzer e Haizinger (2019) apontam outro grande foco da crise do Comitê Olímpico Internacional, que compreende os países desenvolvidos se tornando mais relutantes em sediar grandes eventos esportivos por terem preocupações com os riscos financeiros e os problemas de desenvolvimento urbano, questão aparente em edições mais recentes. A consequência direta foi um número maior de candidaturas de países em desenvolvimento, que tendem a ter menos democracia nas decisões e mais corrupção.

Koorep (2016) estuda a tendência de as sedes serem países em desenvolvimento, o que aconteceu em 2008 e em 2016 para os Jogos de Verão, e em 2014 e em 2022 para os Jogos de Inverno. O autor estabeleceu que, para ganhar a licitação, era necessário um alto PIB, claros objetivos geopolíticos, menos democracia e mais corrupção (para que primeiro, a licitação ganhasse, e segundo, a população não pudesse reclamar uma vez que o Estado conseguisse permissão para sediar). Desde esses casos – como Pequim 2008 e Rio 2016 descritos no Apêndice – houve uma tentativa do COI de voltar a ter países desenvolvidos como sede dos Jogos, já que estes lidam melhor com as dificuldades que um megaevento esportivo possa trazer.

¹⁷ Patrocinadores, potenciais sedes, investidores – as “partes interessadas”, no geral, nos Jogos Olímpicos.

Todavia, ocorreram várias recusas de países desenvolvidos e democráticos em participar ativamente na organização dos Jogos; houve referendos e consultas à população que obtiveram sonoros não às cidades que desejavam sediar, justamente por demonstrar através do exercício da democracia que a população sabia os riscos financeiros de sediar o evento.

Schnitzer e Haizinger (2019) alertam que nas últimas décadas ficou evidente que o tamanho e a complexidade das Olimpíadas estavam aumentando de maneira exponencial, comentando que o orçamento para infraestrutura já era um desafio por si só – sem levar em conta, portanto, todos os gastos com os Jogos em si (acomodações, salários dos trabalhadores temporários necessários, entre outras despesas).

As retiradas das propostas de Oslo (2022), Graz (2026) e Sapporo (2026) são sinais de alerta e não podem ser ignoradas pelo COI nem pela comunidade esportiva internacional. O fato de, pela primeira vez na história, o COI ter decidido conceder os Jogos Olímpicos de Verão a duas cidades concorrentes (Paris para 2024 e Los Angeles para 2028) reflete duas questões principais: primeiro, justificar tentativas de licitação infrutíferas e de alto custo tornou-se difícil para os formuladores de políticas locais e, segundo, o COI está lutando para explicar aos *stakeholders* a concessão das Olimpíadas primeiramente a países não europeus. (SCHNITZER; HAIZINGER, 2019, p. 59)

Assim, os escândalos de corrupção nos processos de licitação, a falta de transparência entre as organizações envolvidas na realização dos Jogos e o crescente encarecimento de sediar as Olimpíadas, ônus que nem mesmo os países desenvolvidos – que teriam menor dificuldade em financiar – desejam mais, contribuem para a crise de imagem do COI.

Ao longo dos anos, muitos escândalos foram revelados envolvendo o COI, COJOs (Comitês Organizadores para os Jogos Olímpicos), CNOs (Comitês Nacionais Olímpicos) e políticos de países que se candidatam, o que sugere que práticas corruptas podem ter um efeito significativo no resultado da licitação. Embora a política oficial do COI seja combater todas as formas de corrupção e tenha passado por reformas para minimizar todas as possibilidades disso, as alegações de corrupção ainda surgem de tempos em tempos. (KOOREP, 2016, p. 9)

Episódios como as cidades candidatas a sede compilando dossiês sobre membros do COI, incluindo preferências e características pessoais, para que pudessem receber tratamento especial de acordo com seus interesses se tornaram comuns¹⁸. Os escândalos

¹⁸ Episódios conhecidos foram o da cidade de Nagano, no Japão, que ganhou a licitação para sediar os Jogos de Inverno de 1998 com uma doação de 20 milhões de dólares pelo presidente do CNO japonês

surgiram na virada do milênio, e, como consequência, o COI implementou novas regras (as “50 Reformas¹⁹”), com a condenação das visitas dos membros do COI às cidades participantes do processo de candidatura, e um processo de licitação baseado em avaliações técnicas.

Embora as informações técnicas reunidas forneçam uma lista objetiva de classificação das cidades candidatas, elas tiveram pouco efeito na determinação do vencedor. Por exemplo, ‘o Grupo de Trabalho de Aceitação de Candidatos do COI, que avaliou as cidades candidatas em 2016, classificou [o vencedor final] o Rio de Janeiro como o mais baixo dos quatro candidatos finais’. Alguns críticos também sugerem que a maioria das ‘50 reformas’ foi bastante trivial e que todo o processo pode ser considerado um truque de relações públicas para salvar a imagem do COI e de seus patrocinadores corporativos. (KOOREP, 2016, p. 95)

Questões que desencorajam a participação das cidades nos processos de licitação não se limitam aos gastos ou ao trabalho envolvido antes e depois da competição em si; tanto Londres, em 2012, quanto o Rio de Janeiro, em 2016, enfrentaram dificuldades com assentos vazios e questões de segurança²⁰. Londres foi capaz de trazer seu exército para regularizar a situação novamente, e disponibilizando mais ingressos, manejando os preços de forma mais acessível. Já o Rio não foi capaz de elaborar um “plano B” (ROSSINGH, 2016). Parte do motivo, pelo menos no quesito segurança, pode ser o fato de que os bombeiros e policiais cariocas não recebiam seus salários há meses, com muitos representando sua insatisfação através de protestos e greves.

A crise se tornou ainda mais evidente com Oslo cancelando sua candidatura para os Jogos de Inverno de 2022 por falta de apoio do público. Estocolmo teve dificuldade similar, retirando sua licitação pouco antes de Oslo. Cracóvia, na Polônia, cancelou sua candidatura após realizar um referendo onde 70% dos seus residentes foi contra a ideia. Em Munique, o mesmo ocorrido, mas com 60%; em Davos, 53%. Barcelona também

para o Museu Olímpico; e os representantes de Sydney, na Austrália (que sediou os Jogos de Verão em 2000) e de Salt Lake City, nos EUA (responsável pelos Jogos de Inverno de 2002) foram acusados de subornar membros do COI através de bolsas de estudos e serviços médicos para os próprios membros ou seus familiares. (KOOREP, 2016)

¹⁹ Conjunto de *guidelines* propostas em 1999 e aprovadas em 2000 que envolviam medidas pouco rigorosas; proibiam a visita de membros a potenciais sedes “ou” permitiam que acontecessem só sob determinadas condições; estipulavam regras pouco importantes como idade máxima para membresia no COI ou a composição deste (determinando número de atletas ativos a participar, etc).

²⁰ O medalhista de ouro em canoagem, o espanhol Fernando Echavarri, e mais dois membros de sua equipe foram assaltados à mão-armada durante os Jogos no Rio – assim como Liesl Tesch (atleta paraolímpica representando a Austrália na canoagem).

era candidata nesse processo seletivo de 2022, mas o prefeito primeiramente alterou a candidatura para a concorrência de 2026, e depois acabou cancelando, tal como a candidatura de Quebec (BULL, 2016). Das nove potenciais sedes para 2022 (sete delas citadas no parágrafo anterior), o COI ficou entre as duas possibilidades restantes; Almati, na ditadura do Cazaquistão, e Pequim, na China, que acabou por ganhar a licitação – apesar da maioria dos eventos não ocorrer na cidade de Pequim, e sim no distrito de Chongli, a mais de 220 quilômetros de distância.

Ocorreu o mesmo fenômeno com as cidades candidatas para os Jogos de Verão de 2024; Boston, Hamburgo (depois de um referendo), e Toronto se retiraram por falta de apoio popular. De acordo com Christopher Gaffney, pesquisador da Universidade de Zurique, “Sempre que vemos uma população educada que tem uma imprensa relativamente livre, níveis relativamente altos de transparência governamental e que propuseram as Olimpíadas a um referendo, sem exceção, elas foram rejeitadas”. (*Ibidem*)

Além dos fatores de corrupção e segurança, há ainda o lado econômico da crise, que será discutido em maior detalhe na próxima seção. O fator, entretanto, já se fez presente em 1976, após os Jogos de Montreal, pois a cidade demorou trinta anos para pagar a dívida arrecadada ao sediar os Jogos. Los Angeles se tornou então a única cidade candidata para 1984 (já que Moscou já tinha sido escolhida como cidade-sede para 1980). Tudo mudou nessa Edição dos Jogos – como única opção, Los Angeles foi capaz de ditar os termos e tornar as Olimpíadas lucrativas. De maneira não intencional, isso se tornou uma propaganda do que os Jogos poderiam ser, e em 1992 houve cinco cidades no processo de licitação. Em 2000, oito se candidataram, e em 2004, onze, e assim por diante. (CARDOSO, 1996)

São várias as possibilidades de origem da crise do Comitê Olímpico Internacional; mas mais provavelmente ela foi causada por uma combinação única dos fatores supramencionados (como a politização dos Jogos, os episódios de corrupção, a solvência econômica, a falta de transparência da organização, o encarecimento ao sediar, os escândalos de doping, a queda na audiência entre outros) durante anos, culminando em uma mudança de percepção internacional sobre os Jogos e o que eles representam.

A corrupção, facilitada por uma falta de transparência, gera falta de confiança e uma publicidade negativa; algo que, para um evento que depende de público e audiência para sobreviver, pode ser fatal. A solvência econômica aterrorizou as potenciais sedes, que conseqüentemente retiraram candidaturas ao consultar a população doméstica. A crise motivou o COI a publicar um documento com as diretrizes da organização para os próximos anos, a Agenda 20+20, ou “Nova Norma”, como resposta, única reforma estrutural ampla proposta na história do COI – indicando que ela foi necessária para idealizar a sobrevivência dos Jogos em um futuro próximo.

2.3. O lado econômico da crise: conseqüências para as cidades sede

Uma das causas mais aparentes para o crescente desinteresse em sediar é o alto investimento requerido, antigamente eclipsado por uma esperança de retorno em capital para o país-sede. Estudos indicam que sediar megaeventos esportivos internacionais não é economicamente benéfico, principalmente para os países em desenvolvimento.

O economista Frederico Turolla citou em 2011 os autores do *Freaknomics*, Stephen Dubner e Steven Levitt, que declararam que o Brasil, ao sediar a Copa do Mundo de 2014, na verdade estava “pagando pelo direito de sediar um evento interessante” (DUBNER; LEVITT apud TUROLLA, 2011, p. B10). O Estado teria que entender isso, visto que quase todos os eventos esportivos dão prejuízo financeiro, e não lucro, à sua sede.

Wolfgang Maennig chegou à mesma conclusão em seu estudo, que avaliava como estava a Alemanha um ano depois de sediar a Copa do Mundo de Berlim de 2006. Apesar da ótima experiência cultural e esportiva, o foco nas vantagens econômicas estava equivocado; o proveito financeiro foi escasso, ao contrário da resposta da população alemã, que foi muito inspirada e entusiasmada pelo evento (MAENNIG, 2007).

Brad Humphreys e Szymon Prokowicz (2007) escreveram sobre a Polônia e a Ucrânia – ambos Estados em desenvolvimento, finalistas para sediar a Liga dos Campeões da UEFA (*Union of European Football Associations*) de 2012, campeonato de futebol europeu. Os autores afirmam que uma “simples análise de custo-benefício

indica que os custos de sediar o evento vão superar o impacto econômico direto relacionado ao aumento dos gastos dos turistas por uma larga margem, e a presença de benefícios depende de fatores como melhoras na infraestrutura dos transportes” (HUMPHREYS; PROKOWICZ, 2007, p. 497).

Eles concluem que sediar um megaevento esportivo “claramente traz uma variedade de importantes aspectos econômicos, sociais e benefícios psíquicos para uma região anfitriã” (HUMPHREYS; PROKOWICZ, 2007, p. 498). A tendência é estudada por ainda mais analistas, como Katia Rubio (2005) e Stephen Essex com Brian Chalkley (2004), que demonstram o gasto exorbitante que sediar uma edição das Olimpíadas de Verão exige.

Um número crescente de economistas argumenta que os benefícios de curto e longo prazo de sediar os jogos são, na melhor das hipóteses, exagerados e, na pior das hipóteses, inexistentes, deixando muitos países anfitriões com grandes dívidas (...). Em vez disso, muitos argumentam, os comitês olímpicos devem reformar o processo de licitação e seleção para incentivar o planejamento orçamentário realista, aumentar a transparência e promover investimentos sustentáveis que sirvam ao interesse público. (McBRIDE, 2018)

Não são apenas os estádios e lugares de competição que precisam ser construídos, reformados ou reutilizados; há toda uma questão de infraestrutura envolvida, que deve ser cautelosamente estudada antes de assumir um compromisso dessa magnitude. “O impacto dos jogos no ambiente físico inclui a construção de novas instalações esportivas, acomodação, mudanças na aparência da cidade e conexões de transporte e espaço industrial” (MALFAS et. al, 2004, p. 5). Para os países subdesenvolvidos, os investimentos aumentam ainda mais, considerando que receber Comitês Olímpicos durante os Jogos presume um sistema de transporte e organização completamente maduros e funcionais.

Durante grande parte do século XX, sediar os Jogos Olímpicos foi um fardo administrável para as cidades-sede. Os eventos foram realizados em países desenvolvidos, na Europa ou nos Estados Unidos, e na era antes da transmissão televisiva, os anfitriões não esperavam obter lucro. Em vez disso, os jogos eram financiados publicamente, com esses países avançados melhor posicionados para arcar com os custos devido às suas economias maiores e infraestrutura mais avançada. (MALFAS et. al, 2004)

As sedes, de acordo com a publicação *Oxford Olympics Study* (2016), praticamente escrevem um cheque em branco ao serem escolhidas para receber o

evento. O orçamento apresentado ao COI sempre, sem exceção, é extrapolado (em média, em 156%). Em nenhum outro tipo de megaprojeto isso acontece; normalmente o orçamento se altera em 10 ou 20% a mais ou a menos. Nos Jogos Olímpicos tanto de Inverno quanto de Verão, “o orçamento é mais como um mínimo fictício que é excessivamente gasto” do que uma estimativa real.

Os estudos supracitados percebem então que nem mesmo os investimentos atraídos ou os gastos dos turistas cobrem o emprego de capital necessário para realizar uma competição dessa escala. Conclui-se então que há outros interesses que não o lucro, como exportar sua cultura e identidade²¹. “Com o desenvolvimento da mídia, o esporte foi englobado pelas estruturas econômicas do mundo capitalista e tornou-se uma mercadoria da indústria cultural” (SIGOLI; ROSE, 2004 apud MARTINS, 2016, p. 19).

Ainda que o lucro não seja o interesse principal, ele é frequentemente utilizado para convencimento; em muitos casos os países concorrentes a sede exageram futuros ganhos em uma tentativa de convencer a população de que sediar os Jogos possa ser uma boa ideia. Entretanto, com o acesso pleno a informação garantida em democracias maduras, a chance desse argumento ser eficaz é bem pequena, conforme visto com as retiradas de candidaturas de Oslo, Munique, Barcelona, entre outros casos citados.

Ao contrário da ideia de lucro tão poucas vezes alcançado, o país-sede deve se preparar para gastos exorbitantes (Anexos 2.5 e 2.6):

Por que ninguém quer as Olimpíadas? O preço é um bom lugar para começar. O custo de US\$ 448.000 dos primeiros Jogos Modernos, realizados em Atenas em 1896, não cobriria uma única cerimônia de abertura coreografada por Danny Boyle atualmente. A conta total dos Jogos de Inverno de Vancouver em 2010 chegou a US\$ 6,4 bilhões, enquanto o verão de Londres em 2012 custou mais de US\$ 14 bilhões. Sochi, cujos locais e infraestrutura tiveram que ser construídos praticamente do zero, alcançou anômalos, mas não menos impressionantes, US\$ 51 bilhões. Esses tipos de números ajudam a explicar por que mesmo uma nação rica como a Noruega reconsideraria sua candidatura. (ABEND, 2014)

Até mesmo os países desenvolvidos têm dificuldade para se ater ao planejado; o estudo de Oxford de 2016 olha para os Jogos Olímpicos de Verão e de Inverno desde

²¹ Conforme Zhyrun (2018), citado na revisão bibliográfica, explica, essas competições não podem ser separadas da política internacional, pois estão muito preocupadas com o *soft power* e o *nation branding*, conceitos já desenvolvidos durante o trabalho.

1960 até 2016, comparando os gastos pretendidos com o custo *de facto* dos investimentos ligados ao esporte.

Os gastos com infraestruturas como meios de transporte, reformas em hotéis e outros não foram contabilizados na pesquisa por serem dificilmente quantificáveis e teoricamente independentes do acontecimento da competição internacional – i.e. uma melhora no sistema de saúde ou de transporte público para atender estrangeiros beneficia, primeiramente e a longo prazo, os cidadãos da própria cidade-sede.

O estudo revela diversos dados importantes para os Jogos Olímpicos de Verão e de Inverno, como por exemplo, a média de 8,9 bilhões de dólares no custo dos Jogos da última década. Calculou-se também que o custo inicial é excedido em média em 5,2 bilhões de dólares para os Jogos de Verão e 3,1 bilhões para os de inverno, em valores de 2015 (*Oxford Olympics Study*, 2016).

Mesmo incluindo os Jogos de Verão, que em todas as edições custam mais que as de Inverno, a singular Edição de Sochi é a Olimpíada mais cara de todas, de 1960 até 2016 (Anexos 2.1 e 2.2). Os exageros foram muitos, e constantes²² (Anexos 2.3 e 2.4). Por conta disso, foi criado, em 1999, o Programa de Gestão do Conhecimento dos Jogos Olímpicos, cujo objetivo era compartilhar informações de Jogos anteriores para que as sedes não gastassem tanto acima de seu orçamento e ainda assim pudessem realizar Jogos bem-sucedidos.

O Programa teve consequências positivas. Em tabela comparativa (Anexo 2.7) percebe-se uma diferença na média de custos excedidos antes (160%) e depois (51%) da sua criação e implementação. O orçamento de cada Edição se transforma muito ao longo dos sete anos necessários para o planejamento dos Jogos; até o custo real final ser publicado, essa extrapolação dos custos inicialmente projetados pode ser conhecida apenas vários anos após a conclusão dos próprios Jogos. (*Ibidem*)

Entretanto, é necessário ressaltar que os países muito desenvolvidos gastam significativamente menos em infraestrutura. Estados que já sediaram eventos antes – ou

²² 47 por cento dos Jogos têm custos excedidos em mais de 100 por cento. A maior distorção para os Jogos de Verão foi em Montreal 1976, com um aumento de 720%, seguido por Barcelona em 1992, com 266%. Para os Jogos de Inverno, o maior excesso foi de 324% em Lake Placid 1980, seguido por Sochi 2014 com 289% (*Oxford Olympics Study*, 2016).

até mesmo cidades, como é o caso de Atlanta, nos Estados Unidos – possuem a vantagem de ter muitas das construções já finalizadas e conseguem reutilizá-las com sucesso.

No final da década de 1970, o COI se encontrava no seu ponto mais baixo. Os Jogos de Montreal de 1976 foram, em todos os aspectos, um fiasco, fazendo com que o Canadá e seus cidadãos perdessem quase US\$ 1 bilhão em um evento decepcionante que dezenas de países boicotaram. Décadas de má administração deixaram o COI sem dinheiro e dependente de contribuições muito pequenas e de variados patrocinadores. Esses problemas, juntamente com os excessos e abusos de jogos anteriores - 1968, por exemplo, viram a morte de centenas de manifestantes nas mãos da força policial da Cidade do México - deixaram o COI escolhendo entre apenas duas cidades dispostas, Los Angeles e Teerã, para os Jogos de 1984. Quando a Revolução Iraniana de 1979 tirou Teerã da disputa, os organizadores não tiveram escolha a não ser investir em LA. (VENOOK, 2016)

Felizmente, essa crise coincidiu com a troca de liderança. Quando o Lorde Killanin assumiu a presidência do COI em 1972, seu antecessor, Avery Brundage, pagava suas próprias passagens aéreas e contas do escritório há vinte anos, nem mesmo tendo fundos para sacar o seu salário; praticamente pagava para trabalhar, tal era a situação financeira do COI.

Killanin ficou em ofício por oito anos, iniciando uma reforma que priorizava o ajuste de contas. Quando Juan Antonio Samaranch assumiu em 1980, ele retirou a obrigatoriedade de atletas serem amadores, iniciando o processo de “comercialização” dos Jogos, o que reduziu a perda econômica do evento; os atletas profissionais já conhecidos pelo público traziam mais audiência para os eventos, que vendiam patrocínios importantes.

Os primeiros jogos sob o comando de Samaranch foram os Jogos de 1984 em Los Angeles, que conseguiram obter lucro - algo que não acontecia desde 1932. Embora os Jogos nas últimas duas décadas certamente nunca tenham falhado em oferecer um espetáculo, seus planejadores tendiam a ignorar as decisões prudentes que tornaram a lucratividade de Los Angeles uma possibilidade: em vez de gastar muito em novos estádios, Los Angeles minimizou os custos aproveitando a infraestrutura existente, incluindo o LA Coliseum, o Dodger Stadium e o Pauley Pavilion da UCLA, enquanto convertia os dormitórios das universidades em uma vila olímpica temporária. (VENOOK, 2016, p. 1)

Os Jogos de Los Angeles foram históricos, e deram esperança para as sedes futuras. Hoje em dia, essa ideia de lucro já está desgastada, mas na época da crise dos

anos 1970, os Jogos de 1984 foram um acontecimento muito bem-vindo e que mudou completamente a percepção das Olimpíadas de Verão.

Os Jogos de Los Angeles foram batizados como sendo ‘Os Primeiros Jogos Comerciais’ até porque, sem a presença da rede de televisão americana ABC, que investiu cerca de 250 milhões de dólares para transmitir para o mundo os Jogos de Los Angeles, ‘seria impossível a realização da Olimpíada’ (GIGLIO, 2013).

Outro exemplo de Olimpíada bem-sucedida no quesito econômico foi Barcelona, sede dos Jogos de 1992. Até hoje a cidade é citada como tendo aproveitado a oportunidade de patrocínios e modernizações atraentes. Não houve necessidade, por se tratar da Espanha, de preocupação com o básico da infraestrutura.

Barcelona gastou cerca de US\$ 9,4 bilhões em seus jogos, o que foi um recorde na época; no entanto, o investimento valeu a pena, mais especialmente o que foi usado para revitalizar a cidade e retornar com um lucro de US\$ 5 milhões. Como parte de um enorme programa de modernização, a vila olímpica foi construída e duas milhas de praia instaladas. (...) Um novo porto e alguns dos locais mais fotogênicos da história olímpica também foram criados. Os Jogos transformaram a imagem da cidade como um centro de comércio; em um relatório anual, o Barcelona disparou de 11^a a 4^a das melhores cidades européias para fazer negócios em 2007. (CNBC, 2012, p. 1)

Anita Mehrotra (2011) estudou o impacto econômico de longo prazo que os Jogos Olímpicos têm nos países que os sediam, comparando-os com países que se candidataram, mas não sediaram; a autora se propõe a testar as hipóteses predominantes de que os países que sediam experimentam um impacto econômico negativo. O que ela conclui é que, a longo prazo (período de dez anos depois do evento), o PIB per capita desses países cai. Isso sugere que um aumento pontual nos gastos do governo para sediar as Olimpíadas pode resultar em um efeito prejudicial no longo prazo, já que a demanda e o consumo de investimento forcem a produção de volta aos níveis normais pré-olímpicos.

Malfas (et. al. 2004) ressalta que, enquanto a organização de um megaevento desportivo gera, sim, novos postos de trabalho, deve-se prestar atenção à qualidade e duração destes trabalhos. Geralmente são empregos relacionados a serviços que são de meio período ou de baixa remuneração.

De acordo com o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, os Jogos Olímpicos normalmente criam de 50.000 a 300.000 empregos, mas a maioria deles é temporária e vai para

pessoas que já têm trabalho (apenas 10% dos 48.000 empregos criados pelos Jogos Olímpicos de Londres, por exemplo, foi para pessoas anteriormente desempregadas). (ABEND, 2014, p. 62)

O Comitê Olímpico Internacional carece de candidatos dispostos a sediar os Jogos Olímpicos. De acordo com Shnitzer e Haizinger (2019), a introdução da Agenda Olímpica 20+20 tornaria os Jogos mais atraentes para possíveis anfitriões. É importante notar, entretanto, se esses candidatos futuros serão países desenvolvidos e ricos – que, como democracias maduras, parecem cada vez mais perder o interesse de sediar ao consultar a população – ou se serão países mais pobres, que possuem capacidade bem menor de implementar com sucesso a política externa do *soft power* e do *nation branding* em países desenvolvidos²³.

2.4. Impactos nas Relações Internacionais

É imprescindível levar em consideração todos os acontecimentos relatados, examinando-os através das teorias de Relações Internacionais. O impacto do esporte nesse campo de estudo tão recente – um século, para as Ciências Humanas, é extremamente novo – deve ser estudado através das diversas lentes que as teorias de Relações Internacionais oferecem. Suppo (2012), por exemplo, chega à conclusão que a abordagem teórica que mais considera o esporte e sua influência internacional é a pluralista, ou neoliberal:

A perspectiva pluralista oferece uma estrutura muito mais favorável à análise, particularmente no que diz respeito ao reconhecimento explícito da importância das ONGs e a sua preocupação com os processos políticos. Uma perspectiva do sistema internacional que enfatize uma multiplicidade de interesses e de recursos e que

²³ Dos 30 países com maior capacidade de *soft power* no mundo (de acordo com o índice anual SOFT POWER 30 de 2019), 26 são membros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, “clube” internacional para os países mais ricos do mundo). São eles, em ordem do ranking de *soft power*; a França (1), o Reino Unido (2), a Alemanha (3), a Suécia (4), os Estados Unidos (5), a Suíça (6), o Canadá (7), o Japão (8), a Austrália (9), os Países Baixos (10), a Itália (11), a Noruega (12), a Espanha (13), a Dinamarca (14), a Finlândia (15), a Áustria (16), a Nova Zelândia (17), a Bélgica (18), a Coreia do Sul (19), a Irlanda (20), Portugal (22), Polônia (23), República Tcheca (24), Grécia (25), Hungria (28) e Turquia (29). Os países que se encontram na seleta lista de usuários mais influentes de *soft power* mas não são membros da OCDE são a Cingapura (em vigésima-primeira posição), o Brasil (em 26ª), a China (em 27ª) e a Rússia em último lugar (30º). Membros da OCDE que ficaram de fora do ranking de *soft power* 2019 foram o Chile, a Colômbia, a Estônia, Islândia, Israel, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, México, Eslovênia e Eslováquia. (SOFT POWER 30, 2019)

reconheça a importância, para os Estados, de questões que ultrapassem o escopo das relacionadas diretamente à segurança dá ensejo a um contexto muito mais convincente para a análise. O perigo de que a perspectiva pluralista minimize muito acentuadamente a importância do Estado é real, mas também pode ser superado. Que algumas organizações, como o Estado, possam desempenhar um papel de autoridade nas relações interorganizacionais é claramente reconhecido e pode ser incorporado no interior de uma perspectiva pluralista (HOULIHAN, 1994 apud SUPPO, 2012, p. 8)

A teoria neoliberal envolve confiança nas organizações internacionais e a crença de que estas possuem influência o suficiente para gerar alianças e cooperações que um Sistema Internacional anárquico proporciona. Oposta a esta visão está a teoria realista, que entende o Estado como sendo o único ator de interesse nas relações internacionais, e totalmente concentrado em *high politics* e questões de segurança.

Diferente do passado, quando a preocupação mais séria para os Estados era a sobrevivência nacional por meio do poderio bélico, agora há um consenso velado de não uso de força militar nas relações internacionais e, portanto, a probabilidade de isso acontecer está diminuindo. O nível de interdependência entre os estados aumentou e se tornou mais complexo. (UK ESSAYS, 2018, p. 3)

A interdependência a qual o excerto se refere é a teoria de Robert Keohane e Joseph Nye, a interdependência complexa. De acordo com os cientistas políticos, essa definição de mundo se caracteriza pelos “múltiplos canais entre as sociedades, incluindo canais estatais e não estatais, de modo que a segurança militar não domina consistentemente a agenda” (2009, p. 14). Essa visão vai de encontro com a ideia defendida por muitos teóricos de Relações Internacionais; a de que as questões atuais foram aos poucos se tornando menos bélicas e mais indiretas.

No passado, as relações internacionais se concentravam principalmente em questões chamadas de “*high politics*”, como questões militares e econômicas. No entanto, a natureza da política internacional mudou dramaticamente recentemente. A interação entre os estados não se limita à área de “*high politics*”, mas também à área chamada de “*low politics*”, como as áreas socioculturais. É difícil determinar qual é mais prevalente neste momento, mas uma coisa muito óbvia é que o papel da “*low politics*” está se tornando mais amplo. Na era pós-Guerra Fria, há muitos casos em que a “*low politics*” curou conflitos entre estados que se transformariam em “*high politics*”. (UK ESSAYS, 2018, p. 5)

Não deve se presumir, entretanto, que não há conflitos armados no sistema internacional, nem mesmo que a frequência destes diminuiu; na verdade, por conta do

“amplo escopo de envolvimento entre as nações, há mais possibilidade de conflitos emergentes”, porque “os fatores de ameaça ou preocupação nacional tornaram-se mais diversos e complexos” (*Ibidem*, p. 6).

Portanto, neste mundo em mudança, a definição de poder nas relações internacionais não é a mesma que a explicação hobbesiana. A força militar não pode ser a melhor forma de resolver o conflito ou influenciar outros estados. Essas velhas ferramentas da diplomacia não são mais adequadas ao mundo contemporâneo e uma forma mais moderada, indireta, mas eficiente e influente, de diplomacia precisa ser praticada. (*Ibidem*)

Muitos internacionalistas são adeptos da teoria realista, o que explicaria em parte a ausência de textos sobre o esporte internacional no campo das RI: simplesmente não é considerado um assunto de importância para estes teóricos. O globalismo, teoria também conhecida como teoria da interdependência complexa, concordaria com o neorrealismo nesse sentido. Para esses internacionalistas, o que interessa nas relações internacionais são as dinâmicas de dominação e dependência econômica a qual todos os Estados estão sujeitos. Para eles, não é possível se isolar com sucesso, portanto todos devem se submeter a um Sistema Internacional cada vez mais intrínseco e complexo. (SUPPO, 2012)

Na contramão, o neoliberalismo acredita que “a crescente internacionalização do esporte o tornou parte do sistema internacional, que, apesar de ser um sistema anárquico, pode ser influenciado pela interdependência que o esporte cria” (TAYLOR, 1986 apud SUPPO, 2012, p. 5). Do escopo realista, pode-se resgatar a interpretação de níveis de Kenneth Waltz.

O líder hierárquico de uma organização sempre interpreta um imprescindível papel; conforme o teórico de relações internacionais realista Waltz, há três níveis de análise para as relações internacionais. O primeiro deles seria o indivíduo; o líder ou “personagem” responsável pela tomada de decisão em uma organização internacional ou Estado. No segundo, seria o Estado – o mais importante para os realistas. Em terceiro, o Sistema como um todo, levando em consideração todos os agentes que influenciam as relações internacionais.

No caso do COI, duas figuras históricas podem ser comparadas a nível do indivíduo; o primeiro é Avery Brundage, presidente da organização durante três

décadas, todas durante o conflito da Guerra Fria (informações sobre sua liderança estão disponíveis no apêndice).

O segundo é o atual presidente do COI, Thomas Bach. Apesar de ocuparem o mesmo cargo com algumas décadas de diferença, os dois líderes foram muito opostos; Brundage negava a mistura do esporte com a política, chegando a dar prosseguimento aos Jogos de 1972 horas após um ataque terrorista com muitas vítimas. Enquanto isso, Bach identificou erros na organização assim que foi eleito, e vem trabalhando para consertar ponto por ponto da crise desde então.

O segundo e terceiro escopos de Waltz (o Estado e o Sistema Internacional) não se encaixam tão bem na análise do COI; apesar de os países-membros e a situação pertinente a outros atores internacionais afetarem a organização indiretamente, nenhuma outra posição tem tanta influência interna quanto a do presidente.

Com as propostas da Agenda 20+20 e a tentativa de aplicá-las sob a liderança de Thomas Bach, pode-se esperar que os Jogos Olímpicos continuarão a acontecer. E enquanto eles forem realizados, a política andarà em conjunto com eles, consequentemente interessando o campo das relações internacionais.

Os internacionalistas que realmente estudam o papel das relações internacionais no esporte acreditam que a politização dos Jogos Olímpicos é inevitável a partir do momento que a competição esportiva se torna internacional. A partir desse pressuposto, é possível sim que a politização em excesso tenha contribuído para a crise dos Jogos Olímpicos. Presentes elementos como corrupção, falta de segurança e consequências econômicas, é fácil esquecer do aspecto político, que permeia todos esses campos. Não se mostra tão determinante quanto a questão econômica do encarecimento de sediar, mas é um fator que estava presente antes do problema financeiro, como já apontava a Carta Olímpica, e sem dúvida continuará depois.

A politização dos Jogos, conforme demonstrado no capítulo um, surge a partir do momento que os ideais do esporte são desrespeitados. Esse movimento é inseparável da ocorrência dos Jogos, por se tratarem de nações cujo interesse é sempre projetar uma imagem positiva e/ou poderosa. Esses interesses acima dos puramente esportivos socioculturais contribuíram para o agravamento de uma crise causada primariamente pelos outros fatores supramencionados.

Essa contribuição pode ser identificada como a inabilidade de Estados aceitarem a politização dos Jogos por parte de outros países, porque uma vez que os Jogos Olímpicos são manchados por uma agenda política que interessa a apenas uma nação – e não ao conjunto delas, conforme dita o espírito esportivo – os Estados se desinteressam, e em democracias consolidadas, conforme discutido, isso pode influenciar na decisão de sediar ou não.

Em uma época onde boicotar uma marca ou uma empresa por não aprovar que esta expresse opinião política contrária à sua, é possível que uma demonstração feita nas Olimpíadas – ou pelas Olimpíadas, quase impossível por conta do desejo do COI de se manter neutro em todas as questões – resulte em perda de audiência. Esses são apenas alguns dos mecanismos através dos quais a politização pode influenciar o agravamento da crise já existente.

CAPÍTULO TRÊS: A Agenda 20+20

3.1. Resposta a uma Crise

Thomas Bach, presidente do Comitê Olímpico Internacional desde 2013, fez da Agenda 20+20 sua primeira grande iniciativa. O que começou com um debate público de mais de mil e duzentas ideias e quatorze grupos de trabalho com especialistas no campo se concluiu com o lançamento da Agenda 20+20, em 2014 (SCHNITZER; HAZINGER, 2019).

Quadro 2: Agenda Olímpica 20+20 (2014)²⁴

Recomendações Olímpicas 20 + 20 (2014)	
1	Definir o processo de licitação como um convite
2	Avaliar as cidades candidatas levando em consideração as principais oportunidades e riscos
3	Reduzir o custo da licitação
4	Incluir sustentabilidade em todos os aspectos dos Jogos Olímpicos
5	Incluir sustentabilidade nas operações diárias do Movimento Olímpico
6	Cooperar estreitamente com outros organizadores de eventos esportivos
7	Fortalecer o relacionamento com organizações que administram o esporte para pessoas com habilidades diferentes
8	Estabelecer relacionamentos com ligas profissionais
9	Estabelecer uma estrutura para o Programa Olímpico
10	Mudar de um programa baseado em esportes para um baseado em eventos
11	Promover a igualdade de gênero
12	Reduzir o custo e reforçar a flexibilidade da gestão dos Jogos Olímpicos
13	Maximizar sinergias com os <i>stakeholders</i> (as partes interessadas) do Movimento Olímpico
14	Fortalecer o sexto princípio fundamental do olimpismo ²⁵

²⁴ Tradução Própria.

²⁵ “O gozo dos direitos e liberdades estabelecidos nesta Carta Olímpica será garantido sem discriminação de qualquer tipo, como raça, cor, sexo, orientação sexual, idioma, religião, opinião política ou outra,

Recomendações Olímpicas 20 + 20 (2014)

- | | |
|-----------|---|
| 15 | Mudar a filosofia que protege atletas limpos |
| 16 | Alavancar o fundo de US\$ 20 milhões do COI para proteger atletas limpos |
| 17 | Honrar os atletas limpos |
| 18 | Reforçar o apoio aos atletas |
| 19 | Lançar um Canal Olímpico |
| 20 | Estabelecer parcerias estratégicas |
| 21 | Fortalecer a capacidade de defesa do COI |
| 22 | Divulgar a educação olímpica baseada em valores |
| 23 | Interagir com as comunidades |
| 24 | Avaliar o programa <i>Sport for Hope</i> |
| 25 | Rever o posicionamento dos Jogos Olímpicos da Juventude |
| 26 | Misturar ainda mais o esporte e a cultura |
| 27 | Cumprir os princípios básicos da boa governança |
| 28 | Apoiar a autonomia |
| 29 | Aumentar a transparência |
| 30 | Fortalecer a independência da Comissão de Ética do COI |
| 31 | Garantir <i>compliance</i> |
| 32 | Fortalecer a ética |
| 33 | Envolver ainda mais patrocinadores nos programas “ <i>Olympism in Action</i> ” |
| 34 | Desenvolver um programa global de licenciamento |
| 35 | Promover o envolvimento dos patrocinadores parceiros olímpicos (TOPs) com os CONs (Comitês Olímpicos Nacionais) |
| 36 | Ampliar o acesso à marca olímpica para uso não comercial |
| 37 | Resolver sobre o limite de idade para associação ao COI |
| 38 | Implementar um processo de recrutamento direcionado |
| 39 | Promover o diálogo com a sociedade e dentro do Movimento Olímpico |
| 40 | Revisar o escopo e a composição das comissões do COI |

Fonte: COI, 2014a.

Apenas seis das 40 recomendações da Agenda têm como foco o planejamento e a execução das Olimpíadas (sendo elas as recomendações #1, #2, #3, #4, #12 e #13), tema que poderia abranger grande parte dos objetivos, considerando o tamanho do possível impacto na organização dos novos Jogos.

De acordo com Schnitzer e Haizinger (2019, p. 14), o COI estabeleceu com essa Agenda 20+20 três frentes diferentes: (i) um novo desenho do processo de candidatura, (ii) uma nova abordagem referente ao legado da instituição e (iii) a “jornada de sete anos juntos”, com ênfase no processo de planejamento ao sediar os Jogos Olímpicos²⁶. Esses temas seriam respostas à uma crise interna e externa à organização. É possível, entretanto, separar a agenda em temas mais específicos, conforme o Quadro 3 abaixo²⁷.

Quadro 3: As recomendações da Agenda 20+20 divididas por tema.

Tema	Recomendações	Observação	Tratam de política
Transparência	2, 13, 29, 30, 31 e 32	Tanto interna quanto externamente	13
Equilíbrio de Contas	1, 3, 12, 33, 34 e 35	Redução de custos e lucros inexplorados	33, 35
Cooperação Externa	4, 6, 8, 20, 22, 23, 26, 27, 36 e 39	Organizações que não são submissas ao COI	20, 23, 26
Questões Estruturais	5, 9, 10, 11, 19, 21, 24, 25, 28, 37, 38 e 40	Questões internas que dependem de ações do COI	21, 28
Proteção e Honra ao Atleta	7, 14, 15, 16, 17 e 18	Independentemente de cor, raça, sexo ou religião	14

Fonte: elaboração própria, 2020.

²⁶ Estrutura de Planejamento de Jogos 3+4, na qual os organizadores são incentivados a alocar aproximadamente três anos para focar em elementos estratégicos antes de mudar o foco quatro anos antes dos Jogos para um planejamento operacional detalhado e um estado de prontidão e entrega. (COI, 2014a)

²⁷ Os temas por muitas vezes se sobrepõem, mas o Quadro 3 é uma tentativa de organizar as medidas para facilitar a análise em etapas.

Comparando com os objetivos da Carta Olímpica (1908) visto no Capítulo 2, notam-se claras intersecções; pode-se citar a resolução #1 da Carta (“Encorajar e apoiar a promoção da ética no esporte...”) e relacioná-la diretamente às recomendações #30, #31 e #32 da Nova Norma, “fortalecer a independência do Comitê de Ética do COI”, “garantir *compliance*” e “fortalecer a ética”, respectivamente.

O objetivo #6 da Carta também é reforçado na Agenda nos números #11 e #14; o primeiro se refere ao esforço para promover a igualdade de gênero, e o último se refere especificamente a fortalecer o sexto princípio da carta (“Agir contra qualquer forma de discriminação”). Já o tema de atletas limpos também se faz presente em ambos os documentos; na Carta, no objetivo #9, e na Agenda, nas recomendações #15, #16, #17 e #18.

A meta #14 da Carta trata de questões ambientais, algo impressionante para a época do lançamento desses objetivos (início do século XX); tema que se repete nas recomendações #4 e #5 da Nova Norma. É interessante notar como todos esses grandes temas se repetem na Agenda 20+20, reforçando sua importância para o movimento olímpico. Apesar da palavra “legado” estar ausente da Nova Norma, o tema é explorado indiretamente.

A preocupação com autonomia e transparência, entretanto, não foi citada na Carta original. É importante refletir sobre quaisquer mudanças internas na organização desde a aprovação da Nova Norma, em 2014. Os maiores indícios até hoje são sem dúvida as iniciativas, que serão apresentadas na seção seguinte. Se houver rigidez no seguimento do que foi estipulado pela Agenda 20+20, é um importante sinal de que o documento de fato norteará o futuro do COI, conseqüentemente alterando a maneira que as relações internacionais afetam o esporte.

A Agenda tem medidas relacionadas à política, mas nem sempre na intenção de diminuí-la como no objetivo #28; a proposta #26 pretende misturar “ainda mais” o esporte com a cultura, no mesmo passo que a #21 propõe aumentar a capacidade de defesa do Comitê Olímpico Internacional, algo que demonstra um desejo de autonomia (assim como a medida #28) desse Sistema Internacional interligado.

Pela primeira vez, foram incluídos também representantes de organizações internacionais como as Nações Unidas. Isso mostra uma clara continuidade com o

processo de consulta aberto e inclusivo iniciado nos estágios iniciais das discussões sobre a Agenda Olímpica 20+20.

O Presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI), Thomas Bach, anunciou hoje mudanças generalizadas na composição e função das comissões do COI para 2015. As mudanças são resultado direto das reformas decorrentes da implementação da Agenda Olímpica 2020. A revisão do escopo e composição das comissões do COI foi uma das 40 recomendações aprovadas pela Sessão do COI em dezembro de 2014, em Mônaco. A nova composição das comissões reflete a filosofia iniciada pela Agenda Olímpica 2020 e fornecerá um forte apoio à Sessão, ao Conselho Executivo e ao Presidente do COI na implementação do roteiro elaborado para moldar o futuro das Olimpíadas. As mudanças na função e composição das comissões foram realizadas pelo Presidente do COI, trabalhando em estreita colaboração com o Conselho Executivo do COI. (LAW IN SPORT, 2015)

Bach ainda declarou em 2015 que “essas mudanças são outro grande passo na implementação da Agenda Olímpica 2020, o roteiro estratégico para o futuro do Movimento Olímpico. Elas demonstram um diálogo estreito com nossos *stakeholders* e a sociedade em geral, com quem iniciamos esse processo [a Agenda 2020] há quase dois anos. O aumento da participação das mulheres e a representação geográfica mais ampla incentivarão tomadas de decisão mais inclusivas” (Tradução Própria).

Entre as mudanças está a criação de duas comissões inéditas; a Comissão do Canal Olímpico (sítio com diversos vídeos dos Jogos e também um canal no YouTube que contém vídeos educativos sobre o funcionamento da organização, fornecendo uma plataforma para esportes e atletas além do período dos Jogos Olímpicos, durante todo o ano), e a Comissão de Comunicações (que tem como objetivo desenvolver estratégias para apoiar a promoção dos valores olímpicos para o público global). Essas duas comissões demonstram uma clara modernização dessa organização que já tem mais de um século.

Com as mudanças planejadas para serem implementadas com rigidez a partir de 2020, edições como Pequim 2022 e Paris 2024 talvez sejam as últimas “tradicionalis²⁸” de apenas uma cidade arcando com todos os custos, já que a Edição de 2028, cuja sede é Los Angeles, foi muito elogiada pelo próprio COI por utilizar um número recorde de instalações já existentes ou então temporárias. Os Jogos de 2028 também contarão com

²⁸ De acordo com a própria Agenda 20+20, essas edições ainda se encontram em planejamento, pois tudo acontece com bastante antecedência (sete anos ao menos). Não necessariamente serão sentidos, portanto, (todos) os efeitos da Agenda já nessas edições.

significativo financiamento corporativo. Mesmo as Edições mais próximas já possuem preocupações da Nova Norma:

As Olimpíadas de Tóquio (2021) “serão neutras em carbono”, garantiu Thomas Bach. “Os Jogos produzirão cerca de três milhões de toneladas de emissões, menos que qualquer outro, e serão compensados. Em Paris, estes serão reduzidos para 1,5 milhão de toneladas.” (IMD, 2020, Tradução Própria)

Os Jogos de Inverno de 2026 serão sediados por duas cidades italianas, Milão e Cortina. A expectativa é de que duas cidades-sede permita uma difusão de custos, consequentemente aumentando a distância e a quantidade de locais de competição. Essa pode ser uma tendência no futuro, já que é importante notar como a Copa do Mundo da FIFA de 2026 também vai depender de três países-sede diferentes (Estados Unidos, México e Canadá).

Os Jogos de Verão de 2028 já possuem sede; Los Angeles, nos Estados Unidos, que sediou pela última vez em 1984 (podendo reaproveitar muitas das estruturas existentes). A cidade americana foi a única a se candidatar para essa Edição. Os Jogos de Inverno de 2030 ainda não têm uma sede escolhida, mas as concorrentes são Sapporo, Salt Lake City e Barcelona.

Thomas Bach diz que “Noventa por cento das instalações já existiam para LA. Por exemplo, eles usarão a UCLA como a Vila Olímpica. Eles nem precisam construir novas moradias. Enquanto isso, Paris [sede de 2024] precisa de novas moradias, então o investimento em acomodações é bem-vindo.” (IMD, 2020, Tradução própria)

A Agenda pode ser entendida como um “mapa estratégico para o Movimento Olímpico” e uma resposta à crise (SCHNITZER; HAZINGER, 2019, p. 2). As mudanças propostas têm como um de seus objetivos principais tornar o processo de licitação mais atraente para futuras sedes, para que as Olimpíadas possam continuar acontecendo.

Bach espera que, daqui a 30 anos, o esporte ainda seja sobre valores e não seja apenas um negócio de entretenimento. “Neste momento, somos o único evento do mundo que consegue unificar, não virtualmente, mas na realidade, o mundo inteiro em uma competição pacífica. Nestes tempos de mudança rápida”, concluiu, “um desafio será não apenas preservar nossos valores, mas fortalecê-los”. (IMD, 2020, Tradução Própria)

O motivo dos Jogos Olímpicos serem tão importantes para as relações internacionais é que eles promovem um encontro de nações livre de amarras

diplomáticas – mas não sem a presença das tensões entre países, tornando-se um evento único no mundo. “O esporte em si não tem valor político, mas quando é praticado como meio entre diferentes países, tem conteúdo político” (UK ESSAYS, 2018, p. 2).

3.2. Iniciativas Consequentes

Nesta seção será conferido se o Comitê Olímpico Internacional empreendeu esforços para instaurar mudanças condizentes com aquelas objetivadas na Agenda 20+20 para além de alterações institucionais. Se esse foi o caso, e os problemas apresentados estão sendo resolvidos gradualmente através de resoluções e acordos, pode-se prever uma solução para os fatores discutidos que geraram a crise, a fim de garantir a sobrevivência e perpetuação dos Jogos Olímpicos. Se os ajustes necessários que foram apontados na Agenda não geraram nenhuma atitude por parte do COI, é esperado que a crise dos Jogos perdure, podendo até mesmo causar a suspensão ou extinção das Olimpíadas (algo que não é sensacionalista tendo em vista as já raras ofertas para sediar os Jogos). Simultaneamente, é necessário investigar quais medidas trataram da politização, e se estas foram atendidas também.

Os 40 objetivos da Nova Norma olímpica possuem macro temas que correspondem aos grandes problemas enfrentados pelo COI nos últimos anos; podem ser citados os escândalos de corrupção, os casos de *doping*, o alto ônus econômico para as sedes e o esquecimento quase completo dos valores olímpicos originais como consequência de todas as dificuldades anteriores, resultando em uma óbvia instrumentalização das Olimpíadas por interesses políticos.

Como resposta a essas questões, a Agenda 20+20 apresentou objetivos que pretendem mitigar os efeitos dessa crise por todos os lados; os valores olímpicos puros são resguardados com a proteção e honra ao atleta garantidos; a corrupção pode ser diminuída, se não evitada, com maior transparência e vigilância através da Secretaria de Ética e *Compliance*; os atletas limpos serão valorizados e os que fazem uso de *doping*, punidos; a politização dos Jogos pode ser identificada e lidada; as desvantagens de

sediar serão mitigadas com quatro dos objetivos da Nova Norma²⁹; e foi incluso o tema já presente na Carta Olímpica, mas pouco praticado durante os Jogos anteriores, que é a sustentabilidade. Para que a análise seja cuidadosa e completa, as iniciativas da Agenda serão analisados de acordo com os subgrupos elaborados no Quadro 3.

Vale notar que a implementação da Agenda, que foi decidida em dezembro de 2014 e publicamente conhecida em 2015, deveria acontecer até 2020. Imagina-se que a pandemia tenha atrasado algumas medidas, mas de qualquer maneira a ideia original era implementar a maioria das propostas até o fim desse ano. O COI publicou relatórios anuais no avanço da agenda durante 2015, 2016 e 2017. Após esse último, foi publicado um documento de “meio do caminho” em dezembro de 2017 demonstrando todos os avanços feitos desde a publicação da Agenda. Desde então, o COI não liberou mais relatórios – deixando os anos de 2018, 2019 e 2020 sem atualizações.

3.2.1. Transparência (#2, #13, #29, #30, #31, #32 e #40)

De acordo com o “*Midway Report*” (“relatório de meio-caminho”) do COI, publicado no final de 2017 (ao se completarem três dos seis anos previstos para a implementação da Agenda), a organização defende estar cumprindo a proposta #2 ao considerar positivos para uma licitação a reutilização de instalações já existentes da cidade-sede. Também contam como vantagens os locais desmontáveis onde não há necessidade de construir um estabelecimento ou estrutura para longo prazo. De acordo com a instituição, essa proposta já foi completamente implementada, e agora só resta monitorar sua manutenção.

Já a recomendação #13 envolveu um convite às Federações Internacionais do esporte a participar mais ativamente da organização das Olimpíadas, fato ainda não conferido nas Olimpíadas de Inverno de 2018 que aconteceram desde então – resta checar se será a realidade nos Jogos de 2021 em diante – entre outras medidas menos

²⁹A proposta #1 é definir o processo de licitação como um convite; a segunda é avaliar as cidades candidatas levando em consideração as principais oportunidades e riscos; e a terceira é reduzir o custo da licitação. A proposta #12 é reduzir o custo e reforçar a flexibilidade da gestão dos Jogos Olímpicos. (COI, 2014a)

relevantes. A proposta #29, de aumentar a transparência, é considerada cumprida pelo Relatório de “meio do caminho” (COI, 2017c). As iniciativas incluíram a adoção de normas internacionais elevadas³⁰ para preparar e auditar as declarações financeiras do COI, mesmo que não seja exigido isso da organização, que se sujeita à lei suíça e não à internacional.

As recomendações 30, 31 e 32 tratam de “Fortalecer a independência da Comissão de Ética do COI”, “garantir *compliance*” e “fortalecer a ética”, respectivamente. A Secretaria de Ética e *Compliance* foi criada já em 2015. Outras mudanças foram feitas em relação à estrutura das comissões, ao método de trabalho e à composição do COI:

[Parte da] Agenda Olímpica 2020 já em implementação é a adoção das recomendações 30 e 31. De acordo com essas recomendações, a sessão em Mônaco adotou a nova Carta Olímpica. Exige que o presidente e os membros da nova Comissão de Ética do COI sejam eleitos pela primeira vez na 128ª Sessão do COI em Kuala Lumpur, que ocorrerá de 31 de julho a 3 de agosto³¹. (LAW IN SPORT, 2015)

Internamente, portanto, o Comitê Olímpico Internacional tem realizado algumas alterações que sinalizam relativo sucesso em relação aos objetivos dispostos na Nova Norma; porém, não é garantido que será simples convencer *stakeholders* e patrocinadores a embarcar nos mesmos propósitos. Ainda é preciso examinar as diretrizes da Agenda que envolvam cooperação e acordos externos ao COI, além das mudanças preparadas para o processo de licitação, que tanto preocupa as sedes em potencial.

3.2.2. Equilíbrio de Contas (#1, #3, #12, #33, #34 e #35)

O equilíbrio de contas é um dos fatores mais importantes que são ponderados quando se considera sediar um megaevento esportivo, conforme visto anteriormente.

³⁰ Normas Internacionais de Relatório Financeiro, da sigla IFRS em inglês (COI, 2017c).

³¹ O atual presidente do Comitê de Ética é Ki-moon Ban, com os membros Danka Bartekova, Pierre-Olivier Beckers-Vieujant, Auvita Rapilla, Angela Ruggiero, Amina Mohamed, Patricia O'Brien, Samuel Schmid e Hangin Xue (COI, 2020c)

Thomas Bach concorda, ao afirmar que há três razões pelas quais o movimento olímpico continua perdendo referendos que consultam a opinião da população sobre sediar ou não Jogos Olímpicos: “O primeiro é dinheiro, o segundo é dinheiro e o terceiro é dinheiro.” (BULL, 2018, p. 1)

A Agenda Olímpica 2020 é o roteiro estratégico para o futuro do Movimento Olímpico. As 40 recomendações são como peças de um quebra-cabeça que, quando reunidas, formam uma imagem que mostra o COI salvaguardando a singularidade dos Jogos Olímpicos e fortalecendo o esporte na sociedade. (*Ibidem*)

Uma das principais áreas abordadas pela Agenda Olímpica 20+20 é o processo de candidatura, que possui uma nova filosofia de convidar potenciais cidades candidatas a apresentar um projeto que atenda às suas necessidades de planejamento esportivo, econômico, social e ambiental a longo prazo.

De acordo com o Comitê Olímpico Internacional, até o fim do ano de 2017 a organização já defende a proposta #1 ao promover o uso de instalações existentes, além de permitir que competições preliminares se deem fora da cidade-sede, ou em casos mais extremos até mesmo fora do país-sede. O COI afirma que esse último caso aconteceria apenas se a questão fosse de sustentabilidade.

O processo de candidatura aos Jogos Olímpicos deve se tornar mais eficiente e com melhor relação custo-benefício para potenciais concorrentes; enquanto os requisitos operacionais para cidades anfitriãs que entregam os Jogos devem ser reduzidos, o legado olímpico deve ser garantido durante todo o ciclo de vida do evento e os custos para entregar os jogos devem ser reduzidos significativamente. (SCHNITZER; HAIZINGER, 2019).

Esse novo processo tende a fazer com que haja redução dos custos de licitação (que por si só é um investimento por tratar de orçamentos, reuniões, parcerias e elaboração de projetos) e diminui o número de apresentações permitidas. É uma iniciativa que também se funde ao objetivo de reduzir a corrupção. A comissão de ética do COI ficará responsável por fiscalizar todas as etapas do processo para evitar escândalos. Também com relação à medida #3, a organização promete arcar com todas as despesas das visitas de seus membros às cidades-sede. O COI lista essa

recomendação como já implementada ao realizar essas iniciativas, entre outras menores³².

O processo de candidatura dos Jogos de Inverno de 2026 foi auditado por um representante independente, e demonstra que o orçamento médio diminuiu (é estipulado em menos de 5 milhões de dólares) em 80% se comparado à estimativa dos Jogos de Inverno de 2022, de aproximadamente 35 milhões de dólares. De acordo com o COI (2020f), isso foi um resultado direto da implementação da terceira medida da Agenda 20+20. Com a antecedência de no mínimo sete anos entre uma candidatura e receber de fato os Jogos, as cidades italianas de Milão e Cortina puderam usufruir de uma organização e planejamento já norteados pela Agenda.

No que tange a recomendação #12, o COI garante que os *stakeholders* trabalharão em conjunto com a organização para sistematicamente revisar o nível dos serviços e da entrega dos Jogos, levando em consideração o custo e a complexidade da organização necessária. O intuito é apresentar propostas apenas com aprovação destas partes, para que o custo seja controlado e flexibilizado. A iniciativa #33 ainda não foi colocada em prática pois necessita de uma estratégia para o programa *Olympism in Action* primeiro, e depois buscar patrocinadores que o apoiem.

A medida #34 pretendia desenvolver um programa de licenciamento mundial, o que foi realizado. A prioridade, de acordo com o COI, é a promoção da marca, e não gerar receita. De qualquer maneira, foi aprovada até mesmo uma estratégia para esse licenciamento global. Já a proposta #35, de envolver TOPs com os CNOs, está em vias de implementação; até o último relatório, do fim de 2017, foram criados seminários de marketing para os CNOs, além de instruções em como fortalecer suas marcas (chamado no texto oficial de *brand building*). O COI se compromete a facilitar quaisquer possíveis negociações entre os patrocinadores e os comitês, além de implementar mais iniciativas antes do fim de 2020 – resta aguardar a publicação de um relatório que explicita esses esforços.

³² Um exemplo é ter os arquivos necessários apenas em *pdf*, e não mais imprimi-los. Outras ocorrências estipuladas no Relatório são igualmente de baixo impacto. (COI, 2017c).

3.2.3. Cooperação Externa (#4, #6, #8, #20, #22, #23, #26, #27, #28, #36, #39)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) trabalha além de responder às doenças da população; ela acessibiliza a vida mais saudável a esta, fator que desencadeou numa parceria com o Comitê Olímpico Internacional (COI), assinada em 16 de maio de 2020, um comum acordo promovendo a saúde através do esporte e da atividade física.

O Diretor Geral da OMS e doutor em saúde comunitária, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus pronuncia; “Tenho o prazer de formalizar essa parceria de longa data com o Comitê Olímpico Internacional. A atividade física é uma das chaves para uma boa saúde e bem-estar” (Tradução Própria).

Essa colaboração é oportuna. A atual pandemia do COVID-19 está afetando particularmente as pessoas com doenças não transmissíveis (DNTs). O acordo tem um foco especial na prevenção de DNTs através do esporte. A atividade física ajuda a baixar a pressão sanguínea e reduz o risco de hipertensão, doença coronariana, derrame, diabetes e vários tipos de câncer (incluindo câncer de mama e câncer de cólon). Outras áreas de colaboração incluem o trabalho com os países anfitriões para garantir a saúde dos atletas, apoiadores e trabalhadores nos jogos, além de abordar os fatores de risco das DNTs, incluindo a qualidade da água e a poluição do ar. As duas instituições também trabalharão para garantir que os jogos deixem um legado saudável nos países anfitriões, por meio da conscientização aprimorada do valor do esporte e da atividade física. (OMS, 2020)

Outro objetivo dessa aliança é impulsionar programas esportivos comunitários que tenham um alcance maior no público em geral (propostas #22 e #23), com destaque para meninas, idosos e pessoas portadoras de deficiência (cooperação externa como um meio para cumprir a medida #7), grupos com maior resistência em se manterem ativos e saudáveis. Um exemplo de campanha de conscientização que ocorreu nesse ano (no dia Olímpico, 23 de junho) em decorrência dessa parceria foi o #HealthyTogether, *hashtag* utilizada nas redes sociais por atletas para encorajar comunidades do mundo todo em serem saudáveis juntos.

Globalmente, a OMS estima que 80% da população adolescente do mundo não é suficientemente ativa, enquanto 1 em cada 4 adultos também ocupa o degrau de insuficiência ativa. Conforme estabelecido no Plano de Ação Global sobre Atividade Física, a nova parceria reunirá o esporte e a saúde em níveis regional, nacional e até

internacional para atingir uma meta global que consiste propriamente em aumentar a atividade física em 15% até 2030³³. (OMS, 2020)

Thomas Bach, atual presidente do COI, declarou que “nos últimos meses da crise atual [pandemia do covid-19], todos vimos a importância do esporte e da atividade física para a saúde física e mental. O esporte pode salvar vidas. O COI pede aos governos do mundo que incluam o esporte em seus programas de apoio pós-crise por causa do importante papel do esporte na prevenção de DNTs, mas também de doenças transmissíveis”.

Enquanto líderes mundiais na cúpula das mudanças climáticas da ONU na Polônia (COP24) se preparam para implementar o acordo de Paris para limitar o aumento das temperaturas globais a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, o Comitê Olímpico Internacional (COI) assumiu um cargo de líder na nova iniciativa de ação climática da ONU Esportes, que objetiva direcionar ações climáticas na comunidade esportiva. A iniciativa foi lançada hoje [11/12/2018] pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em parceria com o COI, em um evento de alto nível da cúpula. O objetivo é estabelecer o caminho para o mundo do esporte abordar as mudanças climáticas por meio de compromissos e parcerias concretas, aplicando padrões verificados para medir, reduzir e relatar as emissões de gases de efeito estufa - em conformidade com o Acordo de Paris. (COI, 2018)

Thomas Bach expressou como a mudança climática é uma questão que o COI encara com tremenda responsabilidade e seriedade; já é presente nos documentos oficiais da instituição o apreço pelo meio-ambiente e a intenção de sustentabilidade total para as próximas edições dos Jogos.

O presidente do Comitê Olímpico Internacional ainda completou que “O esporte tem a ver com ação, e hoje o mundo precisa de ações urgentes para limitar o aumento das temperaturas globais [medida #39 da Agenda]. O Movimento Olímpico e a comunidade esportiva em geral estão comprometidos em dar sua contribuição à Iniciativa Esportes para Ação Climática” (Tradução Própria).

Essa iniciativa se trata de uma coligação entre organizações esportivas, times, seleções e atletas que promovam ações a favor do meio-ambiente (respeitando o propósito #26), objetivando que o Acordo de Paris (2015) seja cumprido globalmente, atingindo a neutralidade climática até 2050. Para tal, a iniciativa promove “cortes nas

³³ Esse ano a OMS já divulgou que o ideal para adultos é uma média de 300 minutos de atividade física por semana – sendo que em 2010, apenas uma década atrás, o recomendado era “ao menos” 150 minutos.

emissões de gases do efeito estufa associadas a competições e atividades esportivas, além de mobilizar atletas e torneios na conscientização do público” (CBH, 2020).

O Comitê Olímpico do Brasil é o primeiro Comitê Olímpico das Américas (e segundo do mundo, ao lado da Espanha) a assinar o termo de compromisso “Esporte pela Ação Climática” da Organização das Nações Unidas (ONU) em parceria com o Comitê Olímpico Internacional (COI). Com a adesão, o COB se compromete a atentar pelas melhores práticas em prol do meio ambiente, engajando e inspirando a sociedade. O tema sustentabilidade é um dos pilares da Agenda 20+20 do COI. “O esporte, mais do que nunca, está alinhado com as questões da sociedade. Sabemos da nossa capacidade de mobilizar as pessoas em torno de temas sensíveis e queremos usar do nosso potencial a favor do meio ambiente e do planeta”, afirma o presidente do COB, Paulo Wanderley Teixeira. (*Ibidem*)

A secretária-geral da FIFA, Fatma Samoura, declarou que a organização esportiva internacional que ela representa reconhece “a necessidade crítica de que todos ajudem a implementar o Acordo de Paris e acelerem a mudança necessária para alcançar neutralidade de emissão de gases causadores do efeito estufa na segunda metade do século XXI” (ONU, 2018).

O príncipe Albert II de Mônaco, presidente da Comissão de Sustentabilidade e Legado do COI, falou sobre o Comitê se orgulhar de ter assumido um papel na liderança dessa Iniciativa. “Com seu alcance global, apelo universal e o poder de inspirar e influenciar milhões de pessoas em todo o mundo, o esporte está em uma posição única para impulsionar a ação climática global e incentivar a multidão a participar” (Tradução Própria).

O esporte já está sendo fortemente impactado pelas mudanças climáticas. A neve pouco confiável e os invernos quentes estão ameaçando os esportes de inverno, e o aumento da temperatura no verão e os padrões climáticos imprevisíveis são cada vez mais desafiadores para os atletas, organizadores de eventos e espectadores. O Quadro de Ação Esportiva pelo Clima convida o mundo do esporte - incluindo federações, ligas e clubes esportivos - a desenvolver conjuntamente uma agenda de ação climática para o esporte, aderindo a cinco princípios: promover maior responsabilidade ambiental, reduzir o impacto geral do clima, educar para a ação climática, promover o consumo sustentável e responsável e defender a ação climática por meio da comunicação. A Iniciativa também tem como objetivo usar o esporte para promover a conscientização e ação climática global. (COI, 2018)

As organizações esportivas reconhecem no documento oficial a necessidade de participar ativamente para cumprir o objetivo do Acordo de Paris (2015), mais

precisamente, para conseguir poupar o meio ambiente do temido aquecimento global. Seus esforços climáticos também são contribuintes para Objetivos de Desenvolvimento Sustentável mais amplos. Na iniciativa #4, promete-se monitorar a cidade-sede até 12 meses após os Jogos para auxiliar na sustentabilidade após receber um megaevento. Entretanto, a organização reconhece que, até seu mais recente relatório, em dezembro de 2017, essa iniciativa não foi implementada por completo, assim como a #5 (do macro tema Questões Estruturais, em mais um exemplo de como as iniciativas se entrelaçam), de caráter interno, que pretende “sustentabilizar” o cotidiano da organização (COI, 2017c).

A secretária executiva da ONU Mudanças Climáticas, Patricia Espinosa, declarou: “Por ter construído uma confiança global e liderança moral significativas, e porque o esporte afeta todas as seções da sociedade, é possível promover mudanças positivas em todo o mundo. Estou aqui para encorajá-lo a usar sua posição de liderança global significativa para nos ajudar a enfrentar o maior desafio do nosso tempo: as mudanças climáticas”.

Os comitês organizadores dos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020 e Paris 2024, o Comitê Olímpico Internacional e organizações esportivas como a *World Sailing*, a *World Surf League*, o *Roland Garros* e *Forest Green Rovers* – um clube de futebol profissional sediado no Reino Unido que se dedica a “esverdear” o futebol, ou seja, deixá-lo mais sustentável – se colocaram a favor da Convenção-Quadro, com atletas do mundo todo enviando palavras de apoio à essa iniciativa (cumprindo a intenção por trás da medida #6).

Como parte de seu papel de liderança, o COI apoiará os signatários na compreensão e implementação dos princípios orientadores da Iniciativa. Para apoiar a Estrutura, o COI divulgou hoje dois guias práticos: “Metodologia da Pegada de Carbono para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos”, que fornece orientações detalhadas aos Comitês Organizadores sobre como medir a pegada de carbono dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos; e “Esportes pela Ação Climática”, publicado em colaboração com a UNFCCC, que visa proporcionar ao Movimento Olímpico em geral uma compreensão geral das questões relacionadas às mudanças climáticas e ao gerenciamento das emissões de carbono. A sustentabilidade é um princípio de trabalho do Movimento Olímpico e um dos três pilares do seu roteiro estratégico para o futuro - Agenda Olímpica 2020. (COI, 2018)

O COI agora solicita aos Comitês Organizadores dos Jogos Olímpicos que desenvolvam planos de gerenciamento de carbono, incluindo ações para promover

soluções de baixo carbono e compensar as emissões de gases de efeito estufa, conforme resolução #4. Como organização, também adotou medidas de redução de carbono; está inclusive compensando suas emissões residuais graças ao seu parceiro oficial de carbono, a Dow. Como líder do Movimento Olímpico, o COI passou a fornecer orientação individual e apoio em questões relacionadas ao clima para as Federações Esportivas Internacionais e os Comitês Olímpicos Nacionais.

O sentimento [de aprovação] foi ecoado pelo presidente da UEFA, Aleksander Čeferin. “As mudanças climáticas são o maior desafio enfrentado pelo planeta. A UEFA acredita firmemente que o futebol, com sua forte e cada vez maior consciência ambiental, em especial em áreas como gestão de eventos sustentáveis, possui um papel a desempenhar na resposta a esta questão.” (ONU, 2018)

A sustentabilidade se tornou não só um tema que interessa ao público espectador, mas também relevante para as grandes instituições internacionais; a Organização das Nações Unidas, que desde sua fundação busca proteção ao meio-ambiente, incentiva o movimento esportivo a encarar essa questão com a seriedade necessária (de acordo com o objetivo da medida #39 da Agenda):

Resultado de uma colaboração entre representantes de diversas organizações esportivas e a ONU, a parceria não busca apenas reduzir a quantidade de emissões geradas por operações esportivas, mas também usar a popularidade de ídolos esportivos e a paixão de muitos torcedores, a fim de mudar a opinião pública sobre os perigos das mudanças climáticas irreversíveis. Algumas iniciativas concretas já viram a luz do dia. O COI, em colaboração com o secretariado da UNFCCC, produziu dois guias: “Fundamentos da Sustentabilidade: Esporte para Ação Climática” e “Metodologia da Pegada de Carbono para os Jogos Olímpicos e Jogos Paralímpicos”. (ONU, 2018)

Indo de encontro à resolução #20, na qual consta o objetivo de entrar em parcerias estratégicas, o COI teve êxito em implementar algumas mudanças. Esses documentos, campanhas online de conscientização e outras medidas demonstram que, no que tange a sustentabilidade e a saúde, haverá um impacto positivo nas Olimpíadas futuras, mesmo que provavelmente não haja consequências diretas nas Relações Internacionais.

A boa governança (proposta #27) também é essencial para o funcionamento pleno da organização como um todo; para isso, uma das propostas da Agenda 20+20 se refere ao relacionamento com os TOPs, o programa de parceiros olímpicos. A parceria que recebe essa denominação tem o nível mais alto de patrocínio olímpico; o COI

concede direitos de marketing exclusivos para os Jogos Olímpicos de Verão, de Inverno e da Juventude a esse grupo seleto de parceiros globais.

O programa – criado pelo COI em 1985, quando as Olimpíadas começaram a envolver patrocinadores privados e não só depender do dinheiro estatal da sede, mas também atrair algumas das empresas multinacionais mais conhecidas do mundo³⁴. Com o apoio deles, os parceiros olímpicos fornecem a base para a realização dos Jogos Olímpicos e ajudam os atletas de mais de 200 países a participarem do maior palco esportivo do mundo.

O grupo de patrocinadores investe cerca de 100 milhões de dólares cada para obter esse nível mais alto de parceria com o COI. Essas empresas são muito valorizadas por Thomas Bach, pois ele entende que esses parceiros e suas contribuições são “essenciais para a realização dos Jogos Olímpicos, e seu alcance e compreensão global nos ajudam a comunicar os valores olímpicos ao mundo inteiro” (COI, 2020d). Esse programa de parceria foi valorizado através da execução do objetivo #12, da área de Equilíbrio de Contas, conforme discutido na seção 3.2.2.

3.2.4. Questões Estruturais (#5, #9, #10, #11, #19, #21, #24, #25, #37, #38, #40)

Analisando as mudanças recentes efetuadas, o Presidente da organização, Thomas Bach, foi capaz de aumentar durante o seu mandato o número de mulheres indicadas para as Comissões, o que vai de encontro ao objetivo #11 (que pode se referir à igualdade de gênero entre atletas ou dentro da própria organização, como é o caso desse exemplo) e ao #40 (revisar anualmente a composição das comissões). Em 2013, foi eleito com um terço (32%) dos lugares ocupados por mulheres. Em 2019, a percentagem era de 45,5%, e em 2020 o recorde de participação contou com 47,7% de mulheres nas trinta comissões da organização (COI, 2020e).

Há também aumentos no número de membros da África e Oceania, bem como um acréscimo no número de presidentes de comissões que sejam da África e da Ásia,

³⁴ Atualmente, são a Coca-Cola, o airbnb, o Alibaba Group, Atos, Bridgestone, Dow, GE, Intel, Omega, Panasonic, P&G, Samsung, Toyota e Visa.

que atualmente representam 34%. As comissões nos últimos anos têm incluído, adicionalmente, mais representantes das diferentes partes interessadas (os chamados “*stakeholders*”, todos aqueles que têm algo investido, financeiramente ou não) do Movimento Olímpico (*Ibidem*). Essa mudança está em conformidade com a última das 40 medidas da Agenda 20+20, que visa promover uma reforma na composição das comissões para que estas se tornem mais inclusivas e representativas da realidade.

A recomendação #9 foi implementada em parte, reduzindo em 285 o número de atletas confirmados para os Jogos de Tóquio; o objetivo final é reduzir para no máximo 10500 atletas nos Jogos de Verão e 2900 para os Jogos de Inverno (com a redução, o número de atletas confirmados para Tóquio 2021 é de 10616). Menos atletas significa menos gastos, e o COI aos poucos se compromete a diminuir o máximo possível sem prejudicar o espírito olímpico.

Uma medida que foi cumprida em sua integridade foi a #19, criando um canal olímpico com diversos arquivos agora centralizados em uma única plataforma, e disponíveis ao público. As outras medidas pertinentes a Questões Estruturais não tiveram iniciativas relevantes até a última atualização fornecida pelo Comitê (Relatório de dezembro de 2017).

3.2.5. Proteção e Honra ao Atleta (#7, #14, #15, #16, #17 e #18)

Outra iniciativa que foi bastante mencionada na Nova Norma foi a proteção aos atletas limpos e luta feroz contra toda forma de *doping* (#15, #16 e #17). O último caso massivo foi o escândalo de Sochi (2014), onde vários atletas russos comprovadamente burlaram as regras anti-*doping* e competiram com drogas ilícitas em seus sistemas.

Em resposta, o COI adotou o Código do WADA (*World Anti-Doping Agency*, ou Agência Mundial de Anti-*Doping* em português) em 2015, que reúne todas as políticas e regulações de organizações esportivas em banir o uso ilícito de drogas que aumentam

performance atlética. O Código funciona em conjunto com os seis padrões internacionais³⁵, que objetivam homogeneizar os métodos de identificar *doping*.

Com base no sucesso da Força-Tarefa Antidopagem Pré-Jogos criada antes dos Jogos Olímpicos Rio 2016, o COI, a WADA, a Unidade de Esporte Livre de Dopagem (DFSU) da Associação Global de Federações Esportivas Internacionais (GAISF) e as federações internacionais de esportes olímpicos de inverno criaram uma força-tarefa semelhante antes dos Jogos Olímpicos de Inverno PyeongChang 2018 para otimizar o teste de atletas por meio de avaliações detalhadas de atletas individuais e grupos de atletas, a fim de recomendar testes direcionados específicos e, em seguida, acompanhar e monitorar os testes realizados nesses atletas. (COI, 2020e)

Ainda são encontrados muitos atletas quebrando regras estabelecidas, e muitas vezes são permitidos a competir e apenas posteriormente identificados e culpabilizados, sendo obrigados a devolver quaisquer títulos, medalhas ou recordes que possam ter estabelecido. Na realidade, identificar muitos atletas que infringem os códigos estipulados é um sinal saudável; significa que os mecanismos que estão em funcionamento são eficazes, ainda que por vezes um pouco tardios. Espera-se que o COI invista mais nesses testes prévios aos Jogos a cada Edição.

O COI criou um fundo de 20 milhões de dólares para proteger os atletas limpos. Dez milhões de dólares estão sendo usados para desenvolver um programa robusto de educação e conscientização sobre o risco de combinação de resultados e qualquer tipo de manipulação da concorrência e corrupção relacionada. Outros dez milhões estão sendo usados para apoiar projetos que oferecem uma nova abordagem científica ao antidoping. Por meio de sua Comissão Médica e Científica, o COI convocou pesquisadores a solicitar apoio e financiamento de projetos centrados em atletas, envolvendo ciência e pesquisa social. Com o compromisso de US\$ 10 milhões para financiar pesquisas relacionadas ao antidoping para a proteção de atletas, a estratégia desse fundo é complementar, mas não duplicar, os programas de pesquisa antidoping existentes. 12 bolsas já foram desembolsadas para apoiar uma série de projetos de pesquisa em todo o mundo. (COI, 2014a)

Esse trecho se refere diretamente à resolução #16, que trata do fundo de proteção ao atleta limpo. Sobre a proposta #15, o COI se comprometeu a reavaliar as amostras de *doping* dos atletas russos de 2014 e a entregar mais cedo os testes para eliminar

³⁵ São eles, o Padrão Internacional para Testes e Investigações (PITI, ou ISTI da sigla original em inglês), o Padrão Internacional para Laboratórios (ISL em inglês), o Padrão Internacional para Isenções para Uso Terapêutico (ISTUE, no original), o Padrão Internacional para a Lista Proibida (conhecido como “a Lista”), Padrão Internacional para a Proteção de Privacidade e Informações Pessoais (do inglês ISPPPI) e o Padrão Internacional para Conformidade de Código por Signatários (também do inglês, ISCCS). (WADA, 2020)

qualquer sensação de injustiça que os atletas eliminados possam ter sentido ao serem desqualificados apenas dias antes da Edição, alguns até mesmo chegando a competir e conseguir medalhas e posteriormente perdendo o direito a estas. A medida #17 já se encontra implementada de acordo com o COI; os atletas limpos serão honrados com cerimônias oficiais de entrega de medalhas quando receberem uma em seguida de uma desqualificação por *doping* de um adversário.

Em suma, o Comitê Olímpico Internacional se esforça para mitigar efeitos da crise econômica (redução de custos), moral (no que tange os atletas limpos e à redução da corrupção), de audiência (se envolvendo em campanhas globais que propagam os ideais olímpicos) e de sustentabilidade (inclusive firmando acordos internacionais). Não se sabe até que ponto as iniciativas foram implementadas, porque o COI não publicou mais relatórios, gerando um *gap* informacional, mas os esforços até dezembro de 2017 demonstram uma iniciativa imperfeita, mas presente, que prova que a Agenda não é mais um documento oficial a ser ignorado, como tantas Organizações Internacionais fazem.

3.2.6. Politização (#13, #14, #20, #21, #23, #26, #28, #33 e #35)

O esporte é considerado um bom meio de campo para que os Estados se comuniquem. Para o sítio UK Essays (2018, p. 2), “atrelar os esportes ao escopo das relações internacionais ajudaria a aumentar o tamanho da diplomacia”. Algumas propostas da Agenda 20+20 envolveram aspectos políticos, como a #14. Diretamente envolvida com a promessa da Carta Olímpica de respeitar as liberdades do atleta não importa seu idioma, origem nacional ou opinião política, essa proposta esbarra na instrumentalização dos Jogos.

Ao invés de expressamente proibir demonstrações sociais, raciais ou políticas, o que se mostrou difícil na História, o COI parece preferir focar em “Misturar ainda mais o esporte e a cultura” (Proposta #26) e em buscar mais parcerias com patrocinadores e investidores, relação que pode ainda resultar em uma manutenção da instrumentalização do esporte (Propostas #13, #20, #33 e #35).

A única iniciativa que parece ir diretamente contra a politização vista no último século é a #28, “Apoiar a autonomia”. Propositamente ampla, a proposta não defende exatamente uma independência do esporte internacional da política. O COI, na realidade, se propõe a criar um modelo que facilite a cooperação entre autoridades nacionais, organizações esportivas e o próprio Comitê Olímpico Internacional (COI, 2017c). A questão da governança pode se tornar um problema e gerar ruídos conflituosos entre as partes, portanto a organização já se adianta e pretende bloquear esse canal que pode ser politizado. Sobre fortalecer a capacidade de defesa do COI (propósito #21), pouco foi feito até a última atualização:

Vários dias internacionais foram aproveitados para aumentar a consciência sobre o papel do esporte na sociedade. o Dia Internacional da Mulher, Dia Internacional do Esporte para o Desenvolvimento e a Paz, Dia Mundial do Refugiado e Dia da Juventude. (COI, 2017c)

Pretendia-se completar essa proposta com uma ação proativa por parte do COI até o fim de 2020, mas ainda não há publicações sobre o assunto ou reformas anunciadas na mídia que levem a crer que esse objetivo está mais perto de ser atingido. Os “feriados” internacionais que foram utilizados para conscientização não são os objetivos principais da medida #21; os propósitos são “defender as organizações e agências intergovernamentais” e “encorajar e auxiliar os CNOs em seus esforços de defesa de direitos” (COI, 2017c). Não houve qualquer iniciativa por parte do COI desde o último relatório no sentido desses objetivos serem cumpridos. Os dias internacionais mencionados parecem ser uma distração do real propósito #21.

A medida #23, que propõe engajar com comunidades, foi completamente virtual de acordo com a última atualização do COI (Relatório de dezembro de 2017), não tendo relação com a pandemia do COVID-19 que ocorreu durante a maior parte do ano de 2020.

Portanto, a Agenda em si possui pontos que tratam da politização, mas não parece ser uma prioridade mitigar seus efeitos, ao menos não diretamente, mesmo que este tenha sido um dos pontos da crise já examinados. Outras questões, possivelmente, como a saúde financeira e os escândalos de corrupção se mostrem mais urgentes ou até mais fáceis de serem enfrentados. Talvez o COI entenda que o esporte internacional necessita de elementos políticos para continuar relevante, como foi durante a Guerra Fria a bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética um chamariz de audiência.

3.2.7. Impacto nos Jogos futuros

A análise de algumas das iniciativas consequentes gera indícios de que a Agenda teria condições de impactar a geopolítica dos Estados nas Olimpíadas. Afinal, se bem sucedida a implementação da Agenda nesses objetivos – questão indefinida por conta da falta de transparência do COI ao não elaborar mais relatórios, um dos temas que a organização pretendia justamente eliminar – os Jogos serão mais baratos e fáceis de sediar.

Essa reforma abre a possibilidade de sediar em mais de uma cidade, como já será o caso com os Jogos de Inverno de 2026 (com duas cidades na Itália). Isso causará uma diversificação de sedes, conforme a própria proposta #1 da Agenda (Relatório do “Meio do Caminho”, COI, 2017c). Se o COI insistir em apenas reaproveitar instalações já existentes, os únicos com chance de sediar serão países ricos que já o fizeram antes e que conservam uma manutenção adequada de suas instalações. O grande problema é que a democracia madura que geralmente acompanha o Estado desenvolvido trabalha contra sediar as Olimpíadas; eleitores percebem quaisquer investimentos em megaeventos esportivos como desnecessários em face de dificuldades domésticas. Prova desse movimento contra sediar foi a retirada de várias candidaturas de países ricos para os próximos anos dos Jogos.

Se a diversificação de sedes ocorrer, o que a hipótese dessa dissertação defende, a eficácia da politização feita tradicionalmente por Estados fortes e ricos será diminuída consideravelmente. Apesar dos problemas, a Edição do Rio 2016 se tornou um exemplo de Olimpíada barata. Ou seja, sediar se tornou possível para mais países, pois até mesmo o Brasil em profunda recessão econômica conseguiu receber os Jogos de Verão – e apenas dois anos depois de sediar uma Copa do Mundo FIFA. Somando isso ao fato de que os países desenvolvidos não querem mais sediar – e há muitos Estados no mundo que gostariam de uma chance de chamar a atenção de forma global – nota-se que as sedes futuras serão diversificadas, já que a Agenda 20+20 se comprometeu a tornar o processo de licitação um convite acessível.

Os Jogos que ocorreram recentemente em países em desenvolvimento, em especial, a China e o Brasil, não tiveram completo sucesso em instrumentalizar as

Olimpíadas de maneira internacional – pelo contrário, a China teve violações de Direitos Humanos expostas, e o Brasil, sua crise política, desvios de dinheiro e o surto de zika vírus – e sofreram duras críticas por não terem estrutura suficiente ou por suas questões domésticas. As duas sedes encontraram problemas similares no quesito exportação de cultura, pois não obtiveram sucesso na promoção de seus valores nacionais, eclipsados pelos problemas internos que os países enfrentavam na época dos Jogos.

Fazer com que países em desenvolvimento sediarem no modelo clássico resultou no estopim da crise do movimento olímpico. Sedes que não estão preparadas para arcar com o modelo do século XX de Jogos Olímpicos – um Estado forte arcando com todos os custos e lidando com a política externa consequente – serão contempladas com a Nova Norma. A partir do momento em que a Agenda facilite o sucesso das sedes periféricas em licitações e execução das Olimpíadas, a possibilidade de que o impacto das relações internacionais seja mitigado é maior. Afinal, com um Estado rico e unitário, conforme pregam os realistas, é possível fazer uso de uma política externa no ramo do esporte, com muito *nation branding* e *soft power* envolvido. Se, entretanto, as medidas da Agenda forem capazes de tornarem as sedes lugares mais plurais, envolvendo países periféricos à geopolítica *mainstream*, o efeito da politização dos Jogos não será o mesmo por conta da diversificação geográfica interferir na geopolítica dos Jogos. Quanto mais periférico o país, menos *soft power* ele tem capacidade de empunhar, conforme revelado pela comparação entre os países-membros da OCDE e o *Soft Power 30* (nota de rodapé 22), ranking anual com os 30 países com maior capacidade de influenciar os outros sem o uso da força. (SOFT POWER 30, 2019)

Entre acertos e erros, pode-se concluir que a Nova Norma não é só mais um documento passado para o esquecimento assim que foi assinado. O COI não só se compromete com várias iniciativas, como entrega muitas delas. O meio-ambiente e o alto custo dos Jogos não são temas facilmente resolvidos, mas essa organização internacional tem se esforçado na realidade para atender a todas essas demandas, mesmo que seja para o próprio benefício, pois o modelo antigo não tinha mais como sobreviver nos dias atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo antigo de gestão das Olimpíadas se tornou insustentável, algo que causou a mencionada crise dos Jogos e repercutiu no Comitê Olímpico Internacional. A resposta à crise foi a Agenda 20+20, de 2014, que visava manter a ocorrência dos Jogos Olímpicos sob um formato mais econômico e atrativo para as sedes – sem deixar de lado os valores sociais de tanta importância para o movimento esportivo, como o atleta limpo e o respeito igual a todos os olímpicos.

A História se desenrolou lado a lado com as Olimpíadas Modernas; países foram fundados, territórios se dividiram, e outros Estados foram dissolvidos por completo desde seu início em 1896. As Olimpíadas são um importante espelho da sociedade, e o Comitê Olímpico Internacional também retém sensacional valor histórico – é importante destacar o impressionante feito que foi sobreviver ao conturbado século XX. O COI é tão antigo quanto resiliente, podendo influenciar em aspectos das relações internacionais ao expulsar membros ou suspendê-los em resposta a ações políticas, conforme visto no Apêndice nos casos da Alemanha pós Primeira Guerra Mundial e com a África do Sul durante regime do *apartheid*.

Essa dissertação teve como objetivo analisar possíveis impactos da politização do esporte na elaboração da Agenda 20+20, e por sua vez também prováveis consequências dessa Nova Norma na geopolítica olímpica. Os temas centrais foram as Relações Internacionais e a crise, que gerou a Agenda, e quais conexões poderiam ser traçadas entre elas.

A pesquisa iniciou discorrendo sobre a política internacional e os Jogos Olímpicos, separadamente e interagindo. O primeiro capítulo discutiu tanto a relevância do esporte internacional, quanto a sua história nas relações internacionais. A sociologia do esporte foi explorada, assim como outras ciências humanas, para posteriormente tratar sobre a geopolítica por trás dos Jogos.

O restante do capítulo se dedicou a traçar um histórico claro de politização de esportes, demonstrando de maneira explícita a política por trás dos Jogos Olímpicos de Verão (o Apêndice ainda conta com exemplos dos Jogos de Inverno, da Copa do Mundo da FIFA, e de outros episódios esportivos memoráveis). A partir dessa contextualização,

foi possível discorrer sobre as origens da crise que preocupou tanto o Comitê Olímpico Internacional a ponto de lançar mão de sua primeira e ambiciosa reforma.

O segundo capítulo expôs a estrutura do Comitê Olímpico Internacional, além de traçar as origens da crise que afetou os Jogos Olímpicos. Atenção especial foi dispensada ao fator econômico, que antigamente levava cidades a se candidatarem, acreditando em uma promessa de retorno e lucros. Entretanto, ao examinar os estudos e os dados, não foi provado que sediar um megaevento esportivo traz tantos benefícios financeiros em comparação com os gastos exorbitantes.

A ausência de lucratividade para cidades-sede e a continuidade dos Jogos por quase 130 anos demonstrou como a visibilidade política não tem preço. Com esses descobrimentos, passou-se então para a análise sob a luz do campo de Relações Internacionais, introduzindo conceitos como *high* e *low politics* e os níveis de análise de Waltz.

Por último, o terceiro capítulo se debruçou sobre a Agenda 20+20, resposta à crise das Olimpíadas. Dividindo as quarenta propostas do documento oficial de reforma em grandes temas (são eles, transparência, equilíbrio de contas, cooperação externa, questões estruturais e proteção e honra ao atleta), entrelaçados por eles alguns objetivos relacionados à politização, foi possível analisar a fundo essas medidas e quais delas foram realmente implementadas até os dias atuais.

As propostas que tiveram seguimento por parte do COI foram destacadas, e consequentemente examinados os prováveis impactos nas próximas edições olímpicas. Foi imprescindível ressaltar, entretanto, que o Comitê apenas revelou iniciativas empreendidas nos anos de 2015, 2016 e 2017 – constituindo metade dos anos para implementação completa. Os três primeiros anos tiveram um relatório para cada ano, além de um para analisar a primeira metade de implantação da Agenda. Os anos de 2018, 2019 e 2020 não tiveram divulgação alguma, portanto os dados utilizados não conseguem incluir atualizações mais recentes.

Concluiu-se que a grande crise teve a politização como uma de suas causas indiretas, e que, por sua vez, a Agenda citou objetivos políticos. Apesar de diversos objetivos da Nova Norma estarem enredados com questões políticas, a principal consequência para as relações internacionais será a alteração do modelo clássico de sede

olímpica, que causará uma significativa perda de eficiência na instrumentalização dos Jogos.

A intenção sempre foi estudar mais a fundo esse tema fascinante que é o esporte como reflexo das Relações Internacionais, uma ferramenta interessante para determinar o que e como os países se expressam nesse âmbito sociocultural. Mesmo não sendo tão popular quanto o estudo de conflitos armados, a sutileza do esporte internacional tem sua relevância nessa área de estudos, como discutido no Capítulo 1. O campo internacionalista infelizmente não reconhece o potencial desse assunto, tendo-o ignorado quase por completo mesmo havendo material suficiente para escrever sobre esse fenômeno desde 1936.

A primeira pergunta de pesquisa – pode a politização ter contribuído para a crise dos Jogos Olímpicos e do COI? – foi abordada durante o segundo capítulo. Com o que foi discutido, concluiu-se que sim, ela foi um dos motivos, apesar de não aparentar ser o mais relevante entre eles. Esse título seria do aspecto econômico. Mas foi importante notar a politização como motivação indireta, por trás dos estímulos econômicos, de audiência, de *doping* e de transparência.

A segunda pergunta levantada na dissertação é se existem medidas diretas da Agenda para reduzir a politização dos Jogos Olímpicos. Apesar de a Nova Norma conter objetivos que tratam do tema, as iniciativas empreendidas pela organização até as últimas atualizações não parecem priorizar esse campo. Assim como a politização é um fator indireto na crise, é também um objetivo pouco enfrentado pela Agenda 20+20.

A terceira pergunta – há indícios de que a Agenda teria condições de impactar a geopolítica dos Estados nas Olimpíadas? – é compatível com a principal pergunta desta pesquisa – pode esse conjunto de medidas da Agenda 20+20, que objetiva mitigar os efeitos da crise dos Jogos Olímpicos, influenciar estes a tal ponto que a politização perca a eficácia?

Ambas foram respondidas pela análise final do Capítulo 3, argumentando a hipótese de que sim. A justificativa para essa resposta foi embasada no histórico de politização das Olimpíadas; observa-se que as sedes que instrumentalizaram os Jogos e foram bem-sucedidas em seu uso de *soft power* e *nation branding* tinham algo em

comum; eram Estados ricos e fortes, com imponência o suficiente para exportar sua já existente influência para todos aqueles que testemunharam o recebimento dos Jogos³⁶.

A recente mudança para sedes menos clássicas evidenciou questões que já assombravam os Jogos e o Comitê Olímpico Internacional, como a solvência econômica e queda nos níveis de audiência (demonstrando menor interesse, mas cada vez maior custo). Como uma organização internacional que depende do interesse popular, o COI se dirigiu à crise e lançou a Agenda 20+20 em 2014, com quarenta objetivos para serem cumpridos até o fim de 2020.

Apesar de um início promissor, com frequentes atualizações ao público das iniciativas colocadas em prática, o COI decepcionou ao não publicar mais relatórios desde dezembro de 2017. Todavia, mesmo com a informação limitada disponível, percebe-se que os esforços já empreendidos causarão mudanças para o esporte internacional.

Os Jogos Olímpicos terão um novo formato, um menos centralizado em uma cidade e em um país. As consequências desse processo, cujas origens e desenvolvimento foram contemplados nessa dissertação, são impossíveis de prever com certeza. Entretanto, é possível interpretar os dados à disposição de maneira que uma hipótese se forme com embasamento: provavelmente será observada uma perda de eficácia na politização dos Jogos Olímpicos, porque facilitar a realização destes também é torná-los menos únicos, em especial como ferramenta de relações internacionais.

³⁶ As exceções são quando partes individuais aproveitam o palco global para uma declaração política, como nos protestos raciais de 1968 e no atentado de Munique em 1972, entre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEND, Lisa. **Why Nobody Wants to Host the 2022 Winter Olympics [online]**. *TIME Magazine*. 03/10/2014. Disponível em: <<https://time.com/3462070/olympics-winter-2022/>>. Acesso em: 15/10/2019.

ALLISON, Lincoln; MONNINGTON, Terry. **Sport, Prestige and International Relations**. *Government and Opposition*, v. 37, n. 1, p. 106-134. 2002.

ALMEIDA, Bárbara S.; JÚNIOR, Wanderley M.; PIKE, Elizabeth. **The 2016 Olympic and Paralympic Games and Brazil's Soft Power**. *Journal of the Academy of Social Sciences*, v. 9, n. 2, p. 271-283. 2014.

BBC. **Black Athletes Protest [online]**. *BBC: on this Day*, 17/10/1968. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/october/17/newsid_3535000/3535348.stm>. Acesso em: 12/05/2020.

BBC. **Olympic hostages killed in gun battle [online]**. *BBC: on this Day*, 06/09/1972. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/september/6/newsid_2500000/2500769.stm>. Acesso em: 18/03/2020.

BBC. **African countries boycott Olympics [online]**. *BBC: on this Day*, 17/07/1976. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/july/17/newsid_3555000/3555450.stm>. Acesso em: 14/05/2020.

BBC. **British go to USSR Olympics [online]**. *BBC: on this Day*, 25/03/1980. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/march/25/newsid_2531000/2531175.stm>. Acesso em: 16/02/2017.

BEDECKI, T. **International Sport Relations [online]**. *Sport and International Understanding*. 1984. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-642-49961-6_53>. Acesso em: 09/02/2020.

BERR, Jonathan. **What the Decline in the Olympics Ratings Says About the Future [online]**. *Forbes Magazine*. 20/02/2018. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/jonathanberr/2018/02/20/what-the-decline-in-the-olympics-ratings-says-about-the-future-of-tv/#321e995963a5>>. Acesso em: 24/11/2019.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. Pp. 136-153.

BOYACIOGLU, Fuat; OGUZ, Ahmet Gürsel. **The Role of Sports in International Relations [online]**. *Relationes Internationales, Vol 9, No 1*. 2016. Disponível em: <<http://journals.univ-danubius.ro/index.php/internationalis/article/view/3442/3548>>. Acesso em: 23/04/2020.

BRYANT, Christa Case. Briefing: **What to Expect at the Olympics [online]**. *The Christian Science Monitor*. 22 de janeiro de 2018. Disponível em: <<https://www.csmonitor.com/World/Olympics/2018/0122/Briefing-What-to-expect-at-the-Olympics>>. Acesso em 03/05/2019.

BULL, Andy. **Nobody can afford to host the Olympics but at the IOC the largesse never stops [online]**. *The Guardian*, 23/07/2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/sport/2018/oct/23/olympic-games-host-ioc-money>>. Acesso em: 18/10/2019.

BULL, Andy. **Revealed: The biggest threat to the future of the Olympic Games [online]**. *The Guardian*, 27/07/2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/sport/2016/jul/27/biggest-threat-future-olympic-games-rio-2016-ioc-thomas-bach-hosts>>. Acesso em: 12/09/2019.

CALAMUR, Krishnadev. **The World Cup Is Russia's Latest Makeover Attempt [online]**. *The Atlantic*, 14 de junho de 2018. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/international/archive/2018/06/russia-world-cup/562826/>>. Acesso em 01 de jul de 2019.

CANETTIERI, Thiago. A importância do futebol como instrumento da geopolítica internacional. *Revista de Geopolítica*, Ponta Grossa – PR, v. 1, n. 2, p. 116-128. Junho-dezembro de 2010.

CARDOSO, Maurício. **100 Anos de Olimpíadas: de Atenas a Atlanta**. 1ª Ed. São Paulo: Scritta, 1996.

CBH. **COB é o primeiro Comitê Olímpico das Américas signatário do programa “Esporte pela Ação Climática” da ONU [online]**. *Confederação Brasileira de Hipismo*. 17/07/2020. Disponível em: <http://www.cbh.org.br/index.php/noticias-geral/8898-cob_primeiro_comite_olimpico_americas_signatario_programa_esporte_pela_acao_climatica_onu>. Acesso em: 18/07/2020.

CHA, Victor. **Role of Sport in International Relations: National Rebirth and Renewal [online]**. *Asian Economic Policy Review Volume 11, Issue 1, Pages 139-155*. 04/01/2016. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/aopr.12127>>. Acesso em: 29/03/2020.

CNBC. **Olympic Cities: Booms and Busts [online]**. 19/01/2012. Disponível em: <<https://www.cnbc.com/2012/01/19/Olympic-Cities:-Booms-and-Bustshtml?page=10>>. Acesso em: 23/06/2020.

COI (Comitê Olímpico Internacional). **Olympic Agenda 2020 [online]**. 2014a. Disponível em: <<https://www.olympic.org/olympic-agenda-2020>>. Acesso em: 27/06/2019.

COI (Comitê Olímpico Internacional). **Olympic Games: Montreal 1976 [online]**. 2014b. Disponível em: <<https://www.olympic.org/montreal-1976>>. Acesso em: 22/03/2019.

COI (Comitê Olímpico Internacional). **Olympic Games: Los Angeles 1984 [online]**. 2017a. Disponível em: <<https://www.olympic.org/los-angeles-1984>>. Acesso em: 21/09/2017.

COI (Comitê Olímpico Internacional). **Albertville 1992 [online]**. 2017b. Disponível em: <<https://www.olympic.org/albertville-1992>>. Acesso em 27/06/2019.

COI (Comitê Olímpico Internacional). **Olympic Agenda 2020 – Midway Report [online]**. Dezembro de 2017c. Disponível em: <https://stillmedab.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/Documents/Olympic-Agenda-2020/Olympic-Agenda-2020-2017-midway-report.pdf#_ga=2.72682199.552526091.1606486539-974318919.1606486539>. Acesso em: 09/05/2020.

COI (Comitê Olímpico Internacional). **IOC takes leadership role in the UN sports for climate action initiative [online]**. 11/12/2018. Disponível em: <<https://www.olympic.org/news/ioc-takes-leadership-role-in-the-un-sports-for-climate-action-initiative>>. Acesso em: 29/03/2020.

COI (Comitê Olímpico Internacional). **IOC Funding [online]**. 2020a. Disponível em: <<https://www.olympic.org/funding>>. Acesso em: 14/09/2020.

COI (Comitê Olímpico Internacional). **The Olympic Charter [online]**. 2020b. Disponível em: <<https://www.olympic.org/documents/olympic-charter>>. Acesso em: 14/09/2020.

COI (Comitê Olímpico Internacional). **Ethics Commission [online]**. 2020c. Disponível em: <<https://www.olympic.org/ethics-commission>>. Acesso em: 14/09/2020.

COI (Comitê Olímpico Internacional). **The Olympic Partner Programme [online]**. 2020d. Disponível em: <<https://www.olympic.org/partners>>. Acesso em: 14/09/2020.

COI (Comitê Olímpico Internacional). **Female membership of IOC Commissions reaches na all-time high of 477 per cent-two new female chairs [online]**. 28/05/2020e. Disponível em: <<https://www.olympic.org/news/female-membership-of->

ioc-commissions-reaches-an-all-time-high-of-47-7-per-cent-two-new-female-chair>. Acesso em: 08/06/2020.

COI (Comitê Olímpico Internacional). **Olympic Agenda 2020 Reduces Candidature Budgets by around 80 per cent [online]**. 17/07/2020f. Disponível em: <<https://www.olympic.org/news/olympic-agenda-2020-reduces-candidature-budgets-by-around-80-per-cent>>. Acesso em: 20/10/2020.

CORNELISSEN, Scarlett. **Football's tsars: proprietorship, corporatism and politics in the 2010 FIFA World Cup**. *Soccer & Society*, v. 11, n. 1-2, p. 131-143. 2010.

CORNELISSEN, Scarlett. **'Our struggles are bigger than the World Cup': civic activism, state-society relations and the socio-political legacies of the 2010 FIFA World Cup [online]**. 01/06/2012. Disponível em: <<https://onlinelibrary.nwiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-4446.2012.01412.x>>. Acesso em 28/06/2019.

D'AGATI, Phillip. **The Cold War and the 1984 Olympic Games: A Soviet-American Surrogate War**. *Palgrave Macmillan*. 05/06/2013.

DURÁNTEZ, Conrado. **Olímpia e los Juegos Olímpicos Antiguos**. Madrid, 1976.

ESSEX, Stephen; CHALKLEY, Brian. **Mega-sporting events in urban and regional policy: a history of the Winter Olympics**. *Planning Perspectives Journal*. v. 19. n. 2. p. 201-204, 2004.

FIFA. **More than half the world watched record-breaking 2018 World Cup [online]**. 2019. Disponível em: <<https://www.fifa.com/worldcup/news/more-than-half-the-world-watched-record-breaking-2018-world-cup>>. Acesso em 15/01/2019.

GIBSON, Owen. **Sochi 2014: the costliest Olympics yet but where has all the money gone? [online]**. *The Guardian*. 09/10/2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/sport/blog/2013/oct/09/sochi-2014-olympics-money-corruption>>. Acesso em: 01/07/2019.

GIGLIO, Sérgio Settani. **COI X FIFA: A História Política do Futebol Profissional nos Jogos Olímpicos**. *Universidade de São Paulo: Escola de Educação Física e Esporte*. São Paulo, 2013.

GIORDANI, M. C. **História da Grécia**. 7ª Edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

G1. **Protestos contra a China correm o mundo durante a abertura dos Jogos Olímpicos [online]**. *G1.Globo.com*, 08/08/2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Sites/Especiais/Noticias/0,,MUL716844-15913,00-PROTESTOS+CONTRA+A+CHINA+CORREM+O+MUNDO+DURANTE+A+ABERTURA+DOS+JOGOS+OLIMPI.html>>. Acesso em: 04/02/2020.

Globo Esporte. **Protestos na Europa e nos EUA contra a censura à imprensa em Pequim** [online]. Globo.com, 08/08/2008. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/Esportes/Pequim2008/Noticias/0,,MUL717007-9823,00-PROTESTOS+NA+EUROPA+E+NOS+EUA+CONTRA+A+CENSURA+A+IMPRESA+EM+PEQUIM.html>>. Acesso em: 13/12/2019.

GRIX, Jonathan. **Qatar's Soft Power Gamble: The FIFA World Cup 2022** [online]. *E-International Relations*, 18 de janeiro de 2013. Disponível em: <<https://www.e-ir.info/2014/01/18/qatars-soft-power-gamble-the-fifa-world-cup-2022/>>. Acesso em: 06/07/2019.

GUARDIAN, THE. **Olympic moments: The 1972 men's Basketball final in pictures** [online]. *The Guardian*, 2011. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/sport/gallery/2011/nov/16/1>>. Acesso em 18/11/2019.

HELAL, Ronaldo. **O que é sociologia do esporte**. São Paulo, SP: Braziliense, 1990.

HORNE, John; MANZENREITER, Wolfram. **Accounting for Mega-Events Forecast and Actual Impacts of the 2002 Football World Cup Finals on the Host Countries Japan/Korea**. *International Review for the Sociology of Sport* 39: p. 187-203. Junho de 2004.

HUMPHREYS, Brad; PROKOPOWICZ, Szymon. **Assessing the impact of mega-events in transition economies: EURO 2012 in Poland and Ukraine**. *International Journal of Sport Management and Marketing*. v. 2. n. 5-6. p. 496-509, 2007.

IMD. **“Change or be Changed”, IOC President Thomas Bach tells IMD alumni** [online]. *IMD (Institute for Management Development)*. February, 2020. Disponível em: <<https://www.imd.org/news/updates/Change-or-be-changed-IOC-President-Thomas-Bach-tells-IMD-alumni/>>. Acesso em: 19/09/2019.

INGLE, Sean. **IOC's oppressive podium rules ignore history of legitimate olympic protest** [online]. *The Guardian*, 13/01/2020a. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/sport/blog/2020/jan/13/international-olympic-committee-seeks-to-ban-podium-protests>>. Acesso em: 23/01/2020.

INGLE, Sean. **Japan Businessman admits giving gifts for successful Tokyo Olympic bid** [online]. *The Guardian*. 31/03/2020b. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/sport/2020/mar/31/japan-businessman-admits-giving-gifts-for-successful-tokyo-olympic-bid>>. Acesso em: 14/05/2020.

KANTAR IBOPE MEDIA. **Mais de 63 milhões de pessoas assistiram à Olimpíada de 2016 pela TV, afirma Kantar IBOPE Media** [online]. 25/08/2016. Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com/mais-de-63-milhoes-de-pessoas-assistiram-a-olimpiada-2016-pela-tv-afirma-kantar-ibope-media/>>. Acesso em: 30/05/2019.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and Interdependence**. Longman, 4a Ed. 2009.

KESSOUS, Mustapha. **100 Histórias dos Jogos Olímpicos**. Edições de Janeiro: 2016.

KOOREP, Ranno. **Geopolitics of Sports Mega-events: Why is International Sport Moving to Emerging Countries?** *University of Tartu, Faculty of Social Sciences*. 2016

LAW IN SPORT. **Olympic Agenda 2020 triggers significant changes to IOC Commissions** [online]. *Law in Sport*, 01/06/2015. Disponível em: <<https://www.lawinsport.com/topics/item/olympic-agenda-2020-triggers-significant-changes-to-ioc-commissions>>. Acesso em: 14/08/2019.

LENSKYJ, Helen. **Best Olympics Ever? The Social Impacts of Sydney 2000**. *Suny Press*, 2012.

LIMA, Mariza; MARTINS, Clóvis; CAPRARO, André. **Olimpíadas Modernas: A História de uma Tradição Inventada** [online]. *Pensar a Prática* 12. Abril de 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/271147471_OLIMPIADAS_MODERNAS_A_HISTORIA_DE_UMA_TRADICAO_INVENTADA>. Acesso em: 13/03/2020.

MAENNIG, Wolfgang. **One year later: A re-appraisal of the economics of the 2006 World Cup**. *International Association of Sports Economists*, 2007.

MALFAS, M.; THEODORAKI, Eleni; HOULIHAN, B. **Impacts of the Olympic Games as Mega-Events**. *Municipal Engineer* 157 Issue ME3. Janeiro de 2004.

MANZENREITER, Wolfram. **The Beijing Games in the Western Imagination of China: The weak power of soft power**. *Journal of Sport and Social issues*, v. 34, n. 1, p. 29-48. 2010.

MARTINS, Polyanna. **Sociologia do Esporte** [online]. *Inta*, pg. 3. 2016. Disponível em: <<https://md.uninta.edu.br/geral/sociologia-do-esporte/pdf/sociologia.pdf>>. Acesso em: 12/09/2019.

MASON, Rowena. **FIFA should stop Russia hosting 2018 World Cup, says Andy Burnham** [online]. *The Guardian*. 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/football/2014/mar/21/fifa-stop-russia-host-2108-world-cup-andy-burnham>>. Acesso em: 31/07/2017.

McBRIDE, James. **The Economics of Hosting the Olympic Games** [online]. 2018. Disponível em: <<https://www.cfr.org/background/economics-hosting-olympic-games>>. Acesso em 23/03/2019.

MEHROTRA, Anita. **To Host or Not to Host? A Comparison Study of the Long-Run Impacts of the Olympic Games**. 1 de Maio, 2011.

MILLINGTON, R.; DARNELL, S. **Constructing and contesting the Olympics online: the internet, Rio 2016 and the politics of Brazilian development.** *International Review for the Sociology of Sport*, v.49, n.2, p.190-210. 2014.

Ministério da Educação. **Educação Física – Obrigatoriedade da disciplina [online].** *Portal.mec.gov.br*, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12962-educacao-fisica-obrigatoriedade-da-disciplina>>. Acesso em: 29/12/2019.

MOSCOW TIMES, THE. **FIFA Opposes Boycott of 2018 World Cup in Russia [online].** 2014. Disponível em: <<https://themoscowtimes.com/news/fifa-opposes-boycott-of-2018-world-cup-in-russia-37686>>. Acesso em: 20/07/2019.

MULLEN, Jethro. **Mario steals the show for Nintendo at Rio Olympics closing ceremony [online].** *Money CNN*, 22 de agosto de 2016. Disponível em: <<http://money.cnn.com/2016/08/22/technology/nintendo-mario-olympics-rio-closing-ceremony/index.html>>. Acesso em: 03/04/2019.

MURRAY, Stuart; PIGMAN, Geoffrey. **Mapping the relationship between international sport and diplomacy.** *Diplomacy & Statecraft*, Volume 23, Issue 3, p. 1098-118. 28/08/2012.

NAURIGHT, John. **Global games: Culture, political economy and sport in the globalised world of the 21st century.** *Journal Third World Quarterly*, Volume 25, Issue 7, p. 1325-1336. 2004.

NYE, Joseph. Revisado por G. John Ikenberry. **Soft Power: The Means to Success in World Politics [online].** *Foreign Affairs: Capsule Review*. Edição de Maio/Junho de 2004. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/reviews/capsule-review/2004-05-01/soft-power-means-success-world-politics>>. Acesso em: 10/05/2020.

OLYMPIA, Parte 1: **Fest der Völker.** Dir. Leni Riefenstahl. 1938; Berlim, Alemanha. Filme/Documentário.

OLYMPIA, Parte 2: **Fest der Schönheit.** Dir. Leni Riefenstahl. 1938; Berlim, Alemanha. Filme/Documentário.

OMS. **WHO and Internacional Olympic Committee Team up to improve health through Sport [online].** *World Health Organization*, 16/05/2020. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/detail/16-05-2020-who-and-international-olympic-committee-team-up-to-improve-health-through-sport>>. Acesso em:

ONU (Organização das Nações Unidas). **Organizações Esportivas se Comprometem a Combater Mudanças Climáticas [online].** 2018 Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/organizacoes-esportivas-comprometem-a-combater-mudancas-climaticas/>>. Acesso em: 13/09/2020.

OXFORD OLYMPICS STUDY. **The Oxford Olympics Study 2016: Cost and Cost Overrun at the Games.** Julho de 2016.

PENA, Rodolfo. **Geopolítica [online].** *Mundo Educação.* 2020. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/geopolitica.htm#:~:text=A%20Geopol%C3%ADtica%20refere%2Dse%20%C3%A0s,o%20controle%20de%20seus%20territ%C3%B3rios.>>. Acesso em: 14/04/2020.

PEREIRA, Carlos Santos. **Dez Anos de Guerra no Afeganistão.** *Nação e Defesa:* N° 130 – 5ª Série. 2011. P. 179-216.

PREUSS, Holger. **A framework for identifying the legacies of a mega sport event.** *Leisure studies* n. 34, p. 643-664. 2015.

RATZEL, Friedrich. **Geografia Política.** 1897.

REDIHAN, Erin Elizabeth. **The Olympics and the Cold War, 1948–1968: Sport as Battleground in the U.S.-Soviet Rivalry [online].** *Capítulo 9.* 2017. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=sew8DgAAQBAJ&pg=PA227&lpg=PA227&dq=olympics+international+relevance&source=bl&ots=aXSQnlpc9Y&sig=bsSQtuEz_Y0WB3MvGAAwprxfAg&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwj5jldq7gfXTAhXIUZAKHTBSCowQ6AEIZzAH#v=onepage&q&f=true>. Acesso em: 10/05/2020.

RIDER, Toby. **Cold War Games: Propaganda, the Olympics, and U.S. Foreign Policy.** *University of Illinois Press,* 26/04/2016.

ROCHE, Maurice. **Mega-events, Time and Modernity: On Time Structures in Global Society.** *Time & Society,* Volume: 12 issue: 1, p. 99-126. 01/03/2003.

ROSSINGH, Danielle. **Rio Olympics 2016: Did Brazil pass or fail its big test? [online].** *CNN,* 22/08/2016. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2016/08/22/sport/rio-olympics-2016-report-card-pass-fail/index.html>>. Acesso em: 12/11/2019.

RUBIO, Katia. **A psicologia do esporte: histórico e áreas de atuação e pesquisa [online].** *Psicologia: Ciência e Profissão,* 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931999000300007>. Acesso em: 24/03/2020.

RUBIO, Katia. **Os Jogos Olímpicos e a Transformação das Cidades: os custos sociais de um megaevento [online].** *Scripta Nova: REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES.* Vol. IX, núm. 194 (85), 1 de agosto de 2005. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-85.htm>>. Acesso em: 04/06/2019.

RUBIO, Katia. **Atletas Olímpicos Brasileiros [online]**. Sesi-SP Editora, 2015. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=bkOaDwAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=katia+rubio+atletas+ol%C3%ADmpicos+brasileiros&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwjHp9fC2bPpAhUIG7kGHWo-B3wQ6AEILzAB#v=onepage&q=katia%20rubio%20atletas%20ol%C3%ADmpicos%20brasileiros&f=false>>. Acesso em: 15/04/2020.

SALGADO NETO, Luis. **A Crise de Suez: a sobreposição de três conflitos (1952-1956) [online]**. *Revista Cantareira – Edição 17*. Julho-dezembro, 2012. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/05/e17a6.pdf>>. Acesso em: 04/03/2018.

SETTIMI, Christina. **The 2016 Rio Summer Olympics: By the Numbers [online]**. *Forbes*, 05/08/2016. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/christina-settimi/2016/08/05/the-2016-summer-olympics-in-rio-by-the-numbers/2/>>. Acesso em: 12/04/2019.

SCHNITZER, Martin; HAIZINGER, Lukas. **Does the Olympic Agenda 2020 Have the Power to Create a New Olympic Heritage? An Analysis for the 2026 Winter Olympic Games Bid [online]**. *Sustainability Journal*, p. 1-21. 16/01/2019. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/journal/sustainability>>. Acesso em: 28/11/2019.

SOFT POWER 30. **The Soft Power 30 by Portland [online]**. *USC Center on Public Diplomacy*. 2019. Disponível em: <<https://softpower30.com/>>. Acesso em: 15/11/2020.

SOUZA, Juliano de; MARCHI, Wanderley Marchi. **Bourdieu e a sociologia do esporte: Contribuições, abrangência e desdobramentos teóricos [online]**. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 29, n. 2, pp. 243-286. 08/08/2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ts/v29n2/1809-4554-ts-29-02-0011.pdf>>. Acesso em: 23/02/2020.

STEENVELD, Lynette; STRELITZ, Larry. **The 1995 Rugby World Cup and the politics of nation-building in South Africa**. *Media, Culture and Society*. Thousand Oaks, Califórnia, EUA, vol 20, n 4. 1998.

SUPPO, Hugo. **Reflexões sobre o lugar do esporte nas relações internacionais [online]**. *Contexto internacional, vol.34 no.2*. Rio de Janeiro. Dezembro de 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292012000200002>. Acesso em: 25/09/2020.

SZONDI, Gyorgy. **Public Diplomacy and Nation Branding: Conceptual Similarities and Differences**. Haia, Países Baixos: *Netherlands Institute of International Relations Clingendael*, 2008.

TUROLLA, Frederico. **Entrevista – Especial da Semana: Para Frederico Turolla, Brasil pagará caro para sediar os megaeventos esportivos.** *Publicação do DCI*, 31/10/2011, página B10. Entrevistadores: Roberto Müller Filho e Liliana Lavoratti.

UK ESSAYS. **Sports and International Relations [online]**. 24/05/2017. Disponível em: <<https://www.ukessays.com/essays/international-relations/sports-plays-a-significant-role-in-international-relations.php>>. Acesso em 19/09/2020.

ÜRMÉNYHÁZI, Attila J. **The Hungarian Revolution-Uprising, Budapest 1956 [online]**. 2006. Disponível em: <<http://www.hungarianhistory.com/lib/hungrev56/hungrev56.pdf>>. Acesso em: 28/03/2017.

VASCONCELLOS, Douglas Wanderley. **Esporte, Poder e Relações Internacionais [online]**. Brasília, 2008. *Fundação Alexandre de Gusmão*. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/852-Esporte_Poder_e_Relacoes_Internacionais.pdf> Acesso em: 12/07/2017.

VENOOK, Jeremy. **The Olympics haven't always been an economic disaster [online]**. *The Atlantic*, 04/08/2016. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/business/archive/2016/08/the-olympics-havent-always-been-an-economic-disaster/494534/>>. Acesso em: 09/02/2020.

WADA (World Anti-Doping Agency). **The Code [online]**. 2020. Disponível em: <https://www.wada-ama.org/en/what-we-do/the-code?gclid=Cj0KCQjwv7L6BRDxARIsAGj-34pZakghbKUAhI31V6DQIebSmeoM8AJnb7zO7CxsrQQ-g0l5WrA8MGgaAvz4EALw_wcB>. Acesso em: 23/01/2020.

WALLERSTEIN, Immanuel. **As Olimpíadas e a Geopolítica**. 31/10/2009.

WINSOR, Morgan. **Olympics 2018: Everything you need to know about the Pyeongchang Winter Games in South Korea [online]**. *ABC News*, 9 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://abcnews.go.com/International/olympics-2018-pyeongchang-winter-games-south-korea/story?id=52026112>>. Acesso em 02 de jul de 2019.

WORDEN, Minky. **Will FIFA Force Russia to Make the World Cup Friendly to LGBT People? [online]**. *NY Times*, 28 de maio de 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/05/28/opinion/fifa-world-cup-russia-lgbtq.html>>. Acesso em 05/07/2019.

ZANONI, David Anderson. **Do Xá ao Aiatolá [online]**. *Dossiê História Econômica: Tradições Historiográficas e Tendências Atuais*, 2013. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/12/e18a04.pdf>>. Acesso em: 07/05/2019.

ZHYRUN, Iryna. **The World Cup? It is all about politics!** [online]. *IAPSS – International Association for Political Science Students*. 8 de julho de 2018. Disponível em: <<https://iapss.org/2018/07/08/the-world-cup-it-is-all-politics/>>. Acesso em 04/05/2019.

ZIRIN, Dave; BOYKOFF, Jules. **A bribery scandal hits the ‘2020’ Tokyo Olympics** [online]. *The Nation*, 01/04/2020. Disponível em: <<https://www.thenation.com/article/world/tokyo-olympics-bribery-scandal/>>. Acesso em: 13/11/2019.

APÊNDICE – Exemplos de instrumentalização dos Jogos

Conforme argumentado no decorrer da dissertação, o esporte não só pode ser utilizado como instrumento político, como é uma prática que pode ser traçada até o início do movimento esportivo internacional, no século XX. O lado empírico desse pressuposto será mostrado através dos exemplos mais expoentes dos Jogos Olímpicos de Verão ou Inverno, organizados em ordem cronológica a seguir.

As Olimpíadas de 1936 – Berlim, Alemanha

No ano de 1936, o regime nazista já estava no poder e levava judeus e outros grupos de vítimas aos campos de concentração para realizar trabalho forçado. Comparecer àquelas Olimpíadas significaria aprovação do regime que já iniciava suas perseguições e instaurava os princípios nazistas? Essa foi a primeira edição dos Jogos que claramente se entrelaçou com política.

Através do documentário “Olympia”, realizado por Leni Riefenstahl e patrocinado pelo governo – a cineasta trabalhava diretamente com Goebbels, o ministro de Propaganda braço-direito de Adolf Hitler – é possível notar que o fato da Alemanha sediar os Jogos foi visto como uma oportunidade a ser aproveitada (OLYMPIA: Parte 1 e Parte 2, 1938).

Os nazistas consideravam a Olimpíada um ‘infame festival promovido pelos judeus’. Em 1931, depois que Berlim foi escolhida como sede olímpica, o *Völkischer Beobachter*, órgão oficial do partido nazista, prometia: ‘Quando Hitler chegar ao poder, a anarquia olímpica desaparecerá da Alemanha’. Porém, Hitler deu-se conta do imenso potencial de propaganda dos jogos e mudou de ideia. Estava ali a oportunidade de mostrar ao mundo as maravilhas da nova Alemanha nacional-socialista. ‘Em 1936 receberemos todos os povos da Terra e mostraremos a eles de quanto é capaz o povo alemão’, dizia Joseph Paul Goebbels, o poderoso ministro da Propaganda do Terceiro Reich (CARDOSO, 1996, p. 94).

Avery Brundage, presidente do Comitê Olímpico americano na época, garantiu a todos que o esporte não se misturava com política: “Somos um grupo esportivo,

organizado e preparado para promover o esporte com lealdade. Se deixarmos a política, as questões sociais e as disputas raciais imiscuírem-se em nossa ação, aí sim teremos problemas” (CARDOSO, 1996, p. 95).

Assim, os Jogos acabaram sendo realizados na Alemanha nazista, com características que posteriormente marcariam esse movimento alemão, como o racismo e o antissemitismo, alimentados pela noção da raça ariana como pura e superior a todas as outras etnias. O argumento utilizado para prosseguir com a sede foi o de que o regime governamental era uma questão interna, e que não cabia a outras nações julgar a capacidade de sediar um evento esportivo com base em escolhas do governo em exercício. Entretanto, o próprio Comitê Olímpico Internacional tomou uma decisão “politicizada” ao banir a Alemanha das edições seguintes à Segunda Guerra Mundial:

A Alemanha nazista pretendeu interpretar a adesão de vários países às Olimpíadas de Berlim em 1936 como evidência de que o mundo apreciava as realizações de nova ordem mundial pretendida pelas políticas doméstica e externa do Reich alemão. Os Jogos Olímpicos de Berlim significavam resgate do prestígio arranhado em Antuérpia–1920 e Paris–1924. Naquelas ocasiões, mesmo com a prudência de Coubertin em querer despolitizar o movimento esportivo mediante desvinculação declarada da organização olímpica com qualquer mecanismo da nova Liga das Nações, o Comitê Olímpico Internacional compartilhou da paixão dos Poderes Aliados vitoriosos e declarou a Alemanha ‘culpada do início da Grande Guerra’ e excluída dos Jogos (VASCONCELLOS, 2008, p. 56).

Apesar da ideia inicial do partido ser se recusar a sediar os Jogos – que haviam sido concedidos a Berlim antes do partido nazista chegar ao poder – o alcance da competição foi logo notado e instrumentalizado pelo ministro Goebbels. A percepção posterior do Ocidente foi de que os alemães não eram assim tão radicais, e sim um povo bem disciplinado em sua organização.

As Olimpíadas de 1956 – Melbourne, Austrália

No mesmo ano dos Jogos, acontecia a Revolução Húngara, que começou como uma manifestação pacífica de estudantes em Budapeste e foi angariando apoio popular e militar. As demandas eram a implementação do “socialismo real”, ao contrário da revolução “pelo alto” imposta pela União Soviética (ÜRMÉNYHÁZI, 2006).

Imre Nagy assumiu como primeiro-ministro e anunciou as reformas esperadas. O multipartidarismo retornou, os presos políticos foram libertados, e a intenção de retirar a Hungria do Pacto de Varsóvia foi anunciada. Houve então invasão de tanques soviéticos no país (*Ibidem*).

Uma reunião geral extraordinária do Comitê Olímpico da Holanda naquela noite aprovou por unanimidade uma decisão da diretoria segundo a qual a Holanda não participará dos Jogos Olímpicos porque ‘os eventos na Hungria prejudicaram a atmosfera festiva da Olimpíada’ (CARDOSO, 1996, p. 126)

Também nessa época, o presidente Nasser, do Egito, declarou a nacionalização do canal de Suez – o estopim de uma crise que culminou na ocupação da península do Sinai por Israel e com a invasão do canal de Suez por tropas da França e Inglaterra em outubro (SALGADO NETO, 2012).

A Suíça e a Espanha se juntaram ao boicote da Holanda em protesto à situação húngara, e Iraque, Líbano e Egito também não compareceram ao evento porque “questionavam a ocupação francesa, britânica e israelense no Canal de Suez.” (KESSOUS, 2016, p. 73)

Poucos dias antes dos Jogos, a China abandonou o COI, chamando de volta sua Delegação, porque a representação de Formosa [Taiwan] também estava prevista participar. (...) O destaque foi a União Soviética, que desta vez superou os Estados Unidos na contabilidade das medalhas olímpicas, triunfo que também significava vitória política e triunfo de propaganda ideológica. (VASCONCELLOS, 2008, p. 64)

Notória foi a doação holandesa de 10 mil libras esterlinas para vítimas da Revolução Húngara. Nem todos os acontecimentos da edição, portanto, foram pautados em boicotes ou hostilidades; a Alemanha Ocidental e a Oriental acordaram em enviar um Comitê unificado (CARDOSO, 1996).

A delegação húngara chegou às Olimpíadas, mas disforme; alguns possuíam os trajes típicos do Comitê (um terno azul-claro), outros chegavam com variadas vestimentas de treinos anteriores. As tropas soviéticas haviam invadido quando a delegação saía da Hungria em direção a Melbourne, a sede dos Jogos.

“Alguns pensaram em voltar para aderir à resistência”, afirma Cardoso (1996, p. 98), “mas as fronteiras da Hungria já haviam sido fechadas. Ainda que apreensivos com

a situação, decidiram seguir viagem”. Foram ovacionados, e a recepção foi completamente parcial – desde o hino tocado ao entrar a delegação, que era da Hungria pré-comunista – até a bandeira içada do país ainda na sua época imperial.

Quando o chefe de delegação ordenou que fizessem a troca para a bandeira comunista, dois atletas retiraram a que havia sido içada, deixando seu mastro vazio. Ao fim das Olimpíadas daquele ano, dos 112 atletas, apenas 44 retornaram à Hungria, sendo que 52 foram para os Estados Unidos e outros 16 permaneceram na Austrália (*Ibidem*).

Os episódios tensos não pararam nas demonstrações supracitadas; nas semifinais do polo aquático, onde disputavam a União Soviética e a Hungria, houve conflito físico entre as equipes e a inquietude inclusive da plateia apenas diminuiu quando houve intervenção policial.

A piscina se tingiu de vermelho: o jogo ficou para a história como ‘o banho de sangue em Melbourne’. A Hungria foi declarada vencedora e manteve seu título olímpico nas finais contra a Iugoslávia. (KESSOUS, 2016, p. 74)

Um dos jogadores declarou sobre a partida: “*We felt we were playing not just for ourselves but for our whole country. We were yelling at them, ‘You dirty bastards. You come over and bomb our country.’ They were calling us traitors. There was fighting above the water and fighting beneath the water*”³⁷ (THE GUARDIAN, 2011, p. 2).

A juíza soviética responsável por julgar as performances dos saltos ornamentais também demonstrou parcialidade ao dar notas bem maiores do que a média dos outros juízes ao participante soviético, e bem menores do que a média ao candidato americano, que por conta de três décimos perdeu o ouro (CARDOSO, 1996).

Os acontecimentos políticos sempre interferiram na organização e no nível de participação dos jogos. (...) Mas até então a interferência ocorria de forma indireta, como consequência dos acontecimentos. Em 1936 a manipulação dos Jogos de Berlim em favor das teses nazistas torna explícita e deliberada a instrumentalização do esporte pela política. Desde então, e especialmente a partir da Olimpíada de 1956, o esporte passa a ser usado de forma sistemática como instrumento de

³⁷Tradução própria: “Sentimos que estávamos jogando não apenas por nós mesmos, mas por todo o nosso país. Estávamos gritando para eles, ‘seus bastardos sujos. Vocês vêm e bombardeiam nosso país’. Eles nos chamavam de traidores. Teve briga acima da água e briga embaixo d’água.”

protesto e de pressão para atingir objetivos políticos. (...) Depois da guerra, todos, políticos de modo especial, se sentem no direito de passar a mão nos jogos (CARDOSO, 1996, p. 127).

Com boicotes e outros episódios significativos, a Olimpíada de Melbourne foi cheia de polêmicas e violência entre os países, evidenciando os tempos de Guerra Fria. As ações de boicote estavam longe de terminar, sendo um instrumento utilizado até hoje para expressar descontentamento com o país ou cidade sede por parte dos competidores.

As Olimpíadas de 1968 – Cidade do México, México

Dois episódios marcaram a história na edição da Cidade do México, até então a única sede em um país em desenvolvimento. Um dos episódios aconteceu antes dos Jogos, e o outro durante as competições. Ambos foram igualmente impactantes para a política interna dos Estados envolvidos – o México e os Estados Unidos, respectivamente.

No dia 3 de outubro, dez dias antes do início dos Jogos, uma manifestação de protesto reuniu 10 mil estudantes no centro da Cidade do México. Protestavam contra a ocupação dos *campi* das duas universidades públicas por tropas do exército desde agosto. Protestavam contra o governo do presidente Gustavo Díaz Ordaz. (...) Os discursos inflamados das lideranças começaram à tarde e entraram pela noite. Não havia violência. À noite chegou a polícia. E o exército. E a violência (CARDOSO, 1996, p. 159)

Mil soldados chegaram, e com eles o conflito contra os dez mil estudantes. Por cinco horas houve embate entre as duas forças, e “o governo, envergonhado, jamais divulgou o total de baixas”. As estimativas chegam a trezentos mortos e mais de mil e duzentos feridos (*Ibidem*).

Avery Brundage, o presidente do Comitê Olímpico Internacional, não se horrorizou. Tratava-se de uma questão de ‘política interna’ do México. ‘Recebemos garantia de que nada irá interferir na entrada pacífica do fogo olímpico no estádio no dia 12 de outubro’, ponderou. (CARDOSO, 1996, p. 159)

Os protestos dos estudantes também incluíam reclamações dos gastos com as Olimpíadas, que na opinião deles poderia ser melhor aplicado na educação mexicana. No resto do mundo, o clima não era muito diferente: “Estudantes tomavam as ruas de Paris, a União Soviética invadia a Tchecoslováquia na Primavera de Praga, os Estados

Unidos guerreavam onerosamente no Vietnã e o ódio racial culminava com o assassinato do líder negro Martin Luther King.” (VASCONCELLOS, 2008, p. 65)

O outro episódio que marcou a história foram os protestos silenciosos dos atletas negros americanos; Tommie Smith e John Carlos, respectivamente o ouro e o bronze na categoria da corrida dos 200m, ao subir no pódio, curvaram suas cabeças e levantaram uma das mãos, com uma luva preta. Sem sapatos, usando nos pés apenas meias negras, o visual era completo com uma echarpe preta envolvendo o pescoço (BBC, 1968).

‘Os pés descalços evocam a pobreza dos negros nos Estados Unidos. Meu lenço e o colar de John Carlos lembram os linchamentos no Sul. Os punhos enluvados representam a força e a unidade do povo negro’, Smith explicou muito mais tarde. (KESSOUS, 2016, p. 86)

A situação era tensa no México em todos os aspectos; o Presidente da Organização, Brundage, “defendeu a readmissão da África do Sul, que fora banida dos Jogos em 1964 devido à lei racial discriminatória do *apartheid*³⁸” (VASCONCELLOS, 2008, p. 66). Isso obviamente causou represálias por parte dos competidores negros, que se sentiam desrespeitados com essa proposta:

Irados atletas negros norte-americanos, influenciados pelo movimento do Poder Negro que insuflava protestos nos Estados Unidos, ameaçaram não competir. Ante igual recusa da União Soviética e de alguns países africanos, Brundage foi forçado a prorrogar o expurgo esportivo da África do Sul. O Comitê Olímpico Internacional manteve a proibição da participação sul-africana, mas os negros norte-americanos protestaram mesmo assim e, a cada vitória, no pódio de premiação, erguiam o punho com uma luva negra. Era o movimento *Black Power* de repúdio à discriminação racial, sobretudo no sul dos Estados Unidos, que encontrava tablado ampliado para exibir a causa internacionalmente. (VASCONCELLOS, 2008, p. 66)

O objetivo era protestar contra a discriminação racial que ocorria de maneira sistemática nos Estados Unidos, mas receberam vaias da plateia ali presente. Tommie Smith ficou famoso pelas palavras “se eu venço, sou um americano, não um americano negro. Mas se eu faço algo ruim eles diriam que eu sou um ‘Preto’. Nós somos negros e temos orgulho de sermos negros” (BBC, 1968, p. 1).

O COI condenou as ações dos esportistas, constatando que era uma “violação deliberada e violenta dos princípios fundamentais do espírito Olímpico”. Os atletas negros dos Estados Unidos estavam considerando um boicote massivo para denunciar

³⁸ O país só retornou aos Jogos Olímpicos no ano de 1992, sendo readmitido um ano antes dessa Edição.

que os direitos civis dos negros ainda não tinham se desenvolvido o suficiente. Apesar do suporte em peso, o boicote acabou não se realizando (*Ibidem*).

Sobre competir pelo seu país, Tommie Smith afirmou: “é muito desencorajador estar em uma equipe com atletas brancos. Na pista, você é Tommie Smith, o homem mais rápido do mundo, mas uma vez que você está nos vestiários você não é mais do que um preto sujo” (*Ibidem*). “Os brancos nos tratam como se fôssemos animais”, continuou Smith. “Pensam que somos como cavalos amestrados, que vamos à pista, nos exibimos e então basta atirar-nos um bocado de amendoim e dizer-nos, ‘está bem, rapazes, vocês são bons meninos’. Queremos que todos saibam que não somos animais” (CARDOSO, 1996, p. 161).

O artigo seis dos princípios fundamentais do Olimpismo – ‘qualquer forma de discriminação em relação a um país ou uma pessoa por motivos de raça, religião, política, sexo ou outros é incompatível com a vinculação com o Movimento Olímpico’ – é claro. Mas muitas vezes tem sido pouco respeitado. (KESSOUS, 2016, p. 87)

Como resultado da manifestação racial, Douglas Roby, o presidente do Comitê Olímpico Americano na época, expulsou Tommie Smith e John Carlos da equipe americana – porém os atletas foram lembrados pela esportista Wyomia Tyus, que dedicou sua medalha de ouro em revezamento nos mesmos Jogos a Smith e Carlos (CARDOSO, 1996).

“Outras manifestações de caráter político e de diferentes matizes voltariam a ocorrer nos próximos dias, mas Brundage deixaria passá-las em branco” (CARDOSO, 1996, p. 161), o que apenas evidencia a parcialidade desse presidente do COI. Apenas dois dias depois, três outros atletas afro-americanos subiram ao pódio com boinas típicas do movimento dos Panteras Negras. Lee Evans, Larry James e Ronald Freeman, entretanto, não receberam punição por levantarem seus punhos; “os EUA ainda precisavam deles para o (vitorioso) revezamento 4x400”. (KESSOUS, 2016, p. 87)

Imagem 1: estátua dos atletas fazendo o icônico gesto no pódio no Smithsonian.



Fonte: INGLE, 2020a

As Olimpíadas de 1972 – Munique, Alemanha

A segunda Edição dos Jogos a ser realizada na Alemanha em menos de quarenta anos não podia dar a mesma impressão que as Olimpíadas sediadas em Berlim, em 1936. “Para tanto, [os alemães] se dedicaram a preparar jogos exemplares” (CARDOSO, 1996, p. 171).

No entanto, o mais memorável da edição não ficou a cargo dos alemães. No dia 5 de setembro, às 4h30 da manhã, oito homens adentraram a Vila Olímpica de Munique, subindo até os alojamentos dos atletas. Batendo na porta com fúria, os esportistas logo perceberam se tratarem de inimigos dos israelenses desde a criação do Estado de Israel, que datava de 1948: eram terroristas palestinos (CARDOSO, 1996).

Matando alguns atletas que resistiram ali mesmo, os extremistas – posteriormente identificados como militantes do movimento Setembro Negro, “o braço armado da Organização para a Libertação da Palestina” (CARDOSO, 1996, p. 168) – fizeram nove reféns, e exigiram a liberdade de 234 presos políticos sob a tutela do governo de Israel.

Ao governo alemão demandaram uma passagem segura ao sair do país após as negociações, com um avião cujo destino fosse qualquer país árabe exceto o Líbano e a Jordânia. A primeira-ministra israelense da época, Golda Meir, se recusou a negociar com terroristas, e anunciou que nenhum preso político seria libertado (CARDOSO, 1996).

A reação do COI foi tanto tardia quanto surpreendente; Avery Brundage assinou um comunicado publicado às 16h, informando que “os Jogos seriam suspensos por 24 horas e que no dia seguinte, às dez horas da manhã, no estádio olímpico, se realizaria uma cerimônia em memória dos dois israelenses assassinados” (CARDOSO, 1996, p. 168).

Outras nove vidas ainda corriam perigo, e enquanto isso, a URSS e a Polônia estavam competindo em uma partida de vôlei. No aeroporto próximo onde os terroristas se encontravam com os reféns, franco-atiradores da polícia alemã se posicionaram e abriram fogo. Todos os nove atletas capturados, juntamente com um policial da Alemanha Ocidental e quatro terroristas, morreram no tiroteio (BBC, 1972).

O dia havia sido tenso com negociações com os palestinos, que disseram ao governo da Alemanha Ocidental que não ligavam “nem para dinheiro, nem para vidas”. Após o incidente, os Comitês Olímpicos de Israel e do Egito se retiraram da competição (BBC, 1972).

“Quanto mais grandiosos se tornam os Jogos, mais expostos ficam a todo tipo de pressões comerciais, políticas e agora criminosas”, discursou [Avery Brundage] no estádio com sua peculiar falta de tato. E concluiu: “*the games must go on*” (os Jogos devem continuar). Naquela mesma tarde, entre constrangidos e deprimidos, os atletas voltaram a seus jogos, lutas e corridas (CARDOSO, 1996, p. 172).

Com 81 anos de idade, Avery Brundage por fim encerrou suas atividades como presidente do COI, cargo ocupado por ele por exatos vinte anos. Seu sucessor foi Lorde Killanin, um irlandês que ocupou a posição até 1980. Os Jogos de Munique certamente ficaram marcados pelo atentado terrorista que ocorreu, mas essa não foi a única negativa do evento:

A despeito da propaganda oficial que criou o *slogan* ‘Jogos da Alegria’ e da imensa boa vontade dos alemães, as Olimpíadas nunca estiveram tão distantes da alegria e do *fair play* como em Munique. A tragédia por si só seria suficiente para tirar o brilho de qualquer

evento, mas em Munique a infelicidade extrapolou. Houve brigas no basquete e no hóquei, brigas no atletismo por causa das varas de saltar, protestos políticos no ciclismo e no atletismo, atletas perdendo o ouro por causa do horário, *doping* mal explicado. O prêmio de “pernóstico olímpico do ano” foi certamente para o atirador norte-coreano Ho Chun Li. Depois de vencer a prova de carabina deitado e estabelecer um novo recorde mundial, Li explicou o segredo de sua prodigiosa pontaria. ‘O nosso primeiro-ministro nos disse que devemos atirar como se estivéssemos apontando para nossos inimigos. Foi o que fiz’ (CARDOSO, 1996, p. 172).

Apesar da boa-vontade alemã, eles ficaram em uma situação delicada e singular, visto que as vítimas do incidente eram atletas judeus. De acordo com Koorep (2016, p. 3), “embora os megaeventos esportivos retratem ideais não violentos, eles também fornecem um cenário internacional que alguns grupos maliciosos, que não compartilham os mesmos ideais, podem querer explorar para chamar a atenção para sua própria causa por meio de ataques violentos.”

As Olimpíadas de 1976 – Montreal, Canadá

A cerimônia de abertura da edição de Montreal foi marcada pela ausência de 22 países africanos (COI, 2014b). A África do Sul, desde 1964, sofria uma suspensão dos Jogos Olímpicos como consequência do regime de segregação em curso, o *apartheid*³⁹. A Nova Zelândia, entretanto, mandou sua equipe de *rugby* para o país penalizado (VASCONCELLOS, 2008).

O Comitê Olímpico da Nova Zelândia respondeu que a turnê havia sido organizada pela União de Rugby Nacional, que era autônoma e não tinha relação alguma com as Olimpíadas, além do *rugby* não ser um esporte olímpico (BBC, 1976). Argumentaram que era ilógico demonstrar sua insatisfação apenas para com a Nova Zelândia, sendo que era apenas um dos vinte e seis Estados no último ano a terem participado de competições esportivas com a África do Sul (*Ibidem*).

O Comitê Olímpico Internacional se recusou a banir a Nova Zelândia dos Jogos de Montreal, e os países africanos consequentemente resolveram não comparecer como forma de protesto. A decisão do COI daria “*comfort and respectability to the South*

³⁹ O país só pôde voltar a competir em 1992 (Jogos de Barcelona).

African racist regime and encourage it to continue to defy world opinion” (BBC, 1976, p. 1)⁴⁰. Outra vez, a dualidade da China na época era refletida nas Olimpíadas:

Dias antes da abertura da festa em Montreal, o Ministério das Relações Exteriores do Canadá informou ao COI que, por decisão do primeiro-ministro Pierre Trudeau, a delegação de Taiwan não teria autorização para desembarcar em território canadense. O Canadá estava negociando um acordo comercial com a China continental, que ameaçou suspender as negociações caso os canadenses permitissem a participação de Taiwan nos jogos. (...) O Comitê Olímpico Internacional pensou em suspender os Jogos. Mas sem tempo para implementar alternativas, cedeu e acatou a imposição do governo canadense. A China de Mao, que provocou toda a confusão, foi convidada mas não compareceu (CARDOSO, 1996, p. 181).

Percebe-se, portanto, que as relações econômicas entre os países, além de constrangimentos políticos, influenciam as normas no esporte internacional. Os conflitos da China continental com o território atualmente denominado de Taiwan sempre se refletiram nas Olimpíadas⁴¹. “A partir das Olimpíadas em Montreal, em 1976, a palavra boicote virou verbete no dicionário olímpico e seria também muito repetida nas duas competições seguintes” (VASCONCELLOS, 2008, p. 67).

As Olimpíadas de 1980 – Moscou, União Soviética

A Edição em Moscou foi notória pelo boicote das delegações Ocidentais lideradas pelos Estados Unidos, em protesto à invasão da União Soviética no Afeganistão. A ocupação ocorreu em resposta à Revolução Iraniana de 1979, que derrubou o xá Reza Palev (pró-EUA). O fundamentalismo islâmico preocupava ambas as potências, mas a URSS tinha mais motivo para sua inquietação; alguns de seus Estados-satélite eram majoritariamente muçulmanos (ZANONI, 2013).

Assim, a União Soviética invade o Afeganistão para conter o fundamentalismo e manter um regime parceiro no poder para impedir a dispersão de tais ideias; Jimmy Carter, então presidente da potência rival, impulsionado pela opinião pública americana

⁴⁰ (T.A.): “Conforto e respeito ao regime racista sul-africano e o encorajaria a continuar a desafiar a opinião mundial”.

⁴¹ Esse problema não se fez presente nas Copas do Mundo, pois nenhuma das seleções – nem a da China, nem a de Taiwan – se classificou para alguma delas. A única participação foi do time chinês, na Copa de 2002.

– que não queria ver mais guerras após a do Vietnã – demonstrou sua desaprovação com o boicote às Olimpíadas (PEREIRA, 2011). A ideia foi amplamente apoiada por defensores dos Direitos Humanos e por intelectuais no mundo:

‘Como na Berlim de 1936, como na Copa Davis no Chile de Pinochet, como na Copa do Mundo na Argentina de Videla, uma vez mais uma grande competição esportiva internacional vai mascarar a opressão de milhões de pessoas no país que a organiza e permitir ao regime reforçar sua imagem em escala internacional’, dizia o manifesto publicado na França e assinado, entre outros, pelo filósofo G. Deleuze, pela escritora Marguerite Duras e pelo psicanalista F. Guattari (CARDOSO, 1996, p. 188).

Apesar de encontrar força no âmbito externo, a decisão foi aceita com muito desgosto pelo Comitê Olímpico Americano, que, relutante, acatou à decisão após ameaças de suspensão dos passaportes dos atletas que tentassem viajar independentemente para a União Soviética. Alguns Estados, como Austrália, França e Reino Unido, deixaram a cargo dos próprios atletas o julgamento de ir ou não. Onde a escolha era livre, a maioria dos atletas decidiu confirmar presença, assim como mais de 80 países fizeram (BBC, 1980).

O Presidente norte-americano Jimmy Carter conseguiu o apoio de 64 países ao embargo esportivo; poucos eram realmente competitivos, com exceção de Alemanha Ocidental, Japão e Canadá. Participaram 84 países, embora 18, como a Grã-Bretanha, não desfilassem seus símbolos nacionais. (VASCONCELLOS, 2008, p. 67)

No entanto, a sede seguinte das Olimpíadas já estava definida: Los Angeles, Estados Unidos. “Não escapava a ninguém que a desfeita teria troco”, afirma Cardoso (1996). E quem perdeu mais com a decisão foi, mais uma vez, o esporte; desde Helsinque, em 1952, o que mais impulsionava a competição olímpica era a rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética.

Simplificando, a Guerra Fria foi, no balanço final, uma força positiva sobre o Movimento Olímpico, porque o drama das superpotências aumentou a importância internacional dos Jogos e sua relevância para o espectador médio. Sem essas tensões, os eventos no campo não teriam recebido tanta atenção governamental ou interesse de grande escala da imprensa. (...) não teria havido os mesmos interesses diplomáticos vinculados a esses jogos. A Guerra Fria elevou o patamar para a política nos Jogos (REDIHAN, 2017, p. 227).

Sem a bipolarização, portanto, não havia grandes emoções; na Edição de 1980, a União Soviética ganhou quatro de cada dez medalhas que foram disputadas. Entretanto,

“chamou a atenção a quantidade de campeões soviéticos pegos em flagrante por uso de *doping*, antes e depois dos Jogos” (CARDOSO, 1996, p. 193).

As Olimpíadas de 1984 – Los Angeles, Estados Unidos

Conforme previsto já em 1980, a União Soviética e 16 dos seus aliados que participavam do bloco socialista boicotaram os Jogos de 1984 por conta de sua sede americana, em resposta ao boicote anterior. A Romênia não participou do boicote, e nem a Iugoslávia; porém outros países de fora da região participaram em solidariedade, como Cuba e a Coreia do Norte.

A justificativa oficial da URSS foi uma suposta ‘campanha anti-soviética lançada por setores reacionários dos EUA em conivência com as autoridades’. A carta de justificativa enviada ao Comitê Olímpico Internacional continha até a insinuação de que os atletas corriam risco de atentados, sequestros e subornos para exílio em Los Angeles. (VASCONCELLOS, 2008, p.68)

Também alegaram poluição demais na cidade americana, o que poderia prejudicar os pulmões dos atletas de maneira irreparável. Os soviéticos argumentaram ainda que os Jogos estavam sendo “comercializados” – o que foi de fato um acontecimento inédito, já que foi a primeira edição onde os Jogos não eram financiados apenas pelo Estado-sede (CARDOSO, 1996).

Por último, a URSS argumentava que os Estados Unidos haviam instalado mísseis Pershing em território europeu, algo que ameaçava o espírito olímpico. A China comunista, que na época não concordava com a URSS em nenhuma política, pela primeira vez desde 1936 foi às Olimpíadas (*Ibidem*). Los Angeles assim sofreu do mesmo problema que Moscou; com a falta da rivalidade americano-soviética, a maioria das medalhas ficou com os Estados Unidos.

As Olimpíadas de 2008 – Pequim, China

A China foi uma sede extremamente questionada desde o momento da vitória da licitação. Como a primeira sede em desenvolvimento desde 1968, sua capacidade de sediar e de ter a infraestrutura necessária foi colocada em dúvida. Mas, talvez pela primeira vez na história dos Jogos Modernos desde Berlim 1936, a sede também foi questionada por suas características semi-autoritárias.

Antes das Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2008, havia muitas imagens sobre o fraco histórico da China em questões de direitos humanos, qualidade de manufatura e consciência ambiental (Manzenreiter, 2010). Mas pesquisas de opinião em todo o mundo sugerem que a imagem da China não melhorou após a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em Pequim (ALMEIDA et.al, 2014)

A Edição foi marcada por inúmeros protestos em volta do globo, antes e durante os Jogos. Dezenas de países, de acordo com veículos de notícias, protestaram contra “as supostas violações dos direitos humanos cometidas pelo governo chinês” enquanto “milhões de pessoas no mundo assistiam à cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos” (GLOBO ESPORTE, 2008, p. 1). Os motivos para protestos incluíam desde a repressão aos movimentos autônomos do Tibete e de Xinjiang até a detenção indevida de estudantes chineses que protestavam no território.

Cerca de cem pessoas participaram hoje de uma manifestação em frente à embaixada chinesa em Berlim para protestar contra a censura à imprensa na China. A manifestação, organizada pela organização Repórteres Sem Fronteiras, também aconteceu simultaneamente em Roma, Estocolmo, Viena, Montreal, Washington e Madri. (...) A China tinha garantido liberdade de informação aos jornalistas estrangeiros presentes no país durante os Jogos Olímpicos, mas não respeitou o compromisso assumido. O Comitê Olímpico não fez pressão suficiente sobre o governo chinês, e cerca de 20 mil jornalistas estrangeiros credenciados que estão em Pequim não têm livre o acesso à internet. (G1, 2008)

“127 atletas, dos quais cerca de 40 participarão nos Jogos de Pequim, assinaram uma carta aberta ao presidente chinês Hu Jintao pedindo respeito aos direitos humanos, à liberdade de expressão e à liberdade de culto” (GLOBO ESPORTE, 2008, p. 1). Somado a isso, os pedidos não atendidos de liberação do acesso à informação fizeram com que os Jogos Olímpicos evidenciassem as faltas e excessos do governo chinês.

As Olimpíadas de Inverno de 2014 – Sochi, Rússia

Pela primeira vez desde 1980, a Rússia sedia os Jogos Olímpicos – dessa vez, de inverno. Com os gastos exorbitantes, o país não teve só um recorde de investimentos de impressionantes 51 bilhões de dólares, mas também conquistou mais medalhas nessa edição do que em qualquer outra Olimpíada de Inverno, incluindo a época em que se chamava União Soviética. Entretanto, investigadores concluíram que isso se deu por conta de um programa de *doping* de anos, que contava com uma sofisticada operação de encobrimento. (BRYANT, 2018)

Cerca de metade dessa quantia investida “supostamente desapareceu em contratos de construção corruptos” (GIBSON, 2013, p. 2). As preocupações com direitos humanos também se fizeram presentes, com foco na proibição de “propaganda gay” (portar a bandeira colorida representante da comunidade LGBTQ+) e outras medidas domésticas controversas.

A edição foi muito comentada, não só por se tratar da Rússia, o antigo vilão do fim do século XX, mas pelo *timing* – o país planejava anexar a Crimeia, região que pertencia à Ucrânia desde 1954. Os eventos – as Olimpíadas de Inverno entre 6 e 23 de fevereiro e a anexação da Crimeia ocorrendo de 20 de fevereiro a 26 de março – foram praticamente concomitantes. A repercussão internacional foi intensa e imediata, e se os Jogos fossem causa de algum benefício na imagem russa, ele poderia se considerar nulo após esse episódio.

Não era a primeira vez que o país ficou sob escrutínio global ao tentar acobertar uma invasão com eventos esportivos internacionais; “megaeventos são usados para ocultar disputas violentas, como em 2008, quando a Rússia invadiu a Ossétia do Sul, uma parte da Geórgia, sob a cobertura dos Jogos Olímpicos de Pequim” (KOOREP, 2016).

As Olimpíadas de 2016 – Rio de Janeiro, Brasil

Após o *impeachment* da então Presidente Dilma Rousseff, a conjectura que em 2014 gerou os protestos “Não Vai Ter Copa” era ainda pior e mais instável. O então presidente Michel Temer assumiu com alta impopularidade, e recusou-se até mesmo a seguir o protocolo e se pronunciar, por receio de rechaça popular que pudesse manchar os Jogos Olímpicos que o país sediava pela primeira vez.

Em junho de 2016 - menos de dois meses antes da cerimônia de abertura do Rio 2016 - o governador do Rio de Janeiro declarou estado de emergência para garantir financiamento adicional para os Jogos. Quando o Rio decidiu concorrer às Olimpíadas, a economia brasileira estava indo bem. Agora, quase uma década depois, os custos estavam aumentando e o país estava em sua pior crise econômica desde a década de 1930, com crescimento negativo e falta de fundos para cobrir os custos. (Oxford Olympics Study, 2016)

O problema econômico não era o único, mas nem por isso deixou de se fazer presente durante a competição. O custo de 4,6 bilhões de dólares foi relativamente barato para uma Olimpíada, o que se destacou positivamente em relação aos antecessores de gastos exorbitantes como Londres 2012 e Sochi 2014 (*Ibidem*). Apesar de um exemplo de contenção de gastos por conta da crise financeira, o Brasil foi alvo de diversas críticas domésticas e internacionais, ocorrendo também alertas da OMS sobre o vírus zika.

As Olimpíadas de Inverno de 2018 – Pyeongchang, Coreia do Sul

De acordo com o próprio Comitê Olímpico Internacional, Pyeongchang tem uma “localização estratégica” na Ásia, continente que sediará eventos olímpicos consecutivos com os Jogos de Verão em Tóquio (2021) e os de Inverno em Pequim (2022). Foi a segunda vez que a Coreia do Sul recebeu um evento olímpico, tendo sediado os Jogos de Verão em 1988 em Seul. Entretanto, foi a primeira Olimpíada de Inverno do país.

A Coreia do Norte concordou em participar dos Jogos, apesar da tensa relação com seu vizinho; as duas Coreias desfilaram juntas na Cerimônia de Abertura, e o time feminino de hockey competiu sob a bandeira da Coreia unificada, como um só time. Entretanto, a questão ainda ameaçava os americanos, que tinham receio da Coreia do Norte por conta dos testes de mísseis do ano anterior.

A questão da segurança paira sobre os Jogos Olímpicos de Inverno em curso na Coreia do Sul, em meio às tensões elevadíssimas com a vizinha Coreia do Norte, que realizou mais de uma dúzia de testes de mísseis balísticos no ano passado. Em uma entrevista em 6 de dezembro à Fox News, a embaixadora dos EUA na ONU, Nikki Haley, disse que a situação com a Coreia do Norte está ‘mudando a cada dia’ e que seria uma ‘questão em aberto’ se os atletas americanos poderiam participar dos Jogos de Inverno. Um dia depois, a secretária de imprensa da Casa Branca, Sarah Huckabee Sanders, esclareceu que o comentário de Haley via Twitter, dizendo: ‘Os Estados Unidos estão ansiosos para participar das Olimpíadas de Inverno na Coreia do Sul. A proteção dos americanos é nossa prioridade e estamos comprometidos com os sul-coreanos e outras nações parceiras para garantir a segurança dos locais’ (WINSOR, 2018).

Por ocasião dos Jogos na Coreia do Sul, o vizinho do Norte restaurou as comunicações com Seul pela primeira vez em dois anos, no dia 2 de janeiro de 2018. A linha direta era militar, mas o assunto era o possível envio de uma delegação norte-coreana aos Jogos, o que acabou acontecendo. Com tantas apostas e especulações em cima da edição, percebe-se que não foram Olimpíadas de Inverno regulares, e sim agiram como ponte entre dois países que se encontram até hoje em um oficial armistício.

Outros Exemplos Notáveis

O esporte com uso político ou com segundas intenções não se fez presente apenas nas Olimpíadas, mas também na Copa do Mundo e em competições internacionais menores ou até mesmo em casos famosos domésticos. Um exemplo é a chamada “democracia corintiana”, movimento dos jogadores do time de futebol brasileiro que chegaram a usar camisetas com os dizeres “Dia 15 Vote” em novembro de 1982.

Às vezes, tensões podem levar a confrontos violentos entre jogadores ou espectadores dentro e fora do recinto desportivo, como na Guerra do Futebol. Essas tendências são vistas por muitos como contrárias ao *ethos* fundamental dos esportes praticados para seu próprio bem e para o prazer de seus participantes. (BOYACIOGLU; OGUZ, 2016)

O episódio que ficou conhecido como Guerra do Futebol foi um conflito entre os países de Honduras e El Salvador no ano de 1969; também chamado de a Guerra das 100 Horas. As duas seleções competiam por uma vaga na Copa do Mundo que aconteceria no ano seguinte. A animosidade entre os países escalava há tempos, com questões como imigração pesando nas relações bilaterais. O conflito armado durou quatro dias, e resultou em um rompimento de relações diplomáticas e um cessar-fogo negociado pela OEA (Organização dos Estados Americanos).

Nos anos 1990, outro exemplo de união esportiva aconteceu; a Copa Mundial de Rugby de 1995. A competição foi eternizada no longa “Invictus”, estrelando Morgan Freeman como Nelson Mandela, o recém-eleito líder negro da África do Sul, após décadas de regime em *apartheid*. O *rugby*, esporte popular no país, representou o primeiro sentimento de união do povo, que torcia para a seleção mista que jogava sob o lema “um time, uma nação”. (STEENVELD; STRELITZ, 1998)

Na Ásia o esporte também teve seu papel em aproximar, ainda que temporariamente, dois inimigos; as duas Coreias marcharam juntas sob uma única bandeira nos Jogos de Verão de 2000 e 2004, assim como nos Jogos de Inverno de 2006. Porém, Pyongyang e Seul posteriormente retornaram às suas posturas usuais de desconfiança e tensão (CALAMUR, 2018). A ocorrência, que se repetiu em 2018 duas vezes – nos Jogos da Ásia e nos Jogos de Inverno em Pyeongchang – gera cada vez mais esperançosos resultados.

Os exemplos foram muitos, inclusive no segundo maior evento esportivo internacional (o primeiro sendo os Jogos Olímpicos), a Copa do Mundo da FIFA. A edição de 2010, sediada pela África do Sul, teve diversos protestos contra a sua realização por parte dos próprios cidadãos assim como a edição da Copa de 2014, sediada pelo Brasil.

Como países em desenvolvimento, é fácil deduzir que os protestantes sentiam que os gastos exorbitantes seriam melhor aplicados na própria infraestrutura e nas

necessidades básicas dos habitantes, ao invés de em estádios e outras estruturas específicas para a Copa do Mundo.

A África do Sul, anfitriã da Copa do Mundo da FIFA de 2010, assistiu a um grande número de manifestações públicas, greves e outras formas de campanha cívica. O ativismo da Copa do Mundo foi precedido e seguido por uma agitação pública extensa e intensificada e pela ação industrial que, no período que antecedeu o torneio, ameaçou atrapalhar o evento. O ativismo exibiu muitas das características da política de contestação de megaeventos esportivos hoje. (...) Em vez de um estudo de caso da capacidade de transformação do esporte, a campanha cívica durante a Copa do Mundo da África do Sul demonstra como um megaevento esportivo pode ser usado como ponto de entrada estratégico por grupos da sociedade civil em seu envolvimento com o Estado, com maior ou menor sucesso (CORNELISSEN, 2010)

Já na fase das preparações, ficava claro que era “altamente improvável que a Copa do Mundo de 2010 gere os ganhos - para o futebol e a sociedade sul-africanos - que se espera popularmente dela” (CORNELISSEN, 2012, p. 134). Com movimentos domésticos e internacionais, a Copa parece ter sido utilizada por terceiros para trazer atenção a problemas que não eram estritamente esportivos, e sim políticos e sociais. A Copa seguinte não foi diferente; com a América do Sul sendo a região designada para sediar a edição de 2014 (de acordo com o princípio de rotação continental adotado pela FIFA), a licitação para o evento daquele ano apenas confirmou o único concorrente: o Brasil (FIFA, 2019).

Nenhum país anteriormente sediou os dois grandes eventos – a Copa e os Jogos de Verão – tão próximos um do outro. O exemplo mais recente é o da Rússia, com intervalo de quatro anos –os Jogos de Inverno em Sochi em 2014 e a Copa do Mundo FIFA em 2018. No século passado, a Suíça sediou os Jogos de Inverno em 1948 e a Copa do Mundo FIFA em 1954, assim como a Itália, que foi anfitriã dos Jogos Olímpicos de Inverno em 1956, seguidos pelos de Verão, em 1960.

Outras ocorrências de sedes com pouco espaço entre eles incluíram mais exemplos do século XX; o México com as Olimpíadas de Verão em 1968 e a Copa em 1970 foi tão ousado quanto o Brasil, assim como a Alemanha Ocidental, que foi anfitriã dos Jogos de Verão em 1972 e da Copa do Mundo em 1974. Tirando esses casos, o mais recente foram os Estados Unidos, que sediaram os Jogos de Inverno em 1980 e os de

Verão em 1984, seguidos pela Copa do Mundo em 1994 e pelas Olimpíadas de Verão novamente, em 1996.

Talvez por conta do minúsculo espaço de tempo para se recompor de um megaevento antes do acontecimento do segundo, o Brasil enfrentou diversos desafios em ambas as competições. A onda de protestos sob os dizeres “Não Vai Ter Copa” é suficiente para instigar maior curiosidade sobre essa Edição, que teve tanto uma falta de apoio popular quanto um sistema internacional desacreditado na capacidade brasileira de sediar.

Mais recentemente, pode ser citado o exemplo da Copa do Mundo de 2018, na Rússia, um país que não tem uma reputação democrática. O histórico de violação de direitos humanos, especificamente da população LGBTQ+, fez com que houvesse “repetidos pedidos para o torneio ser transferido da Rússia” (WORDEN, 2018, p. 1) nos meses e até anos que se antecederam à Copa do Mundo.

Como os Jogos de Inverno em Sochi, quatro anos antes, prosseguiram sem problemas apesar dos protestos e mesmas preocupações serem levantadas, parecia que seria o caso com a Copa do Mundo da FIFA em 2018. Entretanto, a situação internacional era bem diferente em 2014, quando pareceu que, pelo menos um período, a Rússia haveria conseguido “muito da reabilitação de imagem que queria” (*Ibidem*). Pois apenas um mês depois da ocorrência de Sochi 2014, houve a controversa anexação da Crimeia.

O intervalo de quatro anos também viu o país apoiar o presidente sírio Bashar al-Assad, ser acusado pelas autoridades holandesas de abater um avião da Malásia e também ser acusado pelo Reino Unido de ser responsável pelo misterioso episódio da morte de um ex-espião russo e sua filha através de um agente nervoso. Assim, a sede russa mais uma vez viu seu evento ser alvo de protestos e indignação, mas talvez com maior força – e até embasamento – do que em Sochi 2014. (*Ibidem*)

ANEXOS

Anexo 1: Olimpíadas Modernas e suas sedes.

Ano	Edição	Sede
1896	Única	Atenas, Grécia
1900	Única	Paris, França
1904	Única	St. Louis, Estados Unidos
1908	Única	Londres, Grã-Bretanha
1912	Única	Estocolmo, Suécia
1920	Única	Antuérpia, Bélgica
1924	Verão	Paris, França
1924	Inverno	Chamonix, França
1928	Verão	Amsterdã, Países Baixos
1928	Inverno	St. Moritz, Suíça
1932	Verão	Los Angeles, Estados Unidos
1932	Inverno	Lake Placid, Estados Unidos
1936	Verão	Berlim, Alemanha
1936	Inverno	Garmisch-Partenkirchen, Alemanha
1948	Verão	Londres, Grã-Bretanha
1948	Inverno	St. Moritz, Suíça
1952	Verão	Helsinque, Finlândia
1952	Inverno	Oslo, Noruega
1956	Verão	Melbourne, Austrália, e Estocolmo, Suécia
1956	Inverno	Cortina D'Ampezzo, Itália
1960	Verão	Roma, Itália
1960	Inverno	Squaw Valley, Estados Unidos
1964	Verão	Tóquio, Japão
1964	Inverno	Innsbruck, Áustria
1968	Verão	Cidade do México, México
1968	Inverno	Grenoble, França
1972	Verão	Munique, Alemanha Ocidental
1972	Inverno	Sapporo, Japão

Ano	Edição	Sede
1976	Verão	Montreal, Canadá
1976	Inverno	Innsbruck, Áustria
1980	Verão	Moscou, União Soviética
1980	Inverno	Lake Placid, Estados Unidos
1984	Verão	Los Angeles, Estados Unidos
1984	Inverno	Sarajevo, Bósnia e Herzegovina
1988	Verão	Seul, Coreia do Sul
1988	Inverno	Calgary, Canadá
1992	Verão	Barcelona, Espanha
1992	Inverno	Albertville, França
1994	Inverno	Lillehammer, Noruega
1996	Verão	Atlanta, Estados Unidos
1998	Inverno	Nagano, Japão
2000	Verão	Sydney, Austrália
2002	Inverno	Salt Lake City, Estados Unidos
2004	Verão	Atenas, Grécia
2006	Inverno	Turin, Itália
2008	Verão	Pequim, China
2010	Inverno	Vancouver, Canadá
2012	Verão	Londres, Grã-Bretanha
2014	Inverno	Sochi, Rússia
2016	Verão	Rio de Janeiro, Brasil
2018	Inverno	Pyeongchang, Coreia do Sul
2021	Verão	Tóquio, Japão

Fonte: elaborado pela autora a partir de <<https://www.olympic.org/>>.

Acesso em 13/01/2019.

Anexo 2: Custos dos Jogos (valores correspondentes a 2015)**Anexo 2.1: Jogos Olímpicos de Verão recentes e seus custos.**

Sede	Eventos	Atletas	Custo (em bilhões de US\$)
Barcelona 1992	257	9356	9687
Atlanta 1996	271	10318	4143
Sydney 2000	300	10651	5026
Atenas 2004	301	10625	2942
Pequim 2008	302	10942	6810
Londres 2012	302	10568	14957
Rio de Janeiro 2016	306	10500	4557

Fonte: elaborado pela autora com base no relatório Olympic Costs Review, 2016.

Anexo 2.2: Jogos Olímpicos de Inverno recentes e seus custos.

Edição	Eventos	Atletas	Custo (em bilhões de US\$)
Albertville 1992	57	1801	1997
Lillehammer 1994	61	1737	2228
Nagano 1998	68	2176	2227
Salt Lake City 2002	78	2399	2520
Turin 2006	84	2508	4366
Vancouver 2010	86	2566	2540
Sochi 2014	98	2780	21890

Fonte: elaborado pela autora com base no relatório Olympic Costs Review, 2016.

Anexo 2.3: Extrapolação do Custo dos Jogos Olímpicos de Verão recentes

Edição	Gasto extrapolado em
Barcelona 1992	266%
Atlanta 1996	151%
Sydney 2000	90%
Atenas 2004	49%
Pequim 2008	2%
Londres 2012	76%
Rio 2016	51%

Fonte: elaborado pela autora com base no relatório Olympic Costs Review, 2016.

Anexo 2.4: Extrapolação do Custo dos Jogos Olímpicos de Inverno recentes

Edição	Gasto extrapolado em
Albertville 1992	137%
Lillehammer 1994	277%
Nagano 1998	56%
Salt Lake City 2002	24%
Turin 2006	80%
Vancouver 2010	13%
Sochi 2014	289%

Fonte: elaborado pela autora com base no relatório Olympic Costs Review, 2016.

Anexo 2.5: Custo por evento e por atleta dos Jogos Olímpicos de Verão recentes

Edição	Custo por evento (em milhões de dólares)	Custo por atleta (em milhões de dólares)
Barcelona 1992	37,7	1,0
Atlanta 1996	15,3	0,4
Sydney 2000	16,8	0,5
Atenas 2004	9,8	0,3
Pequim 2008	22,5	0,6
Londres 2012	49,5	1,4
Rio 2016	14,9	0,4

Fonte: elaborado pela autora com base no relatório Olympic Costs Review, 2016.

Anexo 2.6: Custo por evento e por atleta dos Jogos Olímpicos de Inverno recentes

Edição	Custo por evento (em milhões de dólares)	Custo por atleta (em milhões de dólares)
Albertville 1992	35,0	1.1
Lillehammer 1994	36,5	1.3
Nagano 1998	32,7	1.0
Salt Lake City 2002	32,3	1.1
Turin 2006	52,0	1.7
Vancouver 2010	29,5	1.0
Sochi 2014	223,4	7.9

Fonte: elaborado pela autora com base no relatório Olympic Costs Review, 2016.

Anexo 2.7: Extrapolação de Custos antes e depois de 1999

Edições pré-1999	Gasto extrapolado em	Edições pós-1999	Gasto extrapolado em
Montreal 1976	720%	Sydney 2000	90%
Lake Placid 1980	324%	Salt Lake City 2002	24%
Sarajevo 1984	118%	Atenas 2004	49%
Calgary 1988	65%	Turin 2006	80%
Albertville 1992	137%	Pequim 2008	2%
Barcelona 1992	266%	Vancouver 2010	13%
Lillehammer 1994	277%	Londres 2012	76%
Atlanta 1996	151%	Sochi 2014	289%
Nagano 1998	56%	Rio 2016	51%

Fonte: elaborado pela autora com base no relatório Olympic Costs Review, 2016.